

Valdemar da Silva Goes

**Entre cruzes e bandeiras: a Igreja Católica e os conflitos
agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960 – 2009)**

Passo Fundo, março de 2010

Valdemar da Silva Goes

Entre cruzes e bandeiras: a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960 – 2009)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2010

Dedico este trabalho a meu filho Júlio Eduardo, razão da minha vida, meu grande amor! Pela falta de atenção e momentos que deixei de estar contigo dedicando-me a esta obra. Que muitas vezes estive contigo em viagens e pesquisas dando-me forças para que eu superasse as dificuldades. Obrigado, meu filho!

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me abençoado para que eu pudesse estar aqui concluindo este estudo. E em segundo lugar, ao meu orientador, professor João Carlos Tedesco, que nunca mediu esforços e dedicação em me acompanhar em todos os momentos da pesquisa. Foi mais que um amigo, foi um mestre que soube me guiar sempre me desafiando para que a pesquisa acontecesse. Tudo isso por acreditar em mim e me ajudar a crescer. Portanto, você demonstrou, como orientador, o grande mestre que é! Muito obrigado!

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição da escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história”.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)

RESUMO

O nosso estudo reflete a inserção e o papel da Igreja Católica em especial através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) junto aos movimentos sociais de luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul. A temporalidade definida é entre os anos de 1960 e 2009. O cenário geográfico dos conflitos possui um arco de proximidade entre si, ou seja, são oriundos da antiga Fazenda Sarandi desmembrada nas primeiras décadas do século XX. A nossa preocupação central na análise dos grandes conflitos agrários de luta pela terra na referida região (Master, Natalino, Annoni e Coqueiros) foi no sentido de perceber as alterações e redefinições da mediação da Igreja junto aos mesmos. Vimos que no primeiro movimento o papel da Igreja se deu mais no campo político e organizativo (criação de sindicatos e combate ao comunismo); no segundo (Natalino), o seu papel foi central, determinante e agregador; no terceiro (Annoni), começa haver profundas alterações no papel da Igreja, pois o MST se constitui e a dimensão político-partidário se sobrepõe à esfera religiosa; no quarto e último (Coqueiros), há uma total ausência da mediação da Igreja nos processos integrativos e organizativos no movimento. Não obstante à forte tendência de autonomização dos movimentos sociais em geral pós-década de 1990, concluímos que as dinâmicas ritualísticas de integração, pertencimento e reforço à luta (mística, marchas, encontros, celebrações, etc.) obedecem a uma lógica e simbologias produzidas pela Igreja Católica. Enfim, nosso estudo buscou mapear um processo de luta social, quase meio século, num cenário de contradições da forma pela qual a propriedade privada e centrada da terra produziu, bem como as várias fases e faces da instituição no interior dos movimentos sociais de luta pela terra.

Palavras-chave: Igreja Católica, MST, conflitos agrários, Latifúndio, Reforma Agrária.

ABSTRACT

Our study reflect introduction and paper Catholic Church, include PCE(Pastoral Commission of Earth) together in the Socials Movements of Earth in the North of Rio Grande do Sul State. It happened since 1960 until 2009. The Geography Scenario started in the old Sarandi Farm. It was divided in the first decade of Century XX. Our center preoccupation was to analyze big agrarian conflicts about the Earth in the North Region of Rio Grande do Sul State (Master, Natalino, Annoni and Coqueiros). It was to perceive the change and mediation of the Catholic Church together Socials Movement. In the first movement the paper of church was in the politic field activity and organization (syndical creation and combat in the communism). For second (Natalino Farm) the paper of church it was central because it was determinate and aggregate. For third (Annoni Farm), important alterations started in the paper of Catholic Church, 'cause Without Earth Workers Movement was structured (WEWM - MST). In this time politic-faction dimension exceed the limits about religion sphere. In the fourth and last (Coqueiros Farm) there is total absence about church mediation in the organizations of movement. In spite of there is hard tendency social movement's autonomy, later 1990. We concluded that ritual dynamics follow a logic and symbol produced for the Catholic Church. For last, our study looked to list a social fight's process, in a period of meddle century, in this scenario where propriety privation produced conflicts and many phases and faces about church inside Social Movement. .

Words-key: Catholic Church; MST, Without Earth; Large Property; Agrarian Reform.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fazenda Sarandi – localização do principal palco dos conflitos agrários	20
Figura 2: Celebração dos acampados na década de 1980	62
Figura 3: Romaria da Terra reunindo milhares de pessoas na década de 1980	66
Figura 4: Localização da Fazenda Annoni.....	78
Figura 5: Cruz nas caminhadas na década de 1980	86
Figura 6: Concentração dos sem terra na da Capital gaúcha em 1986	89
Figura 7: Símbolos das celebrações e místicas do MST.....	97
Figura 8: A cruz e a bandeira do movimento	100
Figura 9: Localização dos acampamentos dentro da Fazenda Coqueiros.....	104
Figura 10: Vista do acampamento na Fazenda Coqueiros em 2007.....	113
Figura 11: Caminhos da marcha do MST no estado do Rio Grande do Sul	120
Figura 12: Foto dos barracos na BR 386 em Sarandi	126

LISTAS DE TABELAS

1 - Tabela de comparação para reforma agrária na Fazenda Coqueiros.....	115/116
---	---------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARS - Aliança Republicana Socialista

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CIMI - Conselho Missionário Indígena

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FAG – Frente Agrária Gaúcha

FETG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LC - Ligas Camponesas

Master - Movimento de Agricultores Sem Terra

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST – Movimento dos Sem Terra

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PJR – Pastoral da Juventude Rural

RBS - Rede Brasil Sul

STRs - Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	18
A Igreja Católica nos conflitos agrários do norte gaúcho (1960 – 1978)	18
1.1 O processo histórico de constituição dos movimentos sociais populares.....	19
1.2 As contradições do capital fundiário.....	19
1.3 A Igreja Católica: as CEBs e a teologia da libertação.....	22
1.4 As organizações sindicais através das Ligas Camponesas, Ultab, Master e a FAG no norte Rio Grande do Sul.....	26
1.5 A dinâmica organizativa do Master e o governo de Brizola.....	29
1.6 A FAG e seu trabalho.....	34
1.7 O combate ao comunismo.....	41
1.8 O golpe militar e a Igreja Católica nos conflitos agrários gaúcho.....	43
1.9 A Fetag e a Contag e suas ações mediadoras	48
CAPÍTULO II	51
A Igreja Católica na Encruzilhada Natalino (1980 - 1983).....	51
2.1. - Pastoral da Terra: inserção social e ação político-organizacional.....	51
2.2 Período de luta e conquista da reforma agrária.....	55
2.3 O surgimento do acampamento da Encruzilhada Natalino.....	57
2.4 A cruz como símbolo e “bandeira” dos acampados.....	60
a) Semana Santa: a espera da “ressurreição” na beira da estrada	64
b) A festividade do Natal em 1981 no acampamento da Encruzilhada Natalino	65
c) A V Romaria da Terra em julho de 1982.....	65
2.5 Cantos e encenações.....	67
2.6 A mística e fé do sem.terra.no início da.década de 1980.....	70
2.7 A organização e a contribuição da Igreja junto aos colonos sem-terra.....	73
CAPÍTULO III	77
A Igreja Católica no conflito pela terra na Fazenda Annoni (1985 - 1993).....	77
3.1 A ocupação da Fazenda Annoni.....	77

3.2 A Igreja e sua mediação junto ao movimento e aos proprietários da Fazenda Annoni	81
3.3 Novas estratégias para pressionar o governo.....	84
3.4 A mística na ação do dia a dia dos sem terra na Fazenda Annoni.....	87
3.5 Preocupações e objetivos dos acampados da Fazenda Annoni.....	92
3.6 A Fazenda Annoni e sua utilização coletiva e provisória.....	94
3.7 A redefinição do apoio da Igreja junto ao MST.....	96
3.8 A organização e a formação da consciência política na Fazenda Annoni.....	99
3.9 Um contexto de fragilização dos movimentos sociais.....	101
CAPÍTULO - IV.....	104
A CPT e o conflito agrário na Fazenda Coqueiros (2004 - 2009).....	104
4.1 Os movimentos sociais populares no início do século XX.....	105
4.2 Redefinições nas ações do MST.....	109
4.3 Desocupação ou desapropriação da Fazenda Coqueiros?.....	111
4.4 A grande marcha no Rio Grande do Sul em direção à Fazenda Coqueiros.....	119
4.5 As místicas que ocorrem dentro do acampamento.....	121
4.6 Controvérsia em torno da presença ou ausência da Igreja Católica.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS.....	135
ATAS E RELATÓRIOS	138
ENTREVISTAS	139
JORNAIS.....	141
REVISTAS.....	143
OUTROS DOCUMENTOS.....	144

INTRODUÇÃO

A nossa grande motivação ao fazer este estudo sobre os conflitos agrários e a presença da Igreja Católica na região Norte do Rio Grande do Sul explica-se por ter acompanhado desde 2004 as notícias chegadas todos os dias pelos meios de comunicação, como a RBS (Rede Brasil Sul) e os jornais locais de Passo Fundo, *O Nacional* e o *Diário da Manhã*, sobre os conflitos agrários, especialmente na ocupação da Fazenda Coqueiros. Observamos que nos acampamentos anteriores, como nos da década de 1980, a Igreja estava envolvida, com mais visibilidade, porém no momento as notícias da imprensa e as estratégias do atual movimento não revelavam mais isso.

Portanto, ao procurar nos inteirar sobre o papel da Igreja nos conflitos agrários da região do Alto Uruguai¹ (norte do Rio Grande do Sul), analisamos estudos sobre acampamentos e assentamentos anteriores descritos em alguns trabalhos, como o de Telmo Marcon, Ivaldo Gehlen, José de Souza Martins, Elli Benincá, Leandro Hoffmann e João Carlos Tedesco. Ao analisar esses estudos, delimitamos os seguintes pontos: a) a alteração da presença da Igreja Católica na mediação aos conflitos agrários ocorridos entre os anos de 1960 e 2009; b) a ausência da Igreja Católica nos conflitos agrários no final da década de 1980 que se deve ao fato de ter preparado suas lideranças, instituído e sedimentado seus rituais e estrutura de ação a ponto de eles não mais necessitarem da presença oficial da instituição.

A nossa hipótese gira em torno dessa segunda questão, pois acreditamos que a tão desejada autonomia do movimento de luta pela terra, característica nos movimentos sociais pós-década de 1980, é a expressão de um processo que colheu os frutos da presença institucional da Igreja Católica.

Ainda como forma de justificativa da pesquisa, destacamos que se observa o grande interesse da Igreja no campo político em nível nacional. A partir da metade da década de 1950 configurou-se uma estrutura de oportunidades políticas que permitiu o desenvolvimento de forças combatidas pela Igreja, dentre as quais o PCB e o Master. Desse modo, a Igreja demonstra interesse em manter o controle sobre qualquer entidade que objetivasse o controle social no meio rural para, assim, a hegemonia social.

Assim a Igreja esteve identificada com o meio rural e, principalmente, com a agricultura familiar, pois é esse cenário que alimenta valores ligados a uma cultura religiosa,

¹ A área conhecida como o Alto Uruguai compreende uma vasta região que faz divisa entre estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, situada às margens do rio Uruguai.

sendo, sobretudo, um viveiro de vocações sacerdotais, conforme pesquisa de Elli Benincá, que será analisada no II capítulo.

Outro ponto de extrema importância é o conflito interno na Igreja Católica, em que a diocese de Passo Fundo que se destacou pelo conservadorismo religioso, introduzido por dom Cláudio Kolling (1951-1980). Assim, há a necessidade de se fazer uma análise sobre os conflitos internos e os processos que ocasionaram o intenso envolvimento de representantes religiosos da instituição com os conflitos pela terra na região.

Portanto, iniciamos pela grande Fazenda Sarandi, palco central das lutas envolvendo camponeses, latifundiários e Estado nas últimas décadas do século XX no Rio Grande do Sul, a qual está situada a 350 km a noroeste de Porto Alegre, num entroncamento de duas rodovias entre as cidades de Passo Fundo, Carazinho, Sarandi e Ronda Alta, na região Norte do Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 1960 e 2009 houve grandes conflitos agrários na região Norte do Rio Grande do Sul, os quais se distanciam por menos de 30 km entre si: a Fazenda Sarandi, o entroncamento de Encruzilhada Natalino, a Fazenda Annoni e, o mais recente, a Fazenda Coqueiros. Esses acabaram por ser constituídos como lugares simbólicos da luta pela terra. É nesse palco de conflitos que pesquisamos sobre a presença da Igreja Católica e a sua mediação junto aos camponeses sem-terra que buscam a reforma agrária. Portanto, o objetivo deste trabalho é sistematizar, organizar e dissertar sobre a influência e mediação da Igreja Católica sobre os acampados e a sociedade envolvida com os conflitos agrários ocorridos durante meio século, de 1960 a 2009, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul.

A metodologia utilizada para pesquisa e análise da mediação da Igreja Católica nesses cinquenta anos de conflitos agrários envolveu pesquisas em arquivos dos jornais locais, como *O Nacional*, o *Diário da Manhã*, e de jornais de maior abrangência, como o *Zero Hora* e o *Correio do Povo*, para levantamento de matérias no que tange à presença da Igreja Católica nos conflitos em questão. Também foram realizadas várias visitas às lideranças dos acampados e assentados, bem como buscamos entrevistar políticos da região e religiosos que atuaram diretamente nos conflitos agrários, o que possibilitou o uso da fonte oral para investigar o objeto de análise. Acreditamos que essas entrevistas puderam oferecer um quadro empírico e analítico ao nosso estudo do processo de mediação da Igreja Católica, pois são as fontes vivas que fizeram parte dos desfechos nos conflitos agrários da Grande Fazenda Sarandi.

Portanto, queremos destacar no primeiro capítulo a presença histórica e as redefinições da Igreja Católica em seu suporte e formação de lideranças dos acampamentos. Para isso, deveria ser colocada em prática a ação da Igreja, razão por que no início da década de 1960 se

criaram as Comunidades Eclesiais de Base². Também surgiram os livros do frei Leonardo Boff sobre a teologia da libertação³ e os documentos do Concílio Vaticano II, em 1965, que apontavam para uma direção: o compromisso da Igreja para com as causas populares. Ainda em 1968, com os documentos de Medellín na Colômbia, reforçou-se a ideologia do compromisso da Igreja em defesa dos pobres. Nesse contexto, será analisada a trajetória da CNBB, FAG, Fetag, CPT e de outras entidades que se fizeram presentes junto aos acampados nos conflitos pela terra.

No segundo capítulo destacaremos o papel efetivo da CPT, a qual assumiu a causa dos agricultores sem-terra, organizando-os, orientando-os e buscando junto ao governo e órgãos competentes à desapropriação da Encruzilhada Natalino. Assim, a Igreja Católica foi representada pelo padre Arnildo Fritzen, o qual mistificou a cruz como representação e identificação do sofrimento e da ressurreição de Jesus Cristo com aquelas pessoas que ali estavam acampadas.

No terceiro capítulo analisaremos o conflito social na Fazenda Annoni, na qual a Igreja esteve presente para formar lideranças, que começariam a conquistar sua autonomia e, assim, organizar suas estratégias de ação. Conseqüentemente, surgiram novas entidades, como o PT, o MST e a CUT, que com suas direções passaram a imprimir nova visão à luta pela terra para reforma agrária. Para estudar esse processo de mediação da Igreja Católica junto aos conflitos agrários do norte do estado gaúcho, visitamos e conversamos com pessoas que já estavam assentadas e com lideranças que haviam participado dos conflitos da Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni. Percebemos que muitos projetos ligados à Igreja sofreram mudanças com o passar dos anos.

Observamos que as festividades dos acampados em comemoração ao assentamento em 2008 e 2009 já não estão mais ligadas tanto à questão da Igreja Católica, pois nas místicas trabalha-se muito com a simbologia da bandeira do MST, com produtos produzidos pelos agricultores, pouco utilizando a simbologia da cruz como parte da história dos sem terra que esteve presente na década de 1980. A mística realizada projeta-se muito mais pela emoção no

² CEBs “eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas. Daí o nome de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade.” Disponível em: www.pime.org.br/mundoemissao/igrejacebs.htm. Acesso em: 11 de jun. 2009.

³ A teologia da libertação surge para mostrar que Deus é “Pai – Nosso”; portanto, os homens e as mulheres devem se relacionar como irmãos e irmãs, sem haver exclusão, sem haver opressão ou sem qualquer tipo de violação da dignidade humana. Lutar pela libertação é valorizar a paternidade universal de Deus, que se manifesta nas relações justas e fraternas entre todos os seres humanos. (Artigo: O Absurdo e a Graça: o que é a teologia da libertação – Nascimento, Claudemiro Godoy do - 23 de maio de 2008).

canto do hino do movimento, traduzindo o comprometimento dos integrantes para que não desistam de seu principal objetivo, que é conquistar a reforma agrária. Por isso, os discursos das lideranças são empolgantes, com grande direcionamento político, diferente das reflexões feitas pelo padre Arnildo nos acampamentos da Encruzilhada Natalino e na Annoni, que eram totalmente alicerçadas na ideologia religiosa católica, na teologia da libertação e no livro do Êxodo⁴ do Antigo Testamento.

No quarto capítulo analisaremos como a Igreja Católica marcou presença de mediação no conflito da Fazenda Coqueiros, o qual foi totalmente organizado e orientado pelo MST. Neste acampamento veremos que a Igreja se faz presente, mas com um trabalho esporádico, que envolve apenas celebrações, batizados e enterros, ou seja, rituais tradicionais realizados em toda comunidade cristã católica comum.

Sabemos, porém, que nesse período de quase cinquenta anos (1960 a 2009), os camponeses sem-terra estiveram amparados pela Igreja Católica, a qual sempre esteve presente entre eles, mas no decorrer dos anos houveram novas redefinições, pois as lideranças dos agricultores sem-terra passaram de líderes religiosos para líderes políticos. E essa análise que queremos ajudar a sintetizar e a clarear.

⁴ Que, diga-se de passagem, conta a História de uma conquista sobre a terra de um povo sofrido pela injustiça. Servindo ainda hoje como legitimação ideológica de dominação.

CAPÍTULO I

A Igreja Católica nos conflitos agrários do norte gaúcho de 1960 a 1978

Este capítulo tem por objetivo analisar a organização e participação da Igreja Católica nos conflitos agrários existentes no norte do estado do Rio Grande do Sul de 1960 a 1978, em especial na luta pela terra. Este período se destaca pela formação de acampamentos junto às áreas de latifúndios existentes no Alto Uruguai, região que seria grande palco de conflitos agrários entre proprietários e camponeses sem-terra.

Nesse contexto, serão analisadas a trajetória da CNBB, CEBs, FAG, Utab, Fetag, CPT, teologia da libertação e de outras entidades ligadas à Igreja Católica que estiveram presentes no dia a dia dos acampamentos. Procuramos descrever as diversas estratégias adotadas pela Igreja em seu trabalho de pastoral rural e a sua opção pelos pobres, que assim teve um papel fundamental de mediação, orientação e motivação junto aos camponeses sem-terra para que fossem assentados.

Também faremos uma análise sobre o Master ⁵, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, ampliado posteriormente aos pequenos e médios proprietários. O movimento contou com grande apoio de governador Leonel Brizola e foi muito importante para organizar os camponeses sem-terra que buscavam na reforma agrária um novo meio de sobrevivência e melhores condições de vida.

Portanto, entendemos ser necessária essa análise em razão de que os processos e lutas sociais que se desencadeariam posteriormente teriam como pano de fundo essas entidades presentes na história dos conflitos agrários gaúcho.

⁵ O Movimento de Agricultores Sem Terra (Master) teve inspiração nas Ligas Camponesas. Nasceu em Encruzilhada do Sul, com a fundação da primeira “Associação dos Agricultores Sem Terra”, em maio de 1960, sob a liderança do então prefeito Milton Seres Rodrigues, um dos fundadores e primeiro presidente do Master. A motivação da primeira associação foi a sublevação de seiscentos posseiros que se negaram a cumprir ordem judicial de despejo na ilha de Faxinal, no mesmo município.

1.1 O processo histórico de constituição dos movimentos sociais populares

O Brasil é rico em quantidade e diversidade de movimentos sociais populares. A história recente nos mostra que os dois últimos séculos foram intensamente marcados por lutas de resistência, localizadas ou gerais, de diferentes grupos e povos. Dentre essas se destacam: Canudos, Contestado, Muckers, indígenas e as inúmeras lutas atuais. Em última instância, podemos dizer que todas essas lutas, históricas e atuais, foram e estão sendo travadas por setores populares oprimidos, que se organizam e lutam por direitos, liberdade, autonomia, soberania, emancipação social e cidadania. A partir da década de 1930 iniciou-se um importante movimento de organização popular, fortalecido pela Ação Católica, que se caracterizou pela luta por direitos, tanto que em 1937 o presidente Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, reconheceu vários direitos às camadas populares, especialmente o direito à sindicalização. Nos anos subsequentes, que foram de maiores aberturas democráticas, surgiram diversos outros movimentos, mas um período fértil de organização popular foi o final da década de 1950, em plena expansão do processo de urbanização e industrialização brasileira. Segundo Irio Luiz Conti ⁶:

A partir da Ação Católica específica (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC) que foram todas as pastorais da Igreja ligadas a juventude e de vertentes marxistas nasceram diversos e fortes movimentos populares que reivindicavam avanços, tanto no campo agrário brasileiro como no meio urbano que assistia a um rápido crescimento das cidades. Toda essa efervescência de organização social e popular foi aniquilada e arrasada pelo Golpe Militar de 1964. O regime militar se impôs e liquidou com quaisquer iniciativas que pudessem “cheirar” às mudanças sociais e instabilizar o regime.

Foi esse o tempo da repressão, exílio, expulsão, desaparecimento, tortura e assassinato de muitas lideranças sociais populares, quando as iniciativas de organização popular ficaram sob as cinzas e/ou clandestinas.

1.2 As contradições do capital fundiário

No final da década de 1950 e início da de 1960, várias reservas indígenas no norte do estado do Rio Grande do Sul foram “loteadas” e medidas pelo governo estadual, gerando uma situação de tensão. Os índios reivindicavam a devolução dessas terras e os que nelas trabalhavam viviam inseguros.

⁶ CONTI, Irio L. Mestre em Sociologia (UFRGS), especialista em direitos humanos, professor no Ifibe e na Redesan, presidente da FIAN Internacional, diretor social do Ceap e conselheiro do CONSEA, religioso que vem trabalhando desde a década de 1980 com pastorais ligadas aos sem terra e acompanhou o acampamento de Coqueiros do Sul e de Sarandi e é filho de pequenos agricultores. Entrevista no dia 23 fev. 2010.

A Fazenda Sarandi, palco central das lutas envolvendo camponeses e latifundiários e Estado, está localizada a 350 km a noroeste de Porto Alegre, no Alto Uruguai do estado gaúcho. É nessa região que desde a década de 1960 aconteceram grandes mobilizações e concentrações de pessoas, as quais estiveram envolvidas em conflitos rurais, reivindicando terra para dela tirar o seu sustento. Esses eram os sem terra e pequenos produtores, que contaram com o apoio de uma grande parte da Igreja Católica, como organizadora e orientadora por meio de suas pastorais, sobre a qual trataremos profundamente mais adiante.

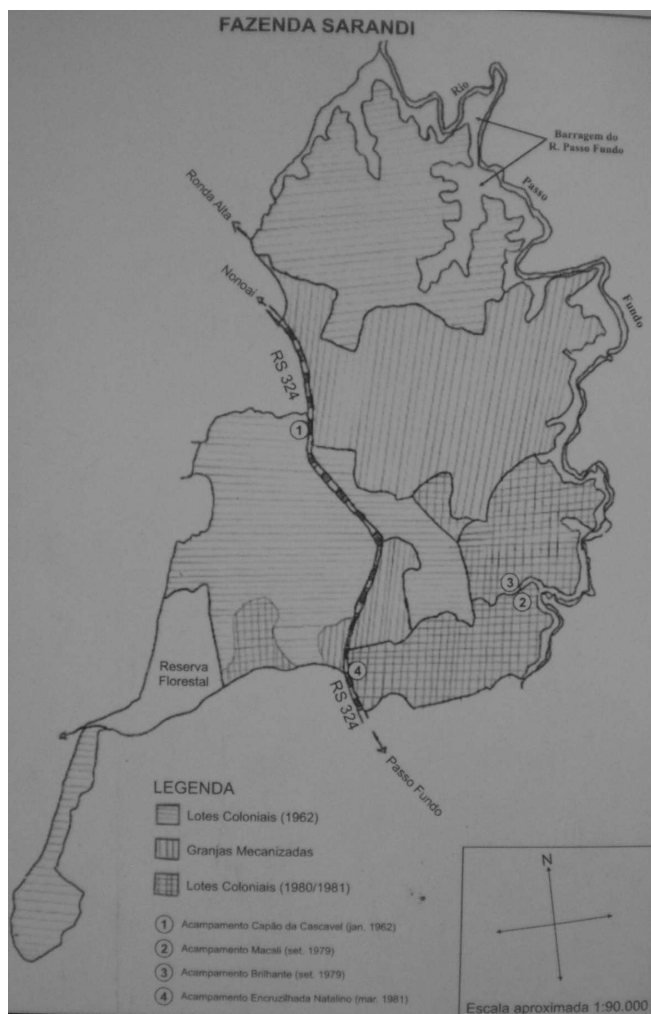


Figura 1: Fazenda Sarandi – localização do principal palco dos conflitos agrários do norte do Rio Grande do Sul
Fonte: GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado*; o caso da Fazenda Sarandi. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFRGS, Porto Alegre, 1983, p. 149.

A agricultura regional no período que estamos analisando neste capítulo demonstrava sinais de crise, principalmente à de base camponesa representada pelo pequeno agricultor familiar, atestando a alteração de padrões produtivos regionais. O pequeno agricultor que produzia de uma forma tradicional era a expressão do núcleo central da crise, principalmente em razão dos solos esgotados, dos baixos preços de seus produtos (trigo, milho e carnes), do

latifúndio que o limitava cada vez mais, do esgotamento de espaço de reprodução no interior das unidades (bloqueio fundiário) e da busca por novas terras em outras fronteiras regionais. No relato de Tedesco e Santos:

Os granjeiros passaram a ser expressão do que se desenhava para a agricultura produtora de cereais no país e no estado gaúcho. Por isso, foram incentivados com subsídios, recursos técnicos, aquisição de terras, assessorias técnicas, criação de cooperativas, silos e processos modernos de comercialização e industrialização, com especial atenção à indústria moageira e às agroindústrias transformadoras de produtos⁷.

O objetivo era promover a tão já conhecida modernização produtiva, a qual teve na região do centro-norte gaúcho um espaço de grande referência. A cultura da soja no início da década de 1960 veio consolidar esse paradigma modernizante, bem como seletivizar as unidades produtivas, o que se intensificaria nas décadas seguintes, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento do governo militar.

As transformações no campo, com a introdução do capitalismo, provocaram grandes mudanças no meio agrícola, inclusive causando o êxodo rural. Portanto, a modernização da agricultura não representou a crescimento da produção para o pequeno agricultor, pois este não conseguia competir com o mercado nem alcançar os níveis de competição de produção exigidos pela modernização, o que levou a uma grande crise. Muitos desses camponeses haviam feito empréstimos estimulados pela modernidade da agricultura, mas, como esse processo exigia muita qualidade dos produtos e uma grande expectativa de produtividade para atender ao padrão do mercado, tornou-se inviável a continuidade das formas tradicionais de produção. Pagoto descreve essa realidade da seguinte forma:

Com a alta dos juros, o endividamento junto aos bancos cresceu vertiginosamente. Não conseguindo saldar seus compromissos junto aos credores, muitos agricultores foram obrigados a se desfazer de suas propriedades, entregando-as aos bancos e foram morar na cidade ou trabalhar para outros como arrendatários. Enquanto os trabalhadores ficavam sem terra para trabalhar, os bancos tornavam-se grandes proprietários⁸.

Portanto, sem condições de se manter e de competir no mercado com os grandes proprietários e endividados num curto espaço de tempo, os agricultores sentiram o outro lado da modernização, ou seja, ficou visível a prioridade dada ao grande capital e à grande

⁷ TEDESCO, J. C.; SANTOS, P. DOS. A Igreja Católica e o sindicalismo rural no Rio Grande do Sul – 1950 – 1980: mediações e conflitos. In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org). *Ciências sociais: temas contemporâneos – Trabalho e movimentos sociais*. Passo Fundo, UPF, 2007, 301.

⁸ PAGOTO, Terezinha. *A importância do MST na conquista da terra nos assentamentos José Maria e Santa Rosa III, em Abelardo Luz, oeste catarinense, no período de 1985 a 1987*. Dissertação (Mestrado em História) UPF, Passo Fundo, 2009. p. 38.

produção e a exclusão do pequeno agricultor. Nessa situação, os pequenos produtores rurais passaram por um processo de empobrecimento gradativo e as suas condições de vida agravaram-se. Assim, muitas famílias abandonaram o meio rural em direção ao meio urbano em busca de empregos. Todavia, como nem todas essas pessoas conseguiam empregos e melhorias na cidade, grande parte delas juntou-se aos camponeses sem-terra para forçar a reforma agrária.

1.3 A Igreja Católica: as CEBs e a teologia da libertação

Até chegar ao Concílio Vaticano II, a Igreja Católica passou por diversas fases, indo da perseguição às pessoas, como se deu nas Cruzadas, até a opção pelos pobres, o que seria definido e estabelecido oficialmente com a teologia da libertação no Vaticano II. Porém, é preciso deixar claro que a opção pelos pobres não foi assumida por muitos, mesmo depois do Concílio, assim como é opção de algumas pessoas que a ela aderiram mesmo antes deste.

É nesse espaço temporal de 1960 a 1980 que parte da Igreja Católica atenta aos direitos humanos e compromete-se com os oprimidos, sem vez e sem voz. Consciente de que as transformações sociais e a ascensão social dos pobres passam pelo rompimento das cadeias que escravizam não só em seu trabalho, mas também em sua consciência, a instituição começa a atuar na organização dos mesmos. Portanto, a Igreja Católica, extremamente atuante no meio social e rural por excelência, pensava um “capitalismo social” mais humano e solidário, num mundo que havia se reerguido duas décadas após a Segunda Guerra, que estava se modernizando, se alterando em termos de valores, etc. Para isso, a instituição entendia que seriam necessárias mudanças estruturais.

O golpe militar de 1964 reprimiu todos os movimentos populares, sindicais e políticos da época, sendo desmanteladas as organizações populares. As CEBs⁹, no entanto, por serem “redutos” de orações e festas, não foram atingidas pelo nefasto regime militar. E foi aí que novas experiências pastorais foram muito incentivadas. A leitura da Bíblia em comunidade e em pequenos grupos da perspectiva social do oprimido foi gestando uma nova maneira de

⁹ As Comunidades Eclesiais de Base: são comunidades, uma reunião de pessoas que vivem na mesma região e possuem a mesma fé. São eclesiais, porque estão unidas à Igreja. São de base porque são constituídas de pessoas das classes populares. Localizam-se em geral na zona rural e na periferia das cidades. Organizam-se em torno das paróquias ou capelas por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Foram reconhecidas como o primeiro e fundamental núcleo eclesial, responsável em seu próprio nível pela riqueza e dinamização do projeto de Jesus de Nazaré.

viver, de sentir a presença de Deus, de ver a realidade, de compreender o “outro” (como irmão). Assim, a vida nas comunidades vai forjando um “novo” cristão.

“As comunidades eclesiais de base são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: celebração dominical realizada por leigos; ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade”¹⁰. As CEBs nasceram numa conjuntura sociopolítica marcada pelo regime militar autoritário e pelo consequente fechamento dos canais de participação política. Reagindo contra ele em nome dos direitos humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu cobertura institucional às CEBs e às pastorais mais sujeitas à repressão policial militar. Assim, na década de 1970 e no início da seguinte, muitos setores sociais encontraram nas CEBs seu espaço de atuação política, embora não deixassem de ser espaços propriamente religiosos.

As CEBs se formaram, de modo geral, em regiões cuja população não era frequentemente atendida por padres. A respeito descreve Oliveira:

Dadas as grandes extensões territoriais ou demográficas de muitas paróquias rurais e da periferia urbana, a Igreja Católica passou a estimular leigos e leigas a assumirem por si mesmos os serviços religiosos em sua comunidade. Ocupando uma posição de liderança religiosa, essas pessoas tenderam a assumir também um lugar de destaque no sistema de poder local¹¹.

Inspirada por uma leitura transformadora da realidade social em que vivem os pobres, a Bíblia fala do Reino de Deus que se produz nas relações concretas das pessoas. Os membros da CEBs procuraram concretizar essa nova visão atuando em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, associações de movimento, normalmente ações caracterizadas como de cunho marxista, em virtude da valorização do igualitarismo, da democracia direta e da utopia socialista. Assim, não seriam atingidas pela repressão militar.

A Comunidade Eclesial de Base leva as pessoas a serem sujeitos da sua própria história, ajudando-as a assumir sua identidade, como herdeiros do passado, protagonistas do presente e construtoras do seu próprio futuro; conduz a que se sintam unidas pela história e pela cultura, tornando-as conscientes de um projeto comum e organizando-se para alcançar e viver esse projeto. Segundo José Marins, isso se dá “lutando para ajudá-las a assumirem sua condição de sujeitos diante da pressão das forças coletivas, bem como para que alcancem a

¹⁰ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; WELTMAN, Fernando Lattman; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico – biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 1488.

¹¹ Idem. p. 1488.

condição de sujeitos transcendendo a miséria e o aniquilamento”¹². O secretário executivo nos primeiros anos da CPT do Rio Grande do Sul esclarece a respeito das CEBs:

Em 1970, as CEBs criaram as lutas específicas por água, luz, moradia, terra. Quando tudo parecia morto pela repressão, ressurgiu a vitalidade das comunidades, onde o povo de Deus parte em busca dos direitos básicos e fundamentais. Em 1975, surgem as oposições sindicais, com uma proposta nova de sindicalismo, mais combativo, dinâmico e participativo ¹³.

Nos movimentos populares e específicos no meio rural em nível de Brasil foi onde as CEBs mais proliferaram. Os camponeses, com a palavra do padre ou do bispo, foram se conscientizando e, assim, se organizando para reivindicar seus justos direitos e espalhar os movimentos e organizações populares também no campo. O homem do campo (pequeno agricultor, boia-fria, assalariado rural), encontrando apoio na Igreja, passou a ter um aliado que o estimulava na busca de seus justos direitos. “Os movimentos populares são aqueles que surgem da organização do povo, de sua própria iniciativa e necessidade, e são a partir de lutas bem concretas e determinadas. Surgem também a partir de problemas que exigem soluções do próprio povo ou das autoridades locais, ou nacionais” ¹⁴.

A partir do Concílio Vaticano II, em 1965, e dos encontros episcopais de Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979, a Igreja Católica assumiu explicitamente uma opção preferencial pelos pobres. Desde então, a sua inserção junto às classes populares passou a estimular a organização e também a difundir uma visão calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase à participação popular. Conforme Pagoto: “Logo após o Concílio, a Igreja opta pelos pobres, deixando de ser burguesa, e passa a evangelizar com prática relacionando a situação da agricultura e cotidiano do povo. A Igreja fez uma verdadeira revolução do modelo de pensar uma nova concepção de sociedade” ¹⁵. A afirmação de Pagoto refere-se à opção que a Igreja Católica fez pelos pobres; contudo, isso não quer dizer que antes do Concílio não existissem essas práticas.

Outro fator importante foi a teologia da libertação, uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir da década de 1970, baseada na opção pelos pobres, contra a pobreza e pela sua libertação, ou como encontramos no livro *A Igreja dos oprimidos*, coordenado por

¹² MARINS, José. *Metodologia emergente das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 23.

¹³ DALLAGNOL, Wilson. *Transformar a capela rural em comunidade: a Pastoral da Terra*. Caxias do Sul: S. Miguel, 1989, p. 33.

¹⁴ Idem. P. 33.

¹⁵ PAGOTO, Terezinha. *A importância do MST...*, 2009. p. 49.

Helena Salem e apresentado por Paulo Freire, “uma nova teologia, centrada na libertação social, e não mais na salvação eterna individual”¹⁶. Desenvolvida inicialmente na América Latina, esta teologia utilizou como ponto de partida de sua reflexão a situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. Essa situação é interpretada como produto de estruturas econômicas e sociais injustas, influenciada pela visão das ciências sociais, sobretudo pela teoria da dependência na América Latina¹⁷, de inspiração marxista.

Uma característica da teologia da libertação é considerar o pobre não um como objeto de caridade, mas como sujeito de sua própria libertação. Assim, seus teólogos propõem uma pastoral baseada nas Comunidades Eclesiais de Base, nas quais os cristãos das classes populares se reúnem para articular fé e vida e, juntos, se organizam em busca de melhorias de suas condições sociais pela militância no movimento social ou política, tornando-se protagonistas do processo de libertação. Além disso, apresentam-se as Comunidades Eclesiais de Base como uma nova forma de ser Igreja, com forte vivência comunitária, solidária e participativa.

O interesse principal da teologia da libertação, segundo Boff, é criar uma ação da Igreja que ajude, efetivamente, os pobres, na qual tudo deve convergir para a prática do amor. Explica Boff:

A Teologia da Libertação, finalmente, tenta articular uma leitura da realidade a partir dos pobres e no interesse da libertação dos pobres: em função disto aciona as ciências do homem e da sociedade, medita teologicamente e postula ações pastorais que ajudem a caminhada dos oprimidos. A missão de libertar os injustiçados e marginalizados é, pela fé e sua tradição, adjudicada ao Messias; a comunidade messiânica se associa a esta tarefa sendo também sinal e instrumento de libertação integral. A Teologia da Libertação procura dar uma resposta adequada e crítica à pergunta fundamental que angustia nossa consciência cristã e latino-americana: Como ser cristãos num mundo de miseráveis? Só o podemos ser, autenticamente, vivendo nossa fé de forma libertadora¹⁸.

Portanto, a função da teologia da libertação, segundo Galilea, “foi achar o verdadeiro significado da libertação nos diferentes e concretos contextos históricos contemporâneos,

¹⁶ MOURA, Antonio Carlos. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Coordenação Helena Salem. Brasil Debates, 1981, p. 39.

¹⁷ Para a teoria da dependência a caracterização dos países em "atrasados" decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos". A dependência expressa subordinação, a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido (ou limitado) ao desenvolvimento de outros países e não era forjado pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos, mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção no capitalismo mundial dada pelo imperialismo. Portanto, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência, não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar, inclusive, a ruptura com o próprio capitalismo.

¹⁸ BOFF, Leonardo; BOFF, Clovis. *Da libertação: o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979, p. 20-21.

contra a injustiça, a exploração do homem pelo homem e pelo Estado, dos mecanismos e sistemas econômicos”¹⁹.

Toda essa construção vem motivada pela opção preferencial pelos pobres afirmada na Conferência Latino-Americana dos Bispos em Puebla. Também não podemos perder de vista que no período da ditadura militar a Igreja era o grande guarda-chuva sob o qual os descontentes do regime podiam se abrigar. Então, é nesse contexto, juntamente com o empobrecimento dos camponeses e o crescimento dos agricultores sem terra, que a Igreja começou a partir da fundamentação bíblica para organizar os sem terra. Nesse primeiro momento, as CEBs e o surgimento da CPT foram essenciais na constituição MST.

1.4 As organizações sindicais através das Ligas Camponesas, Ultab, Master e a FAG no norte Rio Grande do Sul

Com relação aos sindicatos, aos poucos os cristãos conscientes e comprometidos com sua classe foram notando que a estrutura sindical existente era viciada, atrelada, atrasada e obsoleta, ou era “pelega”, não articulando a classe trabalhadora nem a organizando, não unindo nem reunindo as categorias profissionais para as suas reivindicações urgentes. Esses vícios e deturpações provocaram os cristãos, juntamente com outras pessoas, a “limpar” e tornar autênticos os sindicatos. Assim, passaram a fazer oposição às velhas e eternas diretorias, que há anos estavam nos cargos e não mobilizavam os trabalhadores para suas lutas e necessidades.

Foram decisivas, neste caso, a participação e intervenção dos cristãos nos sindicatos, procurando desenvolver um novo jeito de fazer acontecer o sindicalismo. Segundo o secretário da CPT Wilson Dallagnol:

Os sindicatos dos trabalhadores rurais, principalmente no Rio Grande do Sul, surgiram a partir de todo um trabalho feito pela FAG. Mas o surgimento dos sindicatos, mesmo sendo um fato, não foi problema, muito pelo contrário. O problema está no fato desses sindicatos serem dirigidos por pessoas que estavam atreladas ao estado e comprometidas com os dominantes e opressores. O desafio que passou a aldear os trabalhadores foi de “como fazer do sindicato uma ferramenta do próprio trabalhador”²⁰.

¹⁹ GALILEA, S. *Teologia da libertação*: ensaio de síntese. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 14.

²⁰ DALLAGNOL, Wilson. *Transformar a capela rural...*, 1989, p. 33, 34.

A União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura Brasileira (Ultab)²¹, de influência comunista e ligada também às Ligas Camponesa (LC)²², no início da década de 1950 tentou também imprimir propostas de organização dos pequenos agricultores no estado gaúcho, porém buscava atingir mais os assalariados rurais. A Ultab tinha por finalidade coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais, tendo, em geral, como líderes camponeses. Esta organização foi criada aos poucos em todos os estados do país; as únicas exceções foram os estados do Rio Grande do Sul, onde havia o Master, e em Pernambuco, com as Ligas Camponesas.

Os principais líderes da Ultab foram Lindolfo Silva e Nestor Veras, este sequestrado pelos órgãos da ditadura militar em São Paulo e jamais encontrado. “Na metade da década de 1950, ainda sem poder legalizá-los, foram fundados vários sindicatos e/ou associações de assalariados rurais, como foi o caso de Pelotas, Jaguarão, São Gabriel, Erechim, Itaqui, Santo Ângelo, dentre outros”²³.

Já o Partido Comunista teve a iniciativa de formar sindicatos de assalariados rurais, sendo referendado pela I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em 1953, sob o patrocínio da Ultab. Portanto, desde antes da década de 1960 nota-se a existência de conflitos que representam o início de um trabalho de mobilização que, mesmo no princípio, apontava para a acumulação de experiências vividas pelas classes trabalhadoras rurais²⁴.

Do seu lado, o Partido Comunista começou a organizar associações pré-sindicais, com vistas a obter o seu futuro reconhecimento legal pelo Ministério do Trabalho, quando fosse aprovada uma lei do trabalho rural. Mobilização idêntica começou a fazer a Igreja. Então, ficou claro que as motivações extraeclesiais pesaram decididamente para que os bispos de orientação conservadora e claramente anticomunista se vissem ativamente envolvidos na organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Esse fato se chocava com os interesses da

²¹ A Ultab foi criada em 1954 em São Paulo. A entidade era controlada pelo Partido Comunista, tendo como presidente, o sindicalista comunista Lindolfo Silva, seguindo uma linha que já vinha se desenvolvendo dentro do PCB após 1945 em torno da organização dos trabalhadores no campo.

²² Ligas Camponesas: Entidades pioneiras no Nordeste brasileiro e espalhadas por grande parte do país na organização e apoio ao associativismo camponês e na luta pela reforma agrária. As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945. Foi uma reorganização política de camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento dos trabalhadores rurais. Foram criadas em quase todos os estados brasileiros e tinham o apoio do PCB, do qual eram dependentes.

²³ ECKERT, C. *Movimento dos agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) - UFRRJ, Rio de Janeiro: 1984. p. 64.

²⁴ Idem... , 1984, p. 64.

maioria dos grandes fazendeiros, habituados a levar a exploração do trabalho ao limite máximo, exercitando uma relação de poder pessoal imune à intervenção da Justiça.

Segundo Martins,

o envolvimento da Igreja na questão agrária teve uma origem claramente política. Essa indicação é importante para uma compreensão correta do fato, pois muitos acreditam que tal envolvimento é decorrência de uma progressiva explicitação do que tem sido chamado de “opção preferencial pelos pobres”. Isto é, no entendimento limitado que tal opção às vezes sugere: uma preocupação estritamente econômica com os pobres e a pobreza material²⁵.

O desafio concreto e eficaz da militância comunista no meio rural e, particularmente, o das Ligas Camponesas, de inspiração socialista levou a Igreja a uma ação pastoral que viria a se materializar naquilo que hoje chamamos de “trabalho de base”. A ação da Igreja Católica entre os camponeses a partir de 1950 colocou-a, por implicação, contra os interesses dos grandes proprietários de terra, mesmo que, ideologicamente, como fica claro na carta pastoral do bispo de Campanha, ela entendesse que era deles aliada. Muitos pesquisadores também defendem que a Igreja Católica era tradicionalmente aliada dos grandes proprietários de terra e que, por isso, não podia facilmente assumir um compromisso com os camponeses.

Na verdade, a Igreja Católica era herdeira de uma visão de mundo que vinha do tempo da escravidão e que foi, aliás, um dos pilares do pensamento conservador no Brasil, a visão de que o mundo da fazenda era um mundo unitário e destituído de contradições e conflitos. O bem comum ainda era por ela entendido como o bem do fazendeiro e do seu agregado, assim como no passado entendera que o bem do senhor era também o bem do escravo. Em grande parte por isso é que interpretava as tensões e conflitos dos anos 1950 e 1960 como sendo, necessariamente, resultado de uma agitação que vinha de fora desse mundo trazida pelos comunistas²⁶.

Os católicos e as Ligas Camponesas preconizavam a reforma agrária, com a diferença de que as Ligas Camponesas lutavam por uma reforma agrária radical, confiscatória, ao passo que os católicos queriam uma reforma agrária que respeitasse o direito de propriedade, ou melhor, que não modificasse, mediante “justa” indenização aos proprietários que tivessem suas terras expropriadas²⁷. Ainda, a Igreja Católica se determinava a orientar no sentido da constituição da cidadania dos trabalhadores rurais. Até então, como vimos, esses trabalhadores estavam mergulhados em relações de dependência pessoal, tutelados pelos proprietários de terra.

²⁵ MARTINS, J. S. de. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 31.

²⁶ MARTINS, J. S. de. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 104

²⁷ Idem. p. 113

Baseavam-se antes na subjetividade dos fazendeiros, que impunham a seus dependentes não só critérios de extração do excedente econômico, mas também critérios de comportamento político e até interferiam na vida privada do trabalhador. Dessas relações não podia nascer o cidadão. Por isso, todo o trabalho de conscientização e alfabetização permitia converter um quase servo em eleitor e dotá-lo de informação política que pudesse situá-lo no conjunto da sociedade, na compreensão e defesa dos seus interesses²⁸.

Esse foi o grande desafio da Igreja nas décadas de 1970 e 1980, quando atuou para que as pessoas se tornassem protagonistas da sua própria história. Entretanto, é no ano de 1960 que se pode datar a conflagração dos movimentos e lutas sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, de uma forma mais identificada com a questão fundiária e com o associativismo de classe de uma forma mais orgânica, mediada, e que tinha nas suas pautas de reivindicações também o sindicalismo rural. Isso se deu com o Master e a FAG, ainda que de maneira diferenciada em sua essência.

1.5 A dinâmica organizativa do Master e o governo de Brizola

É dentro da crise do populismo nacional na década de 1960 que emerge o debate sobre a questão agrária, acompanhado de mobilizações camponesas, entre as quais se cita a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de trezentas famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul. Nos anos seguintes, o movimento disseminou-se por todo o estado gaúcho. Para o Master²⁹ eram considerados agricultores sem-terra o assalariado rural, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e seus filhos. Em 1962, o Master iniciou com os acampamentos uma forma particular de organizar suas ações, na luta para obter terra. O movimento cresceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia o então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Todavia, com a derrota do partido nas eleições de 1962, o Master passou a sofrer ataques do novo governo estadual, de instituições e entidades, o que o enfraqueceu. Teve como principais líderes Jair Calixto, em Nonoai; João Sem Terra, na região de Porto Alegre; Müller, na região de Cachoeira e Encruzilhada do Sul.

Na análise dos movimentos de sem-terra em primeiro lugar emerge a questão da situação da agricultura gaúcha, que gerou o agricultor sem-terra, ou seja, um agricultor mobilizável na luta pela reforma agrária; em segundo lugar, a existência, no período de 1959 a

²⁸ MARTINS, J. S. de. *O poder do atraso*: ...p. 115.

²⁹ GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado*; o caso da Fazenda Sarandi. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFRGS, Porto alegre, 1983, p. 82.

1962, de um governo (Brizola) que estimulou a mobilização de setores populares, entre os quais os agricultores sem-terra. Esses fatores foram reflexo da situação econômica e política nacional.

O surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul em 1960 deveu-se à conjuntura política regional e nacional, em razão da entrada do capitalismo no campo, que levaria à violência contra os trabalhadores rurais e à expulsão desta mão de obra, substituída pela máquina. Assim, ocorreu a transformação das terras desses trabalhadores em grandes latifúndios, que passaram a produzir para exportação. Então, a grande contradição é que, enquanto o capitalismo tecnológico promove o aumento de produção agrícola, os trabalhadores rurais vão ficando sem nada, na miséria. É nessa relação de oposição entre o capital e os expropriados da terra que se estabelecem os confrontos de violência e as novas propostas de lutas políticas. Nesse contexto surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o objetivo de organizar aqueles trabalhadores rurais expropriados da terra ou que dela foram expulsos. A organização dos “sem terra” tentou recuperar também a experiência de outras lutas no campo, como o Master, que atuou no Rio Grande do Sul de 1959-1962, vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro, sob a inspiração do então governador Leonel Brizola. A importância do Master está ligada às ocupações da Fazenda Sarandi e do Banhado do Colégio, em Camaquã-RS, em 1961.

Eckert aponta como causas do surgimento do Master a política agrícola a mecanização e o capitalismo:

A primeira refere-se ao alto índice de concentração da propriedade da terra, e o segundo, ao esgotamento da fronteira agrícola do Estado. Essas causas, inter-relacionadas, provocaram a emergência dessa parcela da população rural, que passou a ter reduzidas as possibilidades de apropriação e acesso à terra “barata” e em dimensão suficiente para manter parcelas de reserva que considerassem as futuras necessidades de emancipação dos filhos como agricultores³⁰.

É importante que se diga, ainda que sinteticamente, que o Master foi um movimento que, pelo menos em seu nascedouro, foi institucionalizado por alguns proprietários modernos e intelectuais das fileiras do PTB, sensíveis em relação à questão agrária no estado, principalmente em torno das pressões e da organização ainda incipiente de um contingente imenso de pequenos agricultores, arrendatários, assalariados rurais, dentre outros. Essa

³⁰ ECKERT, *Movimento dos...*, 1984.

vinculação mediada por sujeitos ligados à agricultura moderna e à esfera pública continha intenções políticas e modernizantes da sociedade e do agrobRASILEIRO, em especial gaúcho ³¹.

O Master assumiu uma prática de contraposição ao sindicalismo promovido pela Igreja Católica conservadora no estado em torno de seu canal, a FAG, e de seu grande mentor, dom Vicente Scherer, assessorado por seu coadjutor dom Emundo Kunz, os quais insistiam em justificar suas ações, pregações e redações no âmbito da doutrina social cristã. Esses religiosos defendem a pequena propriedade, em geral naquela de descendentes de imigrantes europeus, a qual deveria ser a base da organização sindical no meio rural. Por sua vez, os caboclos e negros, bem como os espaços indígenas, não estavam no horizonte desenhado pela ação da Igreja Católica no meio rural. As desapropriações de terra deveriam ser racionais e obedecer aos princípios da propriedade. Nesse sentido, dom Vicente Scherer era enfático ao dizer que,

para fins de reforma agrária, deve ser a exceção e não a regra. Há também grandes propriedades, ou latifúndios que exercem importante função social e devem ser conservados. A reforma agrária deve melhorar as condições de vida dos trabalhadores, multiplicar o número de pequenas propriedades que sustentam a produção em geral e a situação econômica do Estado e do país ³².

No Estatuto deste primeiro núcleo do Master, que serviu de base para as associações que surgiriam posteriormente, o termo “reforma agrária” não aparece e a questão da posse da terra é colocada num mesmo item, junto com a questão do arrendamento e da parceria. Segundo o texto, dever-se-ia “combater os altos preços do arrendamento e da parceria agrícola e promover o acesso do agricultor sem terra ao domínio da gleba rural, pela compra financiada a longo prazo, pela concessão de terras públicas e pela desapropriação das áreas improdutivas e dos latifúndios anti-econômicos”³³. Portanto, além de não ser colocada a luta contra todo o latifúndio, nada era dito sobre as condições de pagamento para a desapropriação. As etapas do movimento foram as seguintes:

1º Período: de junho de 1960, data da criação do Master, a janeiro de 1962, quando se iniciam os acampamentos;

2º Período: de janeiro de 1962 a janeiro de 1963, quando, com o término do mandato do governador Brizola e a posse de Ildo Meneghetti, intensifica-se a repressão sobre o movimento camponês; e,

³¹ TEDESCO, J. C.; SANTOS, P. DOS. A Igreja Católica e o sindicalismo...In: TEDESCO; PASTORE, (Org). *Ciências sociais: ...*, 2007, p. 283.

³² SCHERER, V. 1970 anos de *Rerum Novarum*. Porto Alegre. Boletim Unitas, Porto Alegre: Arquidiocese de Porto Alegre, 1961, p. 17.

³³ ECKERT, *Movimento dos...*, 1984, p. 70.

3º período: de janeiro de 1963 a março de 1964, quando, com o golpe, esse movimento teve suas atividades encerradas.³⁴

Embora o Master tenha surgido em junho de 1960 até fins de 1961, sua organização e penetração junto aos sem terra era ainda incipiente. Foi a partir de janeiro de 1962 que o movimento adquiriu grande impulso, resultado do apoio que o governo Brizola passou lhe a emprestar, especialmente após agosto de 1961, quando o governador reconheceu as associações vinculadas ao Master como de interesse público. Ao iniciar seu governo, o objetivo principal da política agrária brizolista era a legitimação de terras devolutas e, a partir de 1961, passou a ser privilegiada a luta pela reforma agrária.

O Master, a partir de 1962, fortaleceu-se não apenas como articulação de um movimento de massas, mas também como organização dirigente, pois nesse ano procurou fortalecer os laços das associações em nível estadual e manter liderança como defensor de determinadas lutas, no caso a reforma agrária. Foi também nesse período que se iniciou um contato maior com outras entidades, como de sindicatos urbanos, de estudantes, havendo, inclusive, a realização de atividades conjuntas.

O 1º Encontro de agricultores do estado gaúcho, convocado pelo Master, após várias tentativas, ocorreu afinal nos dias 31 de março e 1º de abril de 1962. O objetivo principal deste encontro foi a fundação da Federação das Associações dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários. Na ocasião, foi eleita uma Comissão Executiva Provisória. O movimento também manifestou sua intenção de continuar “exigindo do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), a entrega imediata de terras em caráter precário e independente de outros recursos,” ou seja, começou a cobrar do governo Brizola e do Igra, entidade estadual responsável pela execução da reforma agrária no estado, a distribuição de terras, que se mostrava morosa. Porém, a maior parte dos lotes distribuídos pelo governo Brizola data de dezembro de 1962, ou seja, um mês antes de deixar o governo do estado.

Duas questões referentes ao congresso devem ser destacadas. A primeira refere-se à campanha de sindicalização rural aprovada no evento. O Master, até então, organizava os agricultores em associações civis, o que significava perder terreno para o movimento camponês organizado pela Igreja Católica e articulado no Rio Grande do Sul como Frente Agrária Gaúcha (FAG). Isso porque, para todos os efeitos, os sindicatos adquiriam uma legitimidade jurídica junto ao Estado que as associações não tinham. Então, reconhecendo essa

³⁴ ECKERT, *Movimento dos...*, 1984, p. 74.

situação, o Master iniciou a campanha de sindicalização e passou, a partir deste congresso, a organizar em todos os municípios os sindicatos de assalariados rurais e os sindicatos de produtores autônomos, continuando a organizar as associações. A segunda questão importante referente a esse congresso foi a escolha da diretoria definitiva da Federação dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários.

Quanto à opção do governador Brizola pela reforma agrária no decorrer de seu mandato de 1959 a 1963, é entendida como decorrente da necessidade de respaldo que tinha o governo das camadas populares para forçar as classes dominantes a aceitarem o capitalismo nacional como alternativa para romper a situação de estagnação econômica do estado sulino e, no limite, romper os laços com o imperialismo e a subjugação ao capital estrangeiro. Entretanto, ao mesmo tempo, como Eckert ressalta, o apoio aos movimentos populares (urbanos e rurais) objetivava poder melhor controlá-los segundo o próprio projeto do governo.

Nossa hipótese é de que o apoio do governador Brizola ao projeto de Reforma Agrária, inseria-se no seu projeto de industrialização – distribuição da posse da terra como forma de aumentar a produção de produtos agrícolas para o consumo humano e para o setor industrial e como forma de aumentar o nível aquisitivo da população rural, o que viria a beneficiar o consumo de bens industriais.³⁵

A escolha das propriedades com menor índice de aproveitamento justificava-se tendo em vista o parágrafo 1º do artigo 173 da Constituição do Estado, que determinava: “O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação”.

Feita a escolha da área, “pacífica e ordenadamente, os camponeses acampavam em tendas de campanha e ranchos improvisados, na estrada que servia de limite à propriedade eleita, estabelecendo o acampamento”. A seguir, baseados nos artigos da Constituição, solicitavam a desapropriação e posterior divisão. Estabelecido o acampamento, relata Schilling³⁶, “Brizola mandava acampar um destacamento militar nas imediações do mesmo, pondo os camponeses a salvo de qualquer violência dos latifundiários e seus capangas”. Em resumo, o então governador do Rio Grande do Sul destacava as seguintes propostas:

a) criação de associações, uniões, entidades de defesa dos interesses principalmente dos pequenos. O Estado estava se aparelhando com o PTB, o Master, a FAG e a Igreja;

b) realizar assentamentos de sem terra em forma de “comunidades agrícolas”, as quais seriam compostas por aproximadamente 30 ha e uma área para a lavoura de produtos de

³⁵ ECKERT, *Movimento dos...*, 1984, p.84.

³⁶ SCHILLING, P. *Brasil de los latifundistas*. Montevideo: Diálogo, Montevideo, 1967, p. 97-98.

mercado, que seria coletiva. As áreas para esses assentamentos deveriam ser “cedidas” pelos grandes proprietários, e os colonos as pagariam em dez anos.³⁷

Pelas informações obtidas na dissertação de Eckert³⁸, pode-se concluir que os sem terra, para o Master, eram os assalariados permanentes e temporários, que, pela pouca geração de empregos no campo e pelas más condições de trabalho oferecidas, ansiavam pela posse da terra como forma de garantir a sua sobrevivência e das famílias; os posseiros, parceiros, arrendatários e agregados, que, apesar de terem acesso à terra, tinham-no de forma instável; os pequenos proprietários, que, por terem parcelas de terras muito reduzidas, pretendiam aumentar a sua propriedade; e os filhos de pequenos proprietários, que, ao casar, pretendiam permanecer como agricultores e para quem nem sempre a terra do pai era suficiente para atender a suas necessidades.

Os “sem terras” são aqueles camponeses não enquadrados em nenhuma das variações acima e que ainda não se proletarizaram totalmente; têm sua história existencial e seu posicionamento ideológico, diretamente vinculados à produção agropecuária, embora em processo de proletarização rural ou urbana (candidatos ao êxodo rural). Aspiram à posse e ao uso da terra na condição de pequenos proprietários ou não para garantir sua sobrevivência; por contingência, subsistem como diaristas, empregados sazonais ou, ainda, plantando na terra de familiares.

Para Gehlen³⁹, os “sem terras” também são os posseiros, meeiros, parceiros, pequenos arrendatários e os “boias-frias”. Estes, de maneira geral, organizaram-se para lutar por direitos de cidadania, principalmente pela garantia de trabalho com carteira assinada, assistência previdenciária e demais benefícios sociais. Por isso, são aliados pouco significativos, apesar de numericamente expressivos na luta pela terra propriamente dita.

1.6 A Frente Agrária Gaúcha e seu trabalho

A partir de 1961, a Frente Agrária Gaúcha⁴⁰ aproveitou-se do clima de efervescência social e política para divulgar sua proposta de desenvolvimento rural. Segundo Ivaldo Gehlen,

³⁷ GEHLEN, *Uma estratégia...*, 1983, p.142.

³⁸ ECKERT, C. *Movimento dos...*, 1984.

³⁹ GEHLEN, *Uma estratégia...*, 1983.

⁴⁰ A FAG foi criada em 1961 e se manteve atuante até fins da década de 1970. Era um movimento de agricultores rurais organizado pela Igreja Católica do Rio Grande do Sul dentro do seu segmento mais conservador, que é o segmento ligado à ala CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros), através da ideologia do arcebispo

a FAG era “um movimento social de agricultores cristãos que se preocupavam com a promoção do homem do campo, conforme reza o documento de criação. Ela constituiu-se, por duas décadas, no instrumento privilegiado de intervenção da Igreja no meio rural”⁴¹.

A FAG empenhou-se em duas frentes:

a) promover, por meio de sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, cursos, seminários, congressos, etc. para os agricultores, que, segundo sua ótica, se encontravam em situação de pobreza, de abandono, de exploração;

b) constituir-se numa força de resistência e combate às ideologias e organizações adversas à dominante, com a qual a Igreja compactuava.

O motivo fundamental do surgimento da FAG e do seu empenho em criar sindicatos de produtores rurais e de assalariados rurais foi o de combater o Master, isto é, organizar uma proposta alternativa de organização dos agricultores. A questão da terra estava por demais em evidência para ser totalmente ignorada pela FAG, que reconhecia a existência da concentração da terra nas mãos de poucos e que as dificuldades do pequeno proprietário eram cada vez maiores. Contudo, conforme dom Edmundo Kuns⁴²: “Um dos efeitos lamentáveis da técnica é a concentração da terra em mãos de poucos – os detentores do dinheiro – e as dificuldades sempre maiores dos pequenos proprietários”.

Em termos de atuação, a FAG propunha a organização de sindicatos de pequenos produtores e sindicatos de assalariados rurais, privilegiando o primeiro. Tanto para a FAG como para o Master era importante o número de sindicatos criados, pois ambos pretendiam obter o reconhecimento da respectiva federação, assim como a filiação junto à Contag. O grande salto do trabalho da FAG foi após 1964, quando, com o golpe, o Master foi violentamente reprimido e muitos sindicatos e cooperativas do movimento foram destruídos pelos militares. A FAG considerava-se a guardiã dos sindicatos, porque fora criada para recuperar o verdadeiro sindicalismo.

Se para a penetração do governador Brizola no Estado foi importante a utilização do rádio – todas as sextas-feiras, o governador tinha um programa radiofônico onde apresentava suas propostas de trabalho e discutia com o povo os problemas de sua administração – também, a Igreja utilizou-se deste canal. Desde de dezembro de 1961, a FAG manteve um programa radiofônico diário em uma ou outra emissora da capital, com o nome “Verdade e Justiça para o Homem do Campo”, sendo que, em

que coordenava a CNBB Sul, dom Vicente Scherer. A FAG deu a origem, o formato, o estilo dos sindicatos rurais do Rio Grande do Sul.

⁴¹ GEHLEN, I. *Uma estratégia...*, 1983, 84.

⁴² Bispo auxiliar de Porto Alegre, integrante da FAG, foi um dos padres responsáveis pela implantação da FAG em nível de estado.

determinados períodos, 25 emissoras do interior chegavam a irradiar programas semanais da FAG ⁴³.

Como já vimos, a FAG nasceu para combater o Master, o que significava combater não apenas uma alternativa de organização dos camponeses no sentido institucional, mas, fundamentalmente, as propostas de luta que esta organização representava. O Master defendia as reformas de base e estimulava os acampamentos, ou seja, reivindicava do governo estadual e federal a desapropriação de terras públicas e de terras consideradas por eles improdutivas ou mal utilizadas. Relacionando a proposta de reforma agrária do Master com o comunismo, a FAG colocava como prioritária não a questão da terra, mas, sim, a educação do homem do campo numa perspectiva “cristã”, ou seja, “promover todos os homens e o homem todo”.

Quanto à Reforma Agrária, foi ainda aprovada uma proposição que, inicialmente, referendava os princípios definidos na manifestação coletiva dos Bispos do Rio Grande do Sul, em 18 de janeiro de 1961, no qual os bispos asseguravam o direito de todo homem de aspirar à propriedade da terra, cabendo ao Estado permitir, através de leis, o acesso de todos à terra ⁴⁴.

Nessa época, início da década de 1960, a Igreja Católica procurava renovar-se e criar novos canais e instrumentos de intervenção nos movimentos sociais, com inspiração em sua doutrina social. Assim, os sindicatos foram concebidos de forma assistencialista, como órgãos prestadores de serviços, sem representação política e classista. A Igreja Católica procurou criar rapidamente sindicatos de trabalhadores rurais no maior número possível de municípios e em 1963 participou decisivamente da criação da Fetag no Rio Grande do Sul. Os agricultores foram estimulados a se associar e, como consequência, ocorreu um elevado índice de associados.

A FAG era a entidade que a partir de 1961 passou a representar os sem terra e pequenos produtores, tendo todo o apoio da Igreja Católica. Então, a entidade aproveitou-se do clima social para divulgar sua proposta de desenvolvimento rural. Portanto, foi um movimento social de agricultores cristãos que se preocupou com a vida do homem no meio rural. A FAG regional do norte do estado gaúcho fez um chamamento em junho de 1962 para que todos os trabalhadores rurais autônomos (proprietários) comparecessem a uma reunião para tratar das questões de seu interesse.

Quando de seu surgimento, em 1962, integrava a FAG regional de Passo Fundo a seguinte diretoria:

⁴³ ECKERT, C. *Movimento dos...*, 1984, p. 267.

⁴⁴ Idem. p. 269.

presidente de honra o bispo dom Cláudio Colling; Júlio Mendes como presidente efetivo, tendo como suplentes, Leônidas Schell, Lindolfo Rosa e João de Carvalho; no Conselho Deliberativo estavam Mário Goelzer, Olimpio Oro, João Grazziontin e grandes representantes da agricultura moderna na região. A coordenação geral foi designada ao irmão Urbano Máximo⁴⁵.

Portanto, os representantes na entidade eram pessoas ligadas a uma agricultura moderna na região inclusive os religiosos que compunham a diretoria, baseada no binômio que estava se gestando em torno do trigo e soja; eram conhecidos na região como “granjeiros”, bem como alguns deles eram industriais e comerciantes. Isso demonstra o amplo leque de inserção na entidade e sua busca pela “suavização” dos conflitos e tensões entre as classes do agrogaúcha e regional.

Além do papel específico da FAG no meio rural, a Igreja atuava nesse espaço com forte presença normatizadora, com a inserção de várias congregações europeias, enfatizando a dimensão do trabalho, da terra e da família do colono, a necessária modernização produtiva e social, a entrada no mundo associativo pela sindicalização e cooperativas. Nesse sentido, o programa radiofônico *A Voz do Pastor*, os boletins da FAG e os escritos de dom Vicente foram fundamentais para a materialização de seus intentos (1961 e 1962) e para fazer entender a doutrina social cristã⁴⁶.

Desse modo, na sindicalização dos trabalhadores rurais na região Norte do Rio Grande do Sul foram significativas a presença e ação da Igreja, na medida em que promoveu inúmeras iniciativas para o seu desenvolvimento. Assim, incentivou a formação do primeiro germe associativo em forma de uma grande cooperativa (a Coopasso, que chegou a ser considerada uma das maiores da América Latina no ramo agrícola) e de associações outras, em profunda consonância com a Frente Agrária Gaúcha, para integração dos agricultores em torno de políticas de aperfeiçoamento das culturas, do manejo de solos, da utilização de recursos agrícolas e da comercialização de seus produtos⁴⁷.

Ainda, a diocese de Passo Fundo, com o incentivo da CNBB, em 1954 participava intensamente das ações de promoção no meio rural com as conhecidas “Semanas do Bem-Estar”, objetivando atuar em ações de cunho técnico-agronômico, econômico-social e religioso-apostólico. Os temas desenvolvidos nesses encontros no meio rural da área de

⁴⁵ TEDESCO, J. C.; SANTOS, P. DOS. A Igreja Católica e o sindicalismo... In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org). *Ciências sociais:...*, 2007, 303.

⁴⁶ Cf. o *ABC do Sindicalismo Rural*. FAG, p. 62.

⁴⁷ BOTH, A. Promoção social: os vinculados responsáveis. In: KLEIN, O. J. (Org.). *Diocese de Passo Fundo: 50 anos – 1951 – 2001*. Erechim: São Cristóvão, 2001, p. 99-114.

abrangência da diocese giravam em torno da saúde, higiene, educação, recreação, associativismo, economia doméstica e organização rural.

A grande ação mediadora da Igreja, no sentido de uma participação orgânica e direta por muitos anos, foi na concretização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, o qual foi criado em julho de 1962, funcionando até 1966 como uma comissão provisória, tendo como primeiro presidente Arlindo Lorenzoni. A provisoriedade do sindicato por quase quatro anos deu-se em razão das orientações da FAG, a qual considerava o agricultor, além de descrente, despreparado, pouco mobilizado, pouco treinado e com pouca consciência da classe. Por consequência, cursos para liderança, semanas ruralistas, assembleias gerais, etc. eram realizados com a intenção de conscientizar e ampliar o número de associados. O cooperativismo que se desenvolvia no município e na região demonstrava a necessidade de também haver a organização sindical, pois na visão da FAG ambos se alimentariam e, politicamente, estariam em sinergia.

Documentos, entrevistas realizadas com antigos membros da diretoria do sindicato, atas e matérias jornalísticas atestam a forte presença da FAG no interior da entidade por algumas décadas. Vejamos um desses:

Havia muitas dificuldades em reunir os agricultores, pois alguns tinham medo e diziam que essas reuniões poderiam ser de comunismo. A primeira reunião para tratar da criação do Sindicato, foi realizada na residência do agricultor João Lorenzoni. Iniciou-se aí a articulação com os agricultores de outras comunidades para aderirem a idéia de criar o sindicato, tendo sido oficialmente fundado no dia 26 de julho de 1962, ficando Presidente Provisório o Sr. José Julio Mendes. A primeira sede do sindicato estava localizada junto a antiga Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Após um período passou a funcionar na Av. Brasil, 961, junto ao Círculo Operário. Em 15 de dezembro de 1965 foi lançado o Edital de Convocação para a realização da eleição da diretoria do Sindicato, que foi realizada no dia 30 de janeiro de 1966, onde tinha 510 associados em condições de voto, tendo comparecido as urnas e votado 391 associados votaram em separado perfazendo um total de 439 associados que votaram na primeira eleição de diretoria do Sindicato ⁴⁸.

O gigantismo do sindicato em termos regionais revela a sua expressão para o agricultor na região. No início, e por alguns anos, o sindicato não estava totalmente identificado com os trabalhadores familiares e pequenos do setor agrícola, muitas vezes funcionando como braço direito e prolongamento político da cooperativa. A sua maior identificação com os trabalhadores familiares e com uma dimensão não patronal e latifundiária do meio rural deu-se no final da década de 1970, quando surgiram novas dinâmicas de representação, novas políticas organizativas, e recomeçaram com maior intensidade movimentos em torno da luta

⁴⁸ Atas de assembleias e relatórios de prestação de conta do Sindicato. Informações também fornecidas por material produzido pela funcionária do mesmo: Maria Piccinini.

pela terra (processo este que geraria conflitos no interior de várias instituições, dentre elas a Igreja Católica regional e/ou diocesana), bem como se acirrou a crise na pequena agricultura, principalmente aquela organizada nos moldes da monocultura. A própria Igreja Católica iria exercer, por meio de seus quadros de liderança leiga, uma forte oposição sindical, que iria repercutir no interior dos sindicatos e também encontrar respaldo no chamado “campo democrático popular”, o qual se instalou na sociedade civil organizada e acabou dando a conformação daquilo que posteriormente se chamaria de “novo sindicalismo”.

Os quadros sindicais que se desenvolviam no período nasceram dentro dos Clubes 4-S. Igreja, cooperativismo, sindicalismo e extensionismo integravam o *corpus* do controle político e ideológico do campesinato na região do Norte do estado, estrato produtivo este, em geral, formado por descendentes de imigrantes, colonos oriundos das chamadas de “Colônias velhas”, os quais, nas primeiras décadas do século XX, haviam migrado para o norte e noroeste do estado gaúcho.

O colono, se não esteve envolvido inteiramente no campo sindical tradicional, pelo menos era o alvo predileto das políticas institucionais mediadoras. Nas palavras de Benincá, até o período dos acampamentos não há informações de projetos de pastorais dirigidos especificamente aos caboclos.

Para os agricultores descendentes de europeus a Igreja do Rio Grande do Sul desenvolveu projetos de cooperativismo, sindicalismo e movimentos como a FAG, ao passo que os caboclos permaneceram completamente à margem de toda essa luta em favor do homem do campo. A razão, provavelmente, não deve ser buscada no campo religioso, mas no econômico, ou seja, no regime de propriedade. Os caboclos estavam destituídos da propriedade, elemento fundamental de união entre os colonos e os projetos sociais da Igreja do Rio Grande do Sul⁴⁹.

Continua o autor relatando que,

profissionalmente considerados desqualificados sob o signo da passividade e da ignorância, sem constituir qualquer ameaça às instituições sociais. Tanto a Igreja como o governo pouco caso faziam das suas condições econômicas e sociais. A ausência ou presença dos caboclos nos planos de pastoral da Igreja, ou nos projetos sociais do governo não fazia muita diferença, pois pertenciam a uma classe desqualificada, permanecendo, portanto excluídos⁵⁰.

Pelo número de matérias presentes em jornais da cidade de Passo Fundo, bem como pelos contínuos escritos da oficialidade da Igreja no estado no *Boletim Unitas* da Arquidiocese

⁴⁹ BENINCÁ, E. *Conflito religioso e práxis: a ação política dos acampados de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o conflito religioso*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – PUC, São Paulo, 1987, p.45.

⁵⁰ Idem. p. 60.

de Porto Alegre e no jornal *Correio Rio-grandense* nas décadas em questão, é possível perceber que a FAG combateu todos os movimentos políticos que se vinculavam aos expropriados da terra, transformando-se num poderoso instrumento ideológico de combate às organizações políticas que na época apoiavam os agricultores sem-terra.

É bom termos claro que a Igreja Católica não só foi promotora do movimento, mas, de certa forma, encontrou na FAG um canal muito propício para consolidar suas relações com a classe rural constituída pelos colonos descendentes de europeus, que nas regiões Norte e Noroeste do estado tinha adentrado em grande quantidade. Foram eles que sempre deram sustentação à Igreja do Rio Grande do Sul e, especificamente, de Passo Fundo. Os colonos, por sua vez, também encontravam na Igreja não apenas uma defensora dos seus interesses, mas um caminho para a ascensão social. Mesmo que em sua pregação a FAG falasse de uma ordem social mais justa, na sua prática mantinha-se fiel à tradição da doutrina social que a inspirava⁵¹.

No tocante aos Clubes 4-S, sempre houve a participação e mediação oficial da Igreja em seus rituais e ações práticas. A atenção aos jovens de parte da Igreja dava-se na mesma proporção da sua importância para as atividades agrícolas que o extensionismo imprimia⁵², ou seja, lideranças de um eram lideranças de outro. Conforme Tedesco e Santos,

a Igreja teve nessas décadas em questão, e, em especial, em Passo Fundo, uma relação muito íntima com a agricultura, porque, afinal, era o espaço por excelência de onde surgiam as vocações sacerdotais. A Igreja tinha o poder de reunir as pessoas, oferecer o apoio logístico; tinha a confiança do colono para se sindicalizar, os meios para a formação de lideranças tanto pelos espaços de expressão comunitários quanto pelas escolas de formação e educação rural⁵³.

Uma das grandes preocupações do sindicato, juntamente com a FAG, em sua primeira década de existência foi em relação à administração de cooperativas e dos próprios sindicatos, cooptando associados e formando recursos humanos para atender às suas demandas e na assistência social. Cursos nesse sentido foram realizados, como para manuseio de máquinas e implementos agrícolas, educação e formação rural para jovens e adolescentes, assistência médica e odontológica.

No primeiro documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, na ata de fundação consta a afirmação de que foi “fundado em 1962 pela FAG, cuja finalidade é dar assistência aos associados agricultores”. Nos relatórios de atividades de 1966 até 1970 constam apenas, além dos atendimentos médico-odontológicos (“1.600 casos, dentre esses, foram

⁵¹ BENINCÁ, *Conflito...*, 1987, p. 119.

⁵² Principalmente pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), Fundação Rockefeller e pela Fundação Ford, mecanismos de facilitação de entrada de capital internacional de intervenção nas populações pobres dos países subdesenvolvidos, de favorecimento à entrada de relações capitalistas no campo, de aumento do consumo de insumos industriais e tecnologia moderna.

⁵³ TEDESCO, J. C.; SANTOS, P. DOS. A Igreja Católica e o sindicalismo... In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org). *Ciências sociais:...*, 2007, p. 311.

obturados 960 dentes e extraídos 844 dentes”), atividades em torno das semanas ruralistas, cursos de lideranças, cursos de administração de cooperativas, seminários de bem-estar social, auxílios para a cooperativa, além de assembleias ordinárias. Tais atividades, em geral, realizavam-se sob a vigilância e coordenação da FAG regional ⁵⁴.

A FAG e os sindicatos orientavam sua ação da defesa dos interesses dos agricultores proprietários, ao passo que movimentos como a Ultab, o Master e as Ligas Camponesas assumiam a defesa dos trabalhadores rurais assalariados, posseiros arrendatários e expulsos da terra ⁵⁵.

1.7 O combate ao comunismo

Preocupada com as questões ideológicas provocadas pelos partidos políticos, que na época apoiavam os “sem terra”, a FAG, lutando pela defesa da propriedade do colono, acabou “assentando praça” do outro lado, o dos donos de propriedade, ou seja, o da classe dominante. Enquanto defensora acérrima da propriedade do colono, acabou também defendendo a propriedade “em geral”, portanto, a grande propriedade. A FAG, como movimento político e ideológico, desapareceu; contudo, sua proposta política continuaria presente entre os agentes de pastoral e os intelectuais da CPT e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que atuam junto aos acampamentos e na formação política de transformação da consciência religiosa dos caboclos ⁵⁶.

Na realidade, pesquisando sobre a presença e participação efetiva da Igreja Católica no processo de reforma agrária no Brasil, notamos que a grande questão era combater os movimentos liderados pelo Partido Comunista, pois os comunistas preconizavam uma reforma agrária radical, como parte de combate não só à burguesia do país, mas também ao imperialismo. Destacamos a carta pastoral de dom Inocêncio, bispo de Minas Gerais, o qual menciona o grande perigo comunista que a Igreja alardeava: “E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma.

⁵⁴ Relatório de atividades do STR, 1966 a 1970.

⁵⁵ BENINCÁ, E. *Conflito religioso ...*, 1987, p. 128.

⁵⁶ GEHLEN, 1983. Analisando a ação da FAG no Rio Grande do Sul.

Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais”⁵⁷.

Muitos outros documentos na década e 1960 reiteram o caráter preventivo e anticomunista da Igreja Católica, preocupada em manter o controle sobre os trabalhadores rurais. Destacamos depoimento dos bispos de São Paulo em 1960: “Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos que desejamos ajudar a criar”⁵⁸. Portanto, a Igreja Católica, diante do regime militar de 1964, foi-lhe inteiramente favorável, pois ele mesmo se encarregava de espalhar o “fantasma do comunismo”, segundo a revista *Akrópolis*:

O padre Peyton, anticomunista convicto, lançou a Campanha do Rosário em Família e promoveu uma forte campanha entre os católicos contra João Goulart, seus sermões exerceram influência sobre as senhoras católicas de classe média. Uma verdadeira paranóia que foi inculcada na sociedade, principalmente nas classes médias altas, através de sermões e ou mesmo de passeatas contra Goulart, como a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas em São Paulo e Rio de Janeiro ano de 1964, agora para comemorar a queda de Jango o “demônio comunista”⁵⁹.

Segundo Salem, os bispos reformistas também se alarmaram com o perigo “cubanização” ou de comunismo do país e apoiaram o golpe como uma espécie de saída segura, preventiva. Assim, não é de se estranhar também que a maioria dos bispos (inclusive os reformistas) apoiasse o golpe militar em 1964, posicionando-se contra o governo do presidente João Goulart⁶⁰. Esse combate ao comunismo, que, segundo os bispos, ameaçava a pátria, principalmente depois do sucesso da Revolução Cubana, expressava-se concretamente no estado do Rio Grande do Sul pelo combate ao Master, como estratégia ideológica de manter o domínio e controle sobre os pequenos produtores rurais e os sem terra.

Para isso, a Igreja propunha, através da FAG, como alternativa no campo socioeconômico a melhoria das condições de vida pelo aumento da produtividade e adoção de uma tecnologia mais moderna e sofisticada, a qual seria operacionalizada via cooperativas, sindicatos e facilidades de crédito e via uma reforma agrária. Esta, porém, teria caráter conservador, no sentido de conceber uma redistribuição das terras, mas mantendo a

⁵⁷ Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha (MG). Carta pastoral: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, 10 de setembro de 1950, in *Estudos da CNBB, Pastoral da Terra*, Edições Paulinas, São Paulo, 1976, p. 45.

⁵⁸ Declaração dos Arcebispos e Bispos Presentes à Reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo, 5 de dezembro de 1960, In: *Estudos da CNBB*, ob. cit., p. 109.

⁵⁹ GONÇALVES, A. B. *A Igreja Católica e o golpe de 1964*. Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Akrópolis Umuarama, PR, jan./mar., 2004, p. 3.

⁶⁰ SALEM, H. (Coord.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981, p. 26

propriedade individual como forma de posse e uso. Essa distribuição seria complementada por outras medidas de caráter educacional e pela assistência técnica e creditícia, com o objetivo de mudar a forma de produzir, atendendo às necessidades atuais do movimento do capital. A redistribuição deveria se iniciar pelas terras públicas, passando pelas terras ociosas e chegando até aos grandes latifúndios, contra os quais, tradicionalmente, a Igreja tem se posicionado. Na defesa da reforma agrária, a FAG já pregava a desapropriação por interesse social, que em 1969 seria incorporada ao Estatuto da Terra.

1.8 O golpe militar e a Igreja Católica nos conflitos agrários gaúcho

Nos primeiros anos da ditadura militar, apesar da perda do apoio do governo estadual, o Master continuou bastante ativo, seja no sentido do surgimento de novos acampamentos, seja no aspecto organizativo – neste momento mais voltado para a criação de sindicatos de assalariados rurais e sindicatos de pequenos produtores. As principais mudanças ocorridas referem-se à violência e repressão aos sindicatos que combatiam o regime, que nesse período foram extremas contra qualquer organização dos pobres pelos militares.

Segundo Eckert, no governo Meneghetti a Igreja oficial no estado encontrou seu mais ferrenho aliado⁶¹. O Master continuou pressionando e radicalizando suas propostas e metodologias de ação, porém em meio à repressão o movimento não conseguia na prática efetivar suas ações de reforma agrária nem mesmo nas propriedades que já haviam sido desapropriadas pelo governo anterior, como era o caso da Fazenda Sarandi. Esse governo buscava não descontentar ninguém, adotando um discurso que, não obstante claro contra o comunismo e os “agitadores” que estavam terminando o mandato no estado, era bastante avançado e em correspondência com o que o Master e/ou pequenos produtores e empregados rurais reivindicavam.

Meneghetti assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1963, e já no dia 4 de fevereiro surgiu mais um acampamento de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul. Eram 935 colonos que não haviam recebido terra na Fazenda Sarandi e que acamparam na Reserva Florestal do Estado, de 20 mil hectares, no lugar denominado Passo Feio, no distrito de Planalto, município de Iraí e divisa com o município de Nonoai. Segundo Jair Calixto, prefeito de Nonoai, a escolha da área dera-se “porque Meneghetti num discurso que lá fez, na

⁶¹ ECKERT, *Movimento dos...*, 1984, p. 167

campanha eleitoral, disse que se preocuparia em dar aos agricultores sem terra as áreas de propriedades do Estado, [...]”⁶².

A repressão também atingiu líderes sindicais urbanos e da diretoria do Master que se dirigiam para Passo Feio no distrito de Planalto, município de Iraí e divisa com Nonoai, para levar ajuda aos acampados, a pedido do Master. Mas também os agricultores acampados sofreram novas violências, pois o acampamento dos Sem Terra de Passo Feio foi arrasado e incendiado; e a população de Nonoai e Passo Feio amedrontada, porque a cidade de Nonoai foi virtualmente ocupada pelas forças da Brigada Militar. O prefeito de Nonoai, Jair Calixto, ficou impossibilitado de governar no município⁶³.

Em consequência da repressão instalada em Nonoai, foi instaurada na Assembleia Legislativa, por solicitação do deputado Marino dos Santos, da Aliança Republicana Socialista (ARS), uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades do incêndio de ranchos dos camponeses em Nonoai, da prisão dos dirigentes sindicais e dos espancamentos de jornalistas no DOPS. A política repressiva do governo Meneghetti atingiu também outras localidades onde havia intenções de realização de acampamentos.

A repressão, por outro lado, chegou ao próprio Igra, pois já no dia 11 de fevereiro o secretário-geral do Master, Euzébio França, foi exonerado do cargo que exercia no órgão. No dia 1º de março, quando o novo coordenador-chefe do Igra assumiu o cargo, a “limpeza” continuou, pois sua primeira medida foi extinguir o quadro de pessoal. Assim, dos 32 funcionários existentes apenas dois foram mantidos, um motorista e um engenheiro agrônomo, sendo os demais demitidos.

Apesar do clima de repressão instaurado contra o movimento dos agricultores sem-terra, os acampamentos continuaram a se organizar no Rio Grande do Sul. Todos foram, de alguma forma, reprimidos e o apoio que receberam foi além da direção estadual do Master, da Supra e de estudantes e sindicalistas urbanos. No dia 28 de agosto mais um acampamento foi formado, quando mais de duzentas famílias de sem terra invadiram as terras de uma fazenda em Ronda Alta, no município de Sarandi.

Não bastasse a repressão da polícia nesses acampamentos, os acampados sofriam com a falta de alimentos. Segundo um líder do Master que não quer ser identificado, “a fome nos acampamentos de Nonoai era uma triste realidade, pois as mercadorias enviadas aos acampados não eram entregues, por serem apreendidas pelas Forças Armadas”.

⁶² ECKERT, *Movimento dos...*, 1984, p. 167

⁶³ Idem. 169.

A promessa do governador Meneghetti – Em julho de 1963, o governador garantiu que seu primeiro ato concreto de Reforma agrária seria a desapropriação desta fazenda de 50 mil hectares, sendo que apenas 17 mil estavam ocupados por arrendatários. Como a promessa não foi cumprida, no dia 21, 60 soldados da Brigada Militar em Pelotas, dirigiram-se para o local em Tapes. Sob o comando direto do Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho – que se dizia representante do governador Meneghetti – 100 brigadianos armados de metralhadoras e apetrechos de infantaria leve, estabeleceram um cerco total ao acampamento. Repetindo a tática da opressão pela fome, já aplicada no Banhado do Colégio e em Passo Feio, a Brigada Militar impediu a passagem de alimentos, e de líderes sindicais, estudantes e representantes do Master e da Supra que chegavam para apoiar o Movimento ⁶⁴.

Aconteceu também a “tortura da sede”, pois a valeta que levava água ao acampamento foi desviada, cortando o abastecimento de água. E mais, à noite tiros de metralhadoras feitos para o alto amedrontavam os acampados. Portanto, o terror estava instalado.

Sobre esse acampamento, chama-se atenção para mais um fato. Segundo o primeiro secretário do MASTER, esta fazenda Santo Antônio “é uma terra de ninguém”, pois “dos 50 mil hectares apenas 17 mil estão ocupados por arrendatário poderosos há mais de 20 anos. Os arrendatários não só ocupavam a área de 17 mil ha, como também a outra fração, despejando os camponeses que lá residiam e trabalhavam, incluindo vários herdeiros legítimos. Os herdeiros espoliados estavam integrados na Associação dos Sem Terra de Tapes e propunham a imediata desapropriação de distribuição das terras sem reivindicarem nada de especial, a não ser uma área para trabalhar em igualdade de condições com os demais camponeses. O que se pretende chamar a atenção é que um dos herdeiros espoliados era o presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra. Esta circunstância, na qual agricultores, dizendo-se herdeiros das terras, participavam da Associação dos Agricultores Sem Terra e reivindicando, igualmente, um pedaço de terra, também se verificou, conforme já colocado, em Sapucaia, quando a terra em questão era a fazenda Itaquí de propriedade do governador Meneghetti ⁶⁵.

Além dos acampamentos que mobilizaram os agricultores sem-terra, ocorreram vários despejos de arrendatários, agregados, parceiros e assalariados permanentes, explicados, talvez, pelo receio dos proprietários de verem suas terras pleiteadas para desapropriação por parte dos ocupantes; pela existência do Estatuto do Trabalhador Rural, que regulamentava as relações de trabalho assalariadas, e de leis que regulamentavam o arrendamento e a parceria e que deveriam ser obedecidas; além do clima de impunidade que favorecia essas ações de despejo por parte dos proprietários, aliado a um crescimento organizativo dos trabalhadores rurais.

Muitos foram os meios de tentativas de expulsar os camponeses sem terra, como por exemplo: através da repressão da Brigada Militar, ou através de jagunços contratados pelo proprietário que armados de pistolas automáticas, carabinas winchester e bombas que dinamitavam, incendiavam cabanas (casas) e escolas, além de destruírem as plantações incendiando-as. ⁶⁶

⁶⁴ ECKERT, *Movimento dos...*, 1984, p. 182.

⁶⁵ Idem, p. 190.

⁶⁶ Ibid. p. 196.

Nesse contexto, apesar de assassinatos dos líderes dos agricultores, os camponeses continuaram a se organizar e protestar junto ao governo do estado. Mesmo com as promessas do governador e as solicitações do Master para que a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) interviesse a favor dos agricultores junto ao Estado, famílias foram expulsas de suas terras por soldados da Brigada Militar e alguns camponeses apenas conseguiram colher suas lavouras com o auxílio de ordem judicial, impetrado com a interferência de advogados do Master.

O golpe militar de 1964 alterou completamente a situação e deu à questão agrária um outro enquadramento, numa tentativa de despolitizá-la, visto que os militares impuseram ao Congresso Nacional uma modificação constitucional que viabilizasse a reforma agrária. A resistência dos parlamentares a aceitar essa mudança no regime anterior fora um dos fatores que mais poderosamente contribuíram para o golpe de estado. Assim, poucos meses depois do golpe o país já dispunha de um Estatuto da Terra, que definia com clareza a reforma pelo novo regime político. Contudo a ser implantado,

o Estatuto da Terra seria, na verdade, um instrumento de modernização do campo e de estímulo à disseminação da empresa rural. Condenava-se o latifúndio e também o minifúndio, isto é, a agricultura praticada por grande número de pequenos lavradores no país. De fato o governo militar propunha, pelo Estatuto da Terra, uma intervenção no direito de propriedade e no meio rural para favorecer a expansão da empresa capitalista, particularmente os grandes grupos econômicos⁶⁷.

Ainda, o golpe de estado em 1964 e a ditadura foram recebidos pela Igreja como o meio de quebrar o círculo vicioso do poder que sempre restaurava as oligarquias e seu domínio, sem compromisso com o atraso e a pobreza. Segundo Martins,

era um meio, também, de afastar os comunistas e outros progressistas, inclusive católicos de esquerda, que, com a agitação social e política, supostamente impediam que as possibilidades do desenvolvimento econômico e capitalista se concretizassem para os pobres do campo⁶⁸.

A ditadura desencadeou a repressão no campo, fazendo cessar, aparentemente, a “desordem” rural e, ao mesmo tempo em que caçava as lideranças de esquerda, criava, em princípio, as condições para a realização de uma reforma no direito de propriedade da terra. A Igreja estava, de certo modo, atendida. Logo ficou claro, porém, que a reforma que os militares pretendiam levar adiante não coincidia com aquela que a Igreja julgava adequada e aceitável.

⁶⁷ MARTINS, *Caminhada no chão da noite...*, 1989, p. 48.

⁶⁸ Idem. p. 47.

Na onda de repressão política no campo, não só os comunistas e militantes das Ligas Camponesas foram violentamente atingidos, mas também militantes católicos, principalmente aqueles ligados aos programas de educação e conscientização popular⁶⁹.

Como podemos perceber, a Igreja queria reformas pelas quais as barreiras de resistência do latifúndio atrasado fossem rompidas e que o desenvolvimento econômico quebrassem aquelas velhas relações de dependências e pobreza. Além disso, o regime militar distanciou-se da Igreja ao perseguir membros da entidade católica, como descrito por Martins:

Neste desencontro, os rumos da Igreja se separam dos rumos do Estado, fato que ficará claro a partir de 1968 com o início de um longo e doloroso ciclo de prisões de religiosos e cristãos engajados, além do assassinato, em 1969, do padre Antônio Henrique, justamente auxiliar de dom Hélder Câmara⁷⁰.

Apenas três meses depois do golpe em 1964, o qual a Igreja havia apoiado, os bispos lançavam um documento com críticas à repressão praticada contra os militantes católicos. Ainda assim, a Igreja conseguiria conviver com os militares até 1968, quando o confronto se tornou radical e assim continuaria até o fim da ditadura, em 1984. Portanto, a Igreja foi particularmente atingida pela repressão política e policial a partir de 1964.

A repressão contra os católicos que desenvolviam um trabalho educativo e conscientizador entre camponeses e trabalhadores rurais, apesar do apoio da Igreja ao golpe militar de 1964, não foi um fato propriamente estranho, considerada essa tradição de afastamento. Entretanto, a repressão incidiu sobre um aspecto particular da ação dos católicos: a educação e a conscientização dos camponeses. Aí estava o problema. Em decorrência dessas constatações e das condições sociais e políticas violentas e brutais, a Igreja criou em 1972 o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que reformularia inteiramente a pastoral indígena, e em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para articular o trabalho das diversas regiões em favor dos direitos dos trabalhadores rurais. Ainda, a instituição mobilizou-se para combater as questões do capitalismo e da violência no campo com documentos episcopais com o objetivo de ganhar mais força e poder, conforme destaca Martins:

Ouvi os Clamores do Meu Povo, Grito das Igrejas e Igreja e Problemas da Terra respondem a essa mobilização difusa, formalmente não-política, localizada e fragmentária. Os vários documentos indicam com clareza que o aparecimento de instituições nacionais de articulação e de apoio, de serviço, como a CPT, resultou de necessidade de superar a dispersão e a fragmentação⁷¹.

⁶⁹ MARTINS, *O poder do atraso:...*, 1994. p. 118.

⁷⁰ MARTINS, *Caminhada no chão da noite...*, 1989, p. 49.

⁷¹ Idem. p. 63.

Portanto, percebemos que a partir do final da década 1960 a Igreja se comprometeu com a opção preferencial pelos pobres e com a pastoral social. Temos, então, uma entidade que passou a controlar e a vigiar a violência e o desrespeito aos direitos humanos impostos pelo capitalismo, como a CNBB destaca:

A Igreja vigilante e atenta aos direitos humanos, comprometida com os direitos dos pobres e oprimidos, voz dos que não têm voz. Uma Igreja comprometida com a dignidade do homem e consciente de que a libertação dos pobres passa pelo rompimento das cadeias que escravizam não só o seu trabalho, mas também a sua consciência ⁷².

Cabe lembrar que em 1965 encerrou-se o Concílio Vaticano II, que aprovava uma mudança total da Igreja Católica no mundo e em 1969 houve a atualização deste Concílio na América Latina, na qual se concluiu a opção pelos pobres, renovada em 1979. Também a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil teve sínodos que acentuaram a opção pelos pobres. Motivadas por estas opções eclesiais, ainda em pleno regime de repressão, lideranças e setores das Igrejas empreenderam iniciativas de trabalho junto às camadas mais pobres da população com o chamado trabalho de “conscientização de base”. Em 1972 surgiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estas pastorais específicas e pioneiras, junto com outros setores, trabalharam na conscientização das pessoas e fortaleceram iniciativas de organização social. No final da década de 1970, quando o regime militar dava sinais de enfraquecimento, iniciaram as diversas pastorais sociais, movimentos sociais populares e movimentos sindicais combativos.

Portanto, percebemos que, mesmo o regime militar sendo muito repressor, a Igreja, como entidade, consegue se manter atuando e, assim, organizar e mobilizar os pobres.

1.9 A Fetag e a Contag e suas ações mediadoras

A Fetag no Rio Grande do Sul surgiu em 1963, porém só foi reconhecida como Federação dos Trabalhadores na Agricultura em 1965, em razão de problemas burocráticos de definição sobre quem realmente eram os “trabalhadores na agricultura” e que estavam representados em sindicatos reconhecidos pela legislação.

A entidade foi fundamental na consolidação do sindicalismo rural, em sua oficialidade e mediação de reivindicações, ainda que em torno do modelo produtivista no Rio Grande do Sul. No início, veiculou um discurso conservador, no sentido de amainar os ânimos inflados pelos movimentos políticos da época. Não obstante o discurso manifestar ideias bastante

⁷² Cf. *Estudos da CNBB, Pastoral da Terra*. São Paulo, Paulinas, 1976.

progressistas (hoje chamaríamos de “esquerda”), a Fetag surgiu como agregação do sindicalismo produzido pela Igreja Católica, ou seja, quase que como desmembramento da FAG. Seguindo nessa linha por muito tempo, permaneceu também sob seu controle, inclusive, no início, subsidiada em termos financeiros e logísticos pela Igreja.

O objetivo da Fetag era atuar no reconhecimento das entidades sindicais em seu enquadramento sindical, previdenciário e legislação agrícola. No final de 1969, de certa forma, desmembrou-se da FAG, nem tanto por questões ideológicas, mas por independência das ações políticas e por ter conseguido ganhar corpo e maior representação própria, até porque no interior da própria Igreja no estado já havia um processo de oposição às ações “orientadoras” da FAG.

A Contag foi outra entidade que nasceu alguns meses antes do golpe de 1964, fruto de movimentos rurais e das federações que já estavam sendo constituídas em todo o país e que, no caso específico em questão, objetivava agregar as lutas políticas dos camponeses. Participaram de sua fundação 26 federações, as quais agregavam trabalhadores na agricultura (no caso do Rio Grande do Sul, a Fetag). A entidade nasceu num processo de disputas políticas no campo (em torno dos mesmos atores: a Ultab, PTB, PCB, Ligas...) e foi fruto da ação do governo de querer institucionalizar a organização dos trabalhadores, reconhecendo, a partir de 1963, inúmeros sindicatos.

A Contag atuou na resolução de pendências ou conflitos com ou entre os trabalhadores do campo; esteve sempre vigilante à atitude considerada prudente de jamais desafiar o Estado, com isso colaborando também para produzir imobilismo e resignação, reproduzir e disseminar programas de assistência previdenciária, como o Prorural (sindicalismo burocrático e assistencial). A mesmo tempo, suas ações assistenciais colaboravam para manter os associados nos sindicatos, reduzindo o controle assistencial dos políticos locais.

Enfim, de uma forma sintetizada, notamos que a Igreja Católica, após Medellín e Puebla em 1968 e com a teologia da libertação, assumiu uma perspectiva de transformação da sociedade pela qual condena o sistema capitalista que oprime as pessoas, passando, assim, a ser uma instituição, ou parte dela, comprometida em dar grande apoio as classes subalternas.

No período que compreende de 1960 a 1978, constatamos uma crescente crise envolvendo os trabalhadores rurais de pequenas propriedades, em virtude da modernização, que proporcionou aumento da produção aos grandes latifundiários. Como os pequenos proprietários não tinham condições de concorrer com o capitalismo, muitos deles ingressaram

as estatísticas do êxodo rural. Nessa realidade, a Igreja surgiu como organizadora dos grupos de trabalhadores, principalmente depois do Concílio Vaticano II, quando passaram a surgir movimentos e sindicatos como a CEBs, Ultab, Master, FAG, Fetag, CPT , os quais buscaram dar suporte aos mais pobres.

CAPÍTULO - II

Igreja Católica na Encruzilhada Natalino (1980 – 1983)

Neste capítulo abordamos o papel desenvolvido pela Igreja Católica, por intermédio da CPT, junto aos agricultores na Encruzilhada Natalino. Neste acampamento, a Igreja Católica teve um papel importantíssimo como organizadora dos colonos acampados.

Portanto, o que buscaremos evidenciar é a importante presença da Igreja Católica de 1980 até 1883 no desenvolvimento de liderança, organização e orientação aos acampados do Rio Grande do Sul. Foi nesse período que a cruz passou a ser a representação dos camponeses acampados.

A Encruzilhada Natalino foi o grande palco dos trabalhos de pastorais dos religiosos, que pela fé e religiosidade conduziram milhares de sem terra ao assentamento. Assim, cabe analisar como aconteceu esse processo.

2.1. - Pastoral da Terra: inserção social e ação político-organizacional

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra ⁷³, de abrangência nacional e reconhecida pela CNBB, tendo como inspiração a experiência do Conselho Missionário Indígena e a sua existência pioneira nas primeiras ações isoladas no início da década. No Rio Grande do Sul, foi criada em 1977 no Encontro de Pastoral Rural-Urbana, realizado em Caxias do Sul. Por meio da CPT a Igreja Católica, juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos camponeses durante o regime militar. No início, a entidade esteve voltada às lutas dos posseiros do Centro-Oeste e Norte; mais tarde, com a eclosão de conflitos em todo o país, tornou-se uma instituição de alcance nacional.

Nos conflitos pela terra, o “Livro do Êxodo”⁷⁴ foi o suporte para os estudos e reflexões sobre a condição em que vivem os trabalhadores rurais. A CPT foi importante instrumento de

⁷³HOFFMANN. *A cruz e a bandeira: a construção do imaginário dos sem-terra do RS 1981-1987*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 1997, p.54. A CPT surgiu segundo Hoffmann, na Amazônia no ano de 1975, tendo como inspiração a experiência do CIMI e a sua existência pioneira, nas primeiras ações isoladas no início da década. A CPT se constituiu num órgão de presença efetiva em nível nacional, atingindo praticamente todos os estados do país.

⁷⁴ Livro do Antigo Testamento da Bíblia Sagrada. Este livro relata a o fim da escravidão e a libertação do povo de Deus.

desmascaramento das políticas e projetos dos militares. Mantendo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil uma relação oficiosa, ao mesmo tempo caracterizou-se como órgão pastoral, a essa ligada porém autônoma. Um aspecto importante a ser considerado é que a CPT se propôs ser ecumênica, contando com a participação de pessoas ligadas a outras religiões, como luteranos e metodistas, principalmente ⁷⁵.

Historicamente, a Igreja Católica teve presença importante no processo de colonização do Rio Grande do Sul, tendo exercido ação cultural e educativa nas áreas rurais, bem como funções jurídico-políticas, assumidas pelos vigários na distribuição de terras e mediação entre posseiros, proprietários e governo, até o século XIX. Nessa relação entre colonos e a Igreja, não podemos deixar de destacar a presença da Igreja nas “Colônias Novas”,

onde muitas paróquias foram instaladas nas sedes das colônias, e nas “linhas” e vilas menores construíam uma capela e ao lado sempre uma escola. Ainda Benincá analisa a colonização européia presente na região com uma certa distância entre os colonos descendentes de europeus e caboclos, tanto em relação à participação na Igreja e como também na Escola ⁷⁶.

Ainda, para o desenvolvimento cultural a Igreja mantinha escolas confessionais católicas para os descendentes de europeus, ao passo que os caboclos só tinham acesso às escolas municipais, se é que chegavam à escola. Na verdade, o caboclo, em sua maioria, permaneceu analfabeto ⁷⁷. Como podemos observar, até o período de formação dos acampamentos dos sem terra não há nenhuma informação de projetos da Igreja com algum tipo de pastoral dirigida aos caboclos, ao passo que para os descendentes de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul desenvolveu projetos de cooperativismo, sindicalismo e movimentos como a FAG. Portanto, o caboclo estava excluído ou à margem de toda a ajuda dada ao homem do campo.

Os descendentes de europeus distanciavam-se muito dos caboclos na cultura, religião, costumes, etc. Benincá relata que

os caboclos eram desprezados e dificilmente filhos de colonos se casavam com filhos de caboclos. Contudo, nos acampamentos, apesar das diferenças de origem e cultura, colonos e caboclos se encontram em situações muito comuns; o que os torna mais “iguais” e lhes permite a convivência no mesmo acampamento é a condição de trabalhadores rurais sem títulos legais de propriedade de terra ⁷⁸.

⁷⁵ HOFFMANN. *A cruz e a bandeira...*, p. 54.

⁷⁶ BENINCÁ, E. *Conflito ...*, 1987, p. 55.

⁷⁷ *Idem.* p. 47.

⁷⁸ *Ibid.* p. 43.

Também as diferenças de conceitos e interesses sobre propriedade da terra entre caboclos e colonos descendentes de europeus são algo histórico. Segundo Benincá ⁷⁹, “a propriedade é um conceito que não faz sentido para o caboclo”, pois, na verdade, ele nunca teve uma propriedade, por ser descendente sobretudo de africanos. Já o colono descendente da colonização europeia é filho de projetos de colonização do governo, ainda que muitos deles, com a falta de terra, tenham acabado ficando empobrecidos ou até mesmo sem nada.

Em levantamento feito em 1987 junto à Diocese de Passo Fundo para apurar a proveniência do clero, verificou-se que a maioria de seus quadros provém da zona rural, fato que explica o grande interesse de legitimar o seu poder nas comunidades rurais: “Um levantamento feito junto à Diocese de Passo Fundo para apurar a proveniência do clero e dos religiosos, ficou comprovado que (81,55%) eram filhos de colonos” ⁸⁰. Podemos notar que a Igreja Católica tem um interesse enorme em pastorais ligadas aos camponeses, pois entre eles estão as futuras vocações para preencher os quadros eclesiásticos da própria entidade cristã.

A Igreja ainda teve um papel muito importante para os colonos por identificar dentre eles muitas lideranças, as quais preparavam para liderar o próprio grupo. Com relação à formação de lideranças nas comunidades rurais, é necessário frisar que na fase mais contemporânea de reivindicações para conseguir terra esse trabalho foi além das fronteiras da CPT. Portanto, destaca-se a ação da Pastoral da Juventude Rural (PJR), que teve um papel extramente importante no que se refere à formação de lideranças no meio rural, organizando grupos de jovens nas comunidades e oferecendo uma série de cursos que procuravam despertar para a realidade social. A maior parte das lideranças dos colonos sem-terra iniciou a sua atuação na Pastoral da Juventude, tendo sido fortemente marcada pela formação política ali recebida. Com a organização de grupos de jovens nas comunidades, procurou-se despertar o jovem para a realidade social. Segundo Schimitt ⁸¹, aí se percebe a atuação da Pastoral da Juventude, a qual contribuiu muito para uma formação política desses colonos.

Como orientação metodológica, a CPT pautou-se no princípio de que os próprios acampados deveriam assumir a conquista da terra como sujeitos do processo, fazendo suas próprias negociações com o governo, com o Incra, e buscando na imprensa o apoio para realizar campanhas de conscientização e coleta de alimentos. Segundo Marcon,

⁷⁹ BENINCÁ, E. *Conflito...*, 1987, p. 43. O conceito de propriedade não faz sentido para o caboclo, pois para ele basta a margem de um rio, a beira de uma estrada ou a orla das matas, desde que tenha uma “terrinha” onde possa fazer seu roçado. E lá está ele “arranhando”.

⁸⁰ Idem. p. 55-56.

⁸¹ SCHIMITT, C. J. *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 1992, p. 308-314.

essa orientação político-metodológica foi importante tanto para os acampados, que foram perdendo o medo de falar, quanto para as entidades solidárias com o movimento, que passaram a ter um papel definido de apoio e respaldo nas negociações e nas mobilizações⁸².

A primeira atividade de massa da CPT no Rio Grande do Sul foi a comemoração do Dia do Agricultor, a qual ocupou um espaço central nas discussões e nos planejamentos dos primeiros anos de sua ação. Pelas poucas informações de que dispomos e pelas críticas feitas pela CPT às comemorações realizadas no Dia do Agricultor, percebemos que essas se constituíam de almoços e/ou churrascos comemorativos, com discursos das autoridades e participação “passiva” dos agricultores: “Mas há gente que celebra só com palavras bonitas. São prefeitos e entidades que não passam de enfeites e saudações”⁸³. Assim, procurou-se transformar esses “almoços comemorativos” em espaço de reflexão sobre a situação socioeconômica dos agricultores e sobre a organização da categoria, procurando criar uma identidade positiva do camponês.

Começavam, assim, a mudar os ideais da comemoração do Dia do Agricultor, pois agora os objetivos de politização e organização política, visados pela Comissão Pastoral da Terra para as comemorações, eram claros, como também era facilmente perceptível a centralidade do papel cumprido pelos religiosos na concepção e preparação dos atos comemorativos. O desenvolvimento desses atos, de momentos de discussão e reflexão, de confraternização e lazer e celebrações religiosas contribuiu para alcançar os objetivos propostos, pois em todos os momentos se buscava garantir a participação ativa dos agricultores.

A ação da CPT entre os camponeses, em parte, foi possível porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lhe deu espaço político. Nas assembleias da década de 1980 a entidade posicionou-se claramente a respeito de dois assuntos: reforma agrária e distribuição dos solos urbanos. Também surgiram os livros do frei Leonardo Boff sobre a teologia da libertação. Por sua vez, os documentos do Concílio Vaticano II, concluído em 1965, apontavam em uma direção: o compromisso da Igreja para com as causas populares.

Em 1979 realizaram-se as primeiras assembleias para discutir o rumo dessas pessoas que estavam acampadas, das quais saíram as primeiras comissões, que teriam o papel fundamental de formação da direção política dos sem terra. Esses líderes dos sem terra iriam organizar os colonos acampados para pressionar as autoridades e exigir o assentamento nas

⁸² MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1997, p. 73.

⁸³ A Santa Mãe Terra, CPT/RS, 1980. P. 4 – Atlas e relatórios de reuniões, notas e cartas à imprensa e a sociedade, correspondências, textos/subsídios para discussões internas e com sem-terra, etc...

fazendas Macali e Brilhante.⁸⁴ Segundo Gehlen, começava então uma grande preocupação com uma simbologia para os acampados na Macali, adotando-se a cruz para significar o sofrimento e a conquista ao mesmo tempo. Além da adoção da cruz como símbolo, a bandeira nacional passaria a estar sempre hasteada no primeiro dia da ocupação⁸⁵.

2.2 Período de luta e conquista da reforma agrária

O contexto da década de 1980 foi marcado pelo enfrentamento à ditadura militar que desde 1964 estava implantada no Brasil, usando como ingrediente principal a violência repressiva contra os cidadãos discordantes. Seria, aliás, muito educativo às novas gerações uma descrição detalhada das barbaridades cometidas pela ditadura e faria muito bem à verdade histórica abrir os arquivos ainda secretos dos porões desumanos, sanguinários e irracionais desse período. Enquanto isso não acontece, por conta do poder que ainda restou nas mãos dos protagonistas militares e de seus aliados civis daquela época, vamos reconstruindo partes da história da luta dos oprimidos.

Nela é importante ressaltar a contribuição e a força das ideias da teologia da libertação. Essas ideias, acompanhadas do método conhecido como “ver, julgar, agir”, possibilitaram a formação de muitas lideranças, inicialmente atuando nos espaços das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja e, em seguida, assumindo papéis na luta pela transformação da realidade. Aparentemente, a repressão foi menos evidente nas instituições ligadas à Igreja, tornando o espaço mais propício para a organização e a luta popular por justiça social. Muitas pessoas da classe oprimida do campo e das periferias urbanas vítimas da injustiça social aprenderam e fortaleceram sua consciência e sua militância motivadas pela mística do novo jeito que a Igreja adotou para promover sua prática, pela superação da injustiça social.

Podemos chamar a década de 1980 como “década de ouro”, para a Igreja Católica, por ter sido a mais rica em acontecimentos valiosos de luta popular. E foi especialmente preciosa para a Igreja da diocese de Passo Fundo, pois a luta dos agricultores sem-terra, que se mostrou forte no acampamento da Encruzilhada Natalino e na ocupação do latifúndio improdutivo chamado Fazenda Anonni, foi capaz de motivar as autoridades da instituição a assumirem a

⁸⁴ TEDESCO, J. C. ; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no Norte Gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre/RS: EST, 2008, p. 266-267.

⁸⁵ Segundo os juristas Fábio Comparato, Luís Edson Facchin e Regis de Oliveira, existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente preencher um espaço vazio, no caso em questão, as terras que não cumprem a função social, e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação In: SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*, p. 114-123. Apud MARISSAWA. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001: 132.

decisão prática e teórica de apoiar a luta dos acampados por terra e pela reforma agrária. As consequências dessa opção preferencial pelos oprimidos sem terra gerou uma intensa mobilização de agentes de pastoral para atender às demandas e fortalecer a luta e organização.

Nessa época, a formação dos seminaristas, dos religiosos e das lideranças leigas das comunidades teve seu método e conteúdos adaptados e direcionados às necessidades apresentadas pela nova realidade social dos oprimidos em luta pela transformação das estruturas sociais injustas. A própria assembleia diocesana ⁸⁶ de avaliação e planejamento pastoral recebeu a interferência direta dos sem terra acampados na Fazenda Anonni, os quais reivindicaram junto a ela a atenção e apoio da Igreja, obtendo, além da visita dos delegados da assembleia ao acampamento, que se encontrava cercado e ameaçado pela Brigada Militar, atendimento a suas demandas de atenção pastoral no novo plano de pastoral produzido naquele evento.

Por sua vez, também foi uma década de ouro a de 1980 para o movimento operário, que conseguiu substituir direções sindicais “pelegas” por direções desatreladas do controle e paternalismo do Ministério do Trabalho e criou uma nova Central Única dos Trabalhadores (CUT), com projeto de desatrelamento do controle do Estado. Ainda foi década de ouro para o movimento popular camponês, que em meio a lutas para derrubar as cercas do latifúndio e conquistar a terra fez nascer na Encruzilhada Natalino sua valente organização, hoje presente em todo o Brasil, o Movimento Sem Terra.

Houve, igualmente, nessa década uma grande sintonia entre os movimentos sociais, que em conjunto conseguiram que a Constituição de 1988 tivesse uma cara mais “cidadã” e fosse menos excludente.

Esta sintonia se deu também entre os movimentos sociais e movimento de renovação no interior da Igreja Católica. Ele teve suas origens ligadas aos Movimentos de Ação Católica, que atribuíam aos leigos o protagonismo da ação transformadora das realidades do mundo. Tais movimentos fizeram repercutir sua experiência nos documentos orientadores da Igreja Católica, elaborados no Concílio Vaticano II. Na América Latina, as conferências de Medellín e de Puebla, adaptaram estas orientações ao seu contexto, explicitando como orientação a opção preferencial pelos pobres, entendendo-os como vítimas da exploração por estruturas injustas. Com isso, muitos agentes pastorais, optaram por deslocar-se ao lugar social onde a luta por transformação acontecia, fortalecendo assim as organizações populares ⁸⁷.

A Igreja da diocese de Passo Fundo esteve nesse período sintonizada com esse ambiente, contribuindo com o surgimento do Movimento Sem Terra, que hoje, unido a outros

⁸⁶ Assembleia que reuniu todos os padres da diocese, sendo que os mesmos se dirigiram ao acampamento para celebrar e prestar o seu apoio aos sem terra acampados.

⁸⁷ FOSCHIERA, Leonardo. Padre apoiador e orientador sobre pastorais ligados a CPT e pastoral da juventude. Entrevistado no dia 04 jan. 2010.

movimentos, mantém viva a luta por terra, trabalho e justiça social e pelo fim da exploração. Portanto, o período recente de organização popular, segundo Conti ⁸⁸, tem seu ressurgimento e surgimento no início da década de 1980, e suas principais vertentes estão:

a) na militância de líderes políticos do PCB e PCdoB, que ficaram entre a existência pública e a clandestinidade; b) na militância de líderes intelectuais e populares ligados a diferentes concepções políticas de cunho marxista e leninista, que haviam sido abafados e aniquilados nos anos do regime militar; c) na militância de um grande número de lideranças que provinham de um intenso trabalho de base realizado pelas igrejas e pastorais específicas e sociais, especialmente desencadeado e estimulado pelas igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ainda na década de 1980 surgiram inúmeras Organizações Não-Governamentais para trabalhar na assessoria a organizações e iniciativas populares.

Todos os movimentos sociais populares e organizações não governamentais que nasceram no período do regime militar e imediatamente após se caracterizaram por um forte caráter contestador a esse regime e de lutas por direitos fundamentais, como liberdade de expressão e organização, democracia, desenvolvimento, terra, habitação, etc. Em torno destas “bandeiras” protagonizaram grandes lutas e mobilizações sociais como as “Diretas Já”, ocupações de terras e de espaços públicos, movimento pela Constituinte Popular; o “Fora Collor” e outras.

2.3 O surgimento do acampamento da Encruzilhada Natalino

A Encruzilhada Natalino situa-se no entroncamento das estradas Passo Fundo, Nonoai e Ronda Alta, na RS-324, e se constituiu no maior símbolo da luta pela terra no país no início da década de 1980. Ali seiscentas famílias de sem terra acamparam no primeiro semestre de 1981 e resistiram a pressões de toda ordem até serem assentadas em 1983.

O acampamento da Encruzilhada Natalino foi formado por aqueles agricultores que não haviam sido contemplados com terra nas fazendas Macali e Brilhante. A experiência já adquirida e a ajuda dos assentados dariam suporte ao acampamento da Encruzilhada Natalino, pois na Fazenda Macali havia pessoas que sabiam onde estavam os focos de pessoas desarticuladas, debatendo com essas a ideia da organização para seu novo acampamento.

Como percebemos, a Encruzilhada Natalino foi algo planejado e estudado antes da ação durante meses, pois muitos desses acampados já tinham grande experiência sobre como enfrentar a repressão e conhecimento adquirido nos acampamentos anteriores ao da Macali e

⁸⁸ CONTI, Irio Luiz. Mestre em Sociologia (UFRGS), ...Entrevista no dia 23 fev. 2010.

da Brilhante. A ideia era unir aqueles que estavam dispersos, como os parceiros, meeiros, assalariados e filhos dos pequenos agricultores que não haviam conseguido comprar terras⁸⁹.

A chegada do primeiro casal à Fazenda da Encruzilhada Natalino foi espontânea, ocorrida na véspera do Natal de 1980, cujo chefe, por coincidência, chamava-se Natalino, oriundo de Nonoai. A família entrou na fazenda sem grandes problemas, sem ter encontrado qualquer barreira que impedisse o seu acampamento e até o final de 1980 mais dois ou três barracos estavam ali instalados. Durante os primeiros meses do ano de 1981, mais e mais famílias ocuparam a fazenda e, aos poucos, o movimento foi se formando. Nesse ano aconteceu uma grande crise econômica, com a qual muitos pequenos agricultores perderam tudo, indo, então, juntar-se aos demais no acampamento.

O acampamento da Encruzilhada Natalino foi constituído por colonos oriundos de várias cidades da região, que ali instalavam suas barracas. Como estavam destituídas de qualquer forma de assistência para ter uma vida digna, buscavam auxílio na paróquia de Ronda Alta, onde conheceram o padre Arnildo Fritzen, que se prontificou a celebrar a missa no acampamento nos finais de semana⁹⁰. No período inicial da formação do acampamento, os sem terra estavam completamente abandonados pelas entidades, pelos partidos e até mesmo pelo governo. O quarto ocupante da Encruzilhada Natalino, Raul Vargas, relata essa situação: “No começo nós tínhamos um situação péssima. Não tínhamos assistência de nada”⁹¹.

Portanto, ali começava o trabalho da Igreja com esses acampados sem-terra. Nesse acampamento a ocupação de terra foi organizada em grupos de famílias, as quais foram apoiadas principalmente pela CPT. Segundo Pasquetti, ao chegar ao acampamento, cada família vinculava-se a um grupo, constituindo núcleos de vinte famílias; então, elegiam os coordenadores, participavam das comissões de trabalho para resolver os problemas de falta de água, comida, da saúde e organizar a escola para as crianças⁹².

O acampamento tornou-se espaço de vida, de luta, de conflitos e de esperança, permeado por novas relações sociais. No seu cotidiano, as pessoas vivenciavam e partilhavam valores como a solidariedade, a partilha, a preocupação como grupo social organizado. O desejo de posse da terra e de nela trabalhar para retirar o sustento da família acalentava o sonho desses trabalhadores rurais, que, vencendo o medo e acreditando em si mesmo, na sua

⁸⁹ LOPES, Ivan de Souza. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular. 2001.

⁹⁰ MARCON, T. *Acampamento Natalino...*, 1997, p. 72

⁹¹ MÉLIGA, L. ; JONSON, M. C. *Encruzilhada Natalino*. Vozes Ltda, Porto Alegre-RS. 1982, p. 30.

⁹² PASQUETTI, Luís A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas 1984 – 2004*. Brasília/DF, jun/ 2007. Tese de doutorado – Universidade de Brasília, p. 69.

força de fracos, pobres e excluídos, estavam certos de que juntos estariam mais fortalecidos para enfrentar as precárias condições de vida naquele espaço.

O acampamento é percebido por estes trabalhadores como um espaço de reconstrução de vida. Nele vivenciam novas experiências e estabelecem novas relações sociais. Convivem com pessoas oriundas de diferentes lugares e culturas. Num processo de hibridismo cultural. Neste sentido, o acampamento se transforma em um espaço híbrido, marcado por caboclos e de descendentes de italianos e alemães. Homens, mulheres e crianças. É a multiplicidade cultural destes trabalhadores pobres e excluídos do campo que transforma o acampamento num espaço híbrido ⁹³.

Entretanto, não demorou muito tempo para que uma comissão do governo chegasse oferecendo emprego para os colonos acampados, o que ninguém quis aceitar. Segundo Méliga e Janson, até o bispo dom Cláudio, de Passo Fundo, visitou o acampamento com uma comissão do governo para convencê-los a aceitar a proposta de emprego. Então “nós vimos que dom Cláudio, naquele momento, estava do outro lado, não estava do lado dos colonos” ⁹⁴.

Nesse clima, não demorou muito tempo para que a Justiça decretasse ordem de prisão ao padre Arnildo, porém o bispo de Passo Fundo conseguiu negociar com o governador Amaral de Souza para que fosse suspensa. Além disso, a Brigada Militar cercou o acampamento da Encruzilhada Natalino, tentando intimidar os acampados, mas eles continuaram firmes na proposta de resistência para conquistar a terra. Também houve constantes ataques aos membros ligados à Igreja, como relata Hoffmann: “O Comunicado número Três, da Coordenadoria do Coronel Curió ⁹⁵, acusa nominalmente o Pe. Arnildo, sendo ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, e a Irmã Aurélia ⁹⁶ de expulsão do País, conforme a Lei do Estrangeiro” ⁹⁷.

Já na primeira Semana Santa no acampamento foi escolhido o símbolo que melhor representava os colonos ali acampados: a cruz, que foi construída para a Sexta-Feira Santa de 1981. Na ocasião foi realizada uma procissão com a cruz, na qual refletiram sobre a paixão de Jesus Cristo. Ao finalizar a reflexão, tomaram a decisão de que não poderiam deixar o símbolo no chão; então, ergueram a cruz e a colocaram na beira da estrada, para que todos que

⁹³ PASQUETTI, Luís A. *Terra ocupada:...*, p. 46.

⁹⁴ MÉLIGA, L. ; JONSON, M. C. *Encruzilhada....*1982, p. 30.

⁹⁵ “O Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, militar com ampla experiência de repressão a movimentos sociais no campo. Orgulhava-se de ter desmobilizado 16 focos de tensão social, dizia que Encruzilhada Natalino seria a sua 17ª vitória, quando da sua saída do acampamento um sem-terra lhe entrega como troféu um cipó com 16 nós amarrados e o 17º nó cortado. O Major manteve o acampamento cercado, durante todo o mês de agosto de 1981, por um amplo aparato militar, utilizando-se de diversas formas de coerção para “convencer” os colonos a aceitarem a alternativa da colonização. Ao sair do acampamento, divulgou o “Comunicado nº 3”, onde faz diversas acusações aos religiosos, principalmente ao Pe. Arnildo e a Irmã Aurélia. O dia 31 de agosto, data da sua saída, é escolhido como Dia dos Sem-Terra”. *Rainha*, out. 1981, p. 18-19.

⁹⁶ “Irmã Aurélia (Bruna Durandi), nascida na Itália, da Congregação da Missionária Franciscanas do Verbo Encarnado. Está há 5 anos (1981)no Brasil.” (MÉLIGA E JONSON, 1982: contracapa)

⁹⁷ HOFFMANN, L.S. *A cruz e a bandeira: ...* , 1997, p. 79.

passassem soubessem que ali estavam pessoas em grande sofrimento. Isso tudo ocorreu na Sexta-Feira Santa ⁹⁸.

No domingo de Páscoa refletimos novamente sobre a cruz e Jesus Cristo ressuscitado e nós! E então com essa reflexão se toma a decisão de arrancar então essa cruz e botar ela no chão para dizer que vamos sair daqui. Mas com o passar dos dias com o apoio das pessoas de fora do acampamento, acabam colocando escoras nesta cruz para simbolizar que não estavam mais sozinhos ⁹⁹.

Como podemos perceber, a Igreja Católica começava a dar grande sentido aos rumos da história dos acampados, pois os que faziam parte do acampamento começaram a ser assistidas pela entidade católica.

Em apoio à Igreja Católica no ano de 1980, grupos de jovens da Diocese de Frederico Westphalen realizaram diversas reuniões e campanhas nas comunidades, para arrecadar alimentos e remédios para os acampados. Referendavam documentos sociais da Igreja, especialmente o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “A Igreja e os Problemas da Terra” lançado no XVIII Assembléia Geral da CNBB, em 1980. Os setores progressistas da Igreja Católica, através desse documento, estabeleceram uma importante diferença em relação à propriedade da terra: condenaram “a terra de exploração” e valorizaram “a terra de trabalho” que é aquela “possuída por quem nela trabalha” ¹⁰⁰.

Pelo documento citado, a terra é um dom de Deus, portanto, pertence a todos, pois Deus não concedeu “escrituras” a ninguém em particular. Assim, todos os trabalhadores rurais que necessitassem de terra teriam este direito sagrado. Na introdução deste documento os bispos advertiam: “Fazemos igualmente uma advertência evangélica aos que querem ajuntar casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejam os únicos proprietários da terra” ¹⁰¹.

A Encruzilhada Natalino constituiu-se como o símbolo maior da reforma agrária brasileira.

2.4 A cruz como símbolo e “bandeira” dos acampados

Nas celebrações religiosas a parte da mística era muito enfocada, pois ao redor da cruz o sermão era dialogado, com os símbolos sendo construídos, como as escoras, que eram os apoios. Assim, o movimento ganhava força para superar as dificuldades enfrentadas no dia a dia. A cruz foi se constituindo como um símbolo de marcha e caminhada desses colonos, que

⁹⁸ TEDESCO, J. C. e CARINI, J. J. (Org) *Conflitos a...*, 2008, p. 269.

⁹⁹ FRITZEN, Arnildo; Párcos de Ronda Alta e representante da CPT, acompanhou toda a trajetória dos acampados sendo o grande agente da pastoral dos sem terra, incentivava, amparava, celebrava e orientava os colonos. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹⁰⁰ PASQUETTI, Luís A. *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p. 62.

¹⁰¹ CNBB, 1980, nº 7.

queriam terra para plantar e dela tirar o seu sustento. No começo a cruz era pequena, onde estava escrito “Salve a Tua Alma”; depois, tornou-se bem maior, porque representava a luta, o sofrimento que estavam carregando, tão pesada que era necessários de 15 a 20 homens para carregá-la nas procissões.

Segundo Méliga e Jonson,

a troca da cruz foi porque cada vez o sofrimento estava sendo maior, a nossa cruz cada vez mais pesada. Então nós sugerimos de trocar por uma cruz mais pesada. Essa cruz foi sendo escorada pelo povo de fora, as entidades, as Igrejas. Nos momentos que vinham os alimentos, nós botávamos uma escora na cruz, que ia se tornando mais leve. Essa troca foi debatida junto com o povo, numa assembléia. Eu acho que quando foi decidido e avaliado que essa cruz grande tinha que ser posta ali, foi quando começou a organização, ela traçou um caminho mais reto, ficou mais visível à caminhada. Essa cruz demonstrou que o número de pessoas que ia lutar era maior, então necessitava de ser uma cruz maior também ¹⁰².

Para os acampados, a cruz era um símbolo sagrado. Além das escoras, recebia um pano branco quando morriam crianças, para simbolizar que o espírito destas crianças estaria permanentemente ali, dando-lhes força para não desanimarem e não fraquejarem no sonho de obter terra. Com esse gesto eles sempre teriam na memória as pessoas ausentes, que seriam mártires para todos os acampados. A cruz transformou-se, progressivamente, no símbolo catalisador da vida no acampamento, na qual estavam expressos os sentimentos de dor, de morte, de solidariedade e de esperança ¹⁰³. Assim, o centro do acampamento foi demarcado pela cruz.

A cruz para os acampados possuía um significado determinado: das privações e da luta pela terra como a cruz a ser carregada e a necessidade da união. No cotidiano do acampamento, era em torno da cruz, na “Hora da Ave Maria” ¹⁰⁴, que os acampados se reuniam para as rezas habituais, para transmitir informações, fazer comentários e avaliar as repercussões do movimento na grande imprensa. Nesse momento também eram lidas as cartas recebidas de todo o Brasil, um elemento muito forte, que os reabastecia na caminhada e lhes dava esperança. Em relação às escoras, era junto à cruz que as visitas eram recebidas, o que potencializa a articulação luta=cruz, solidariedade=escoras. O ambiente da oração no momento cria um cenário indescritível, como se a Paixão de Cristo estivesse se repetindo.

¹⁰² MÉLIGA, L. ; JONSON, M. C. E.1982, p. 32.

¹⁰³ MARCON, T. *Acampamento Natalino ...*, 1997, p. 91.

¹⁰⁴ A “Hora da Ave Maria”, ao final da tarde, é uma prática constante na programação das emissoras de rádios do interior do Estado. Muitas destas rádios são propriedades das Paróquias.



Figura 2: Celebração dos acampados na década de 1980
Fonte:Arquivo pessoal do Pe. Arnildo, MAB de Erechim.

A cruz dos acampados era carregada tanto em procissões como em atos públicos e era em torno dela que se definiam os rumos do “conflito”. A revista *Família Cristã* sintetizou o dia a dia dos acampados junto à cruz da seguinte forma:

Ao redor da cruz, os acampados rezam todas as tardes o terço, celebram a missa aos domingos. Ali, lêem-se as notícias, as cartas de apoio e solidariedade que chegam diariamente. Ao redor da cruz, nos momentos de celebração, tomam-se as decisões mais importantes, como as caminhadas em direção às autoridades, etc...¹⁰⁵

Essa construção do simbólico por meio da cruz construída pelos acampados na Fazenda Natalino levou a que todos os acontecimentos significantes do seu dia a dia convergissem para esse símbolo. Em entrevista, o padre Arnildo Fritzen relatou:

Lembro que na caminhada rumo para Porto Alegre enquanto caminhávamos e cantávamos foi feito a identificação de um infiltrado, ou seja, de um membro da polícia secreta por causa do seu boné; tomaram o seu boné e ao final foi cravado na cruz, pois esse boné era o símbolo da opressão¹⁰⁶.

A identificação do “intruso” ocorreu porque havia um controle de todos os membros pelos colonos. Na verdade, as dificuldades enfrentadas davam a conhecer aqueles que eram colonos e os infiltrados. Portanto, muitos acontecimentos ocorridos no dia a dia do acampamento eram simbolizados e colocados junto à cruz. Assim, a Encruzilhada Natalino demonstra que, mesmo sendo um dos conflitos agrários mais complexos, em razão das

¹⁰⁵ FAMÍLIA CRISTÃ: (Revista), Ano 48, nº 54. Fev. 1982.

¹⁰⁶ FRITZEN, Arnildo. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

dificuldades nas negociações e acordos entre agricultores sem-terra e latifundiário, nela aconteceu uma construção ideológica religiosa muito forte.

Entretanto, o movimento dos sem terra foi tomando outra direção, que foi amadurecendo com a experiência da Macali e da Brilhante. Portanto, começou a haver uma direção política que iria melhor organizá-lo. Segundo padre o Arnildo,

tanto na área da saúde que foi mais bem organizada, como na comunicação que, na Natalino, encontrou ponto alto, pois começou a ter contatos com outros companheiros de outras cidades. Então tudo isso foi amadurecendo e foi com isso atraindo muitos apoios, pois vinha ajuda de todos os lugares e até mesmo ajuda internacional por causa da lealdade, honestidade, mística e seriedade que era esse movimento. Acredito que foi por isso que nem a repressão conseguiu conter ¹⁰⁷.

Os colonos sem-terra diziam:

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que viviam nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área Indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc... Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos trabalhando na lavoura e é isto que sabemos fazer ¹⁰⁸.

Em julho de 1981, dom Pedro Casaldáliga ¹⁰⁹ visitou o acampamento, trazendo aos sem terra sua solidariedade e ali rezando uma missa que reuniu seis mil pessoas. Com sua voz profética, ele disse aos trabalhadores acampados: “Meus irmãos! Em nome de Jesus de Nazaré, em nome do Deus libertador, eu, bispo de São Felix, lhes asseguro e lhes prometo, que se vos mantéis unidos, conquistarão a terra, que sonhais, e que é de todos e todas!” Marcon destaca que “seu depoimento sobre as experiências de luta na região de São Félix do Araguaia, as ameaças sofridas – de morte e de expulsão do país com base na Lei dos Estrangeiros – deram muita força aos acampados, que decidiram resistir até a conquista da terra.”¹¹⁰

Segundo Pasquetti:

No mês de julho de 1981, organizou-se uma grande mobilização de apoio aos acampados, com a presença de 137 padres, sindicalistas, representantes da OAB, deputados federais e estaduais. Devido à pressão pública, no mês de agosto, o Coronel Curió abandonou o acampamento, significando para os acampados uma grande vitória ¹¹¹.

O grande momento da importância da Igreja Católica se deu, segundo Hoffmann, quando,

Numa concentração do povo no Rio de Janeiro, ficou estabelecido que, daquele dia em diante, A CRUZ DE RONDA ALTA seria o símbolo da luta pela terra no Brasil

¹⁰⁷ TEDESCO, J. C. e CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos a ...*, 2008, p. 270.

¹⁰⁸ 1ª Carta dos colonos acampados em Ronda Alta, 15 de maio de 1981.

¹⁰⁹ Bispo espanhol, da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso.

¹¹⁰ MARCON, T. *Acampamento Natalino ...*, 1997, p. 89.

¹¹¹ PASQUETTI, Luís A. *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p. 82.

inteiro, de norte a sul. Essa nossa cruz vai ser igual à estrela de S. Sepé pra todos os sem-terra do Brasil, que vai guiar pelo caminho da conquista da libertação ¹¹².

Dos símbolos escolhidos pelos sem terra, dois estão presentes de forma mais sistemática e foram adotados como oficiais do movimento: a cruz e a bandeira. Inicialmente, a cruz foi o símbolo que melhor representava a vida dos sem-terra; posteriormente, em 1987, a bandeira foi escolhida como símbolo do MST, ficando a cruz em plano secundário. A cruz de Encruzilhada Natalino ou a cruz de Ronda Alta constituiu-se como o maior símbolo do conflito pela terra no país ao longo de toda a década de 1980.

Segundo padre Arnildo,

a Igreja sempre preparou essas pessoas, todo o povo, para acreditar em Deus, e o pobre sempre depositou em Deus a sua segurança, a sua esperança de realização daquilo que não tem, e nisso ele foi ajudado pela Igreja. De acordo com a Igreja, quem reza alcança a solução dos seus problemas, seja de saúde, seja de terra. Então, Deus, ao povo, sempre foi à instância superior à qual se recorria para resolver qualquer problema. Essas pessoas buscam soluções, acreditam profundamente que Deus vai resolver os seus problemas ¹¹³.

O primeiro passo dos acampados foi adotar uma cruz pequena, com uma inscrição. Então o padre Arnildo Fritzen, que os acompanhava, refletia sobre o que queria dizer “Salva tua alma”, e a oração tornou-se forte e constante pedido para que Deus interviesse e resolvesse o problema da terra. O dizer “Salva tua alma” provém das Missões ¹¹⁴; assim, aos poucos, eles foram percebendo que não era só a alma que deveriam salvar, mas, sim, a vida. Portanto, foi conversando e refletindo que os sem terra optaram por um símbolo que os identificasse, a cruz grande, pesada, rústica, que exigia várias pessoas para carregá-la.

Esse período do acampamento de Encruzilhada Natalino foi marcado por uma grande recorrência para rituais em torno da luta pela terra, como as Romarias da Terra e as comemorações do Dia do Colono. Contudo, adotaram-se outros de “origem urbana”, ressemantizaram-se rituais da religiosidade popular e criou-se uma série de novos eventos.

a) Semana Santa: a espera da “ressurreição” na beira da estrada

Quanto às programações mais extensas, cita-se a Via Sacra, na qual se encenavam “os sofrimentos do povo”, associando-os diretamente às dificuldades e luta de Cristo no Calvário do carregar a sua cruz.

¹¹² HOFFMANN, L.S. *A Cruz e a bandeira:...*, 1997, p. 126.

¹¹³ FRITZEN, Arnildo, Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹¹⁴ MÉLIGA, L. ; JONSON, M. do C. *Encruzilhada N...*, 1982.

A celebração da Semana Santa foi a primeira atividade coletiva da Encruzilhada Natalino ainda em seu período de organização. No ofertório da celebração, os acampados colocaram em cima do altar, feito de taquaras no próprio acampamento, toda a sua vida e sua luta nos quatro símbolos:

A cruz: ligação com o sofrimento de Cristo e os sem-terra; Um feixe de varas: simbolizando a força dos oprimidos que querem permanecer firmes e fortes na sua união, para não quebrar qualquer vara isolada; Uma panela vazia: simbolizando a vontade de ganhar a terra para poder alimentar a família, sem-terra a panela está vazia; Um saquinho de terra: símbolo maior da luta! Quem se criou na terra tem direito a um pedaço de terra para trabalhar ¹¹⁵.

b) A festividade do Natal em 1981 no acampamento da Encruzilhada Natalino

A comemoração do primeiro Natal na Encruzilhada Natalino foi revestida de grande emoção. Em razão da semelhança entre a situação de vida dos colonos e as condições em que Cristo nasceu, criaram-se condições para que algumas representações ganhassem efeitos de realidade incontestáveis. “Em 1981 Ele nasce de novo na beira de estrada, em Encruzilhada Natalino, em meio aos colonos sem-terra, o presépio deste ano é o acampamento” ¹¹⁶. Em uma parte da cerimônia montou-se um presépio com as crianças nascidas no acampamento ocupando o lugar do Menino Jesus, os novos Cristos ¹¹⁷.

c) A V Romaria da Terra em julho de 1982

Esta romaria, realizada em 1982 no acampamento da Encruzilhada Natalino, teve como objetivo iniciar o processo de preparação com subsídios para a formação de grupos de reflexão, com material elaborado pela CPT do Rio Grande do Sul conforme a sua realidade, tendo sempre a reflexão embasada em textos bíblicos. O ponto que tornaria a romaria relevante é que nela se deu o anúncio da compra de uma área pela Igreja para o assentamento provisório, em Nova Ronda Alta, resultado de uma grande campanha de arrecadação, que possibilitou a aquisição de 108 hectares, onde os acampados poderiam resistir sem as pressões e precariedade do acampamento à beira da estrada ¹¹⁸.

¹¹⁵ HOFFMANN, L.S. *A cruz e a bandeira: ...*, 1997, p.105.

¹¹⁶ Cartilha e formação preparatória, elaborada pela CPT/RS em 1981. “Nasce a esperança dos pobres: Encontros de preparação do Natal”.

¹¹⁷ GÓES, César. (Org.) *Pesquisa histórica da CPT*. Porto Alegre, 1993.

¹¹⁸ HOFFMANN, L.S. *A Cruz e a bandeira: ...*1997, p. 1008-109.



Figura 3: Romaria da Terra.reunindo milhares de pessoas na década de 1980, destacando o padre Arnildo
Fonte Arquivo pessoal do Pe. Arnildo, MAB em Erechim.

Na estimativa da polícia rodoviária, a romaria reuniu cerca de 33 mil participantes. Na avaliação da V Romaria da Terra, foram aspectos importantes na ótica dos participantes não acampados:

O que o povo falou da Romaria:

- Gostaram do ambiente de fé, confirmou o que ouviam sobre a Romaria e sobre o acampamento.
- Gostaram da cruz, pelo seu simbolismo e a imponente no meio daquele povo sofrido.
- Gostaram muito do testemunho dos bispos, rezando com o povo e se confundindo com a massa.
- Gostaram porque puderam falar longamente com os acampados. Alguém concluiu e disse: “Pra aguentar tanto, só mesmo por fé! ”.
- O povo gostou, na participação, sobretudo de poder ajudar a carregar a grande cruz¹¹⁹.

A avaliação transcrita condensa alguns elementos elucidativos sobre a importância desses atos para o acampamento: a centralidade da fé, a importância da simbologia religiosa e o papel relevante das altas hierarquias da instituição. Essa grande demonstração de força visava reforçar o sentido de legitimidade da ação dos sem terra e pressionar as autoridades para a solução do problema dos acampados.

¹¹⁹ Voz da Terra: nº 9, abril, 1982. Foi uma publicação trimestral da Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul, que tinha uma circulação restrita aos agentes de pastoral e lideranças do “campo dos conflitos agrários”. Sua periodicidade vai de 1979 à 1986, editando-se 28 números.

2.5 Cantos e encenações

Em praticamente todos os atos coletivos dos sem terra cantos, trovas, poesias, palavras de ordem e encenações ou outras manifestações populares estão presentes. Segundo Caldart, a produção poética entre os sem terra ocuparia três funções: de animação, pedagógica e política. Outro aspecto fundamental para o qual a autora chama a atenção é a relação entre o racional e o emocional, ou entre os significados que são cognoscíveis e aqueles que são assimilados não racionalmente.

Participando da animação da luta dos Sem-Terra, o processo produtivo da poética é então um privilegiado elo de mediação entre o emocional e o racional, entre o indivíduo e o grupo, permitindo a identidade coletiva que no Movimento se gesta seja bem mais do que discurso político internalizado ¹²⁰.

O canto é a forma não racional, simbólica, à qual têm acesso todas as pessoas, independentemente do seu nível de alfabetização ou erudição. A música e a melodia do canto escapam à simples estrutura racional e lógica, atingindo o nível do simbólico, do imaginário e até do inconsciente. No acampamento, com a reflexão no grupo e coordenação por um agente, o conteúdo do canto passa a ser compreendido analiticamente. Na construção do discurso que surge com o simbolismo do canto, o grupo vai construindo no imaginário o que seria uma comunidade. Segundo Benincá, “os cantos religiosos complementavam a reflexão dos grupos por serem popular, fáceis de serem cantados e de conteúdo teológico social bem explícito. Animados pela fé, estão certos da vitória sobre os opressores. Por isso, é preciso construir um outro mundo” ¹²¹.

Animados pela fé

O teu povo Senhor, está sofrendo
Caminhando de um lado para o outro
Uma vida mais justa está querendo
Pois se não vai migrar até estar morto
Refrão:

Animados pela fé e bem certos da vitória
Vamos fincar nosso é e fazer a nossa história
E fazer a Nossa História animados pela fé
Desse jeito que a coisa está andando
O sistema escraviza e nos domina
Ele é o mal que está nos desviando
Da verdade que Cristo hoje ensina
A estrutura da nossa sociedade
Força o povo para a migração

¹²⁰ CALDART, R. S. *Sem terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 90.

¹²¹ BENINCÁ, *Conflito ...*, 1987, p.154.

Os da roça vão para a cidade
Sempre em busca de melhor situação.

Outro canto entoado pelos acampados tem como tema a estrutura social em forma de pirâmide e anseia por uma nova sociedade, na qual reine a fraternidade. Vejamos o conteúdo de sua letra:

A pirâmide

Na terra dos homens pensada em pirâmide
Há poucos em cima e muitos na base:
Na terra dos homens pensada em pirâmide:
Os poucos de cima esmagam a base:
O povo dos pobres, povo dominado
Que fazes aí, com ar tão parado
O mundo dos homens tem que ser mudado
Levanta-te povo, não fique parado.
Na terra dos homens pensada em pirâmide:
Viver não se pode pelo menos na base
O povo dos pobres que vive na base:
Vai fazer cair a velha pirâmide:
E a terra dos homens já sem a pirâmide:
Pode organizar-se em fraternidade:
Ninguém é esmagado na nova cidade,
Todos dão as mãos em viva unidade ¹²².

Pasqueti ¹²³, em suas entrevistas com os acampados, destaca a grande contribuição das canções:

“[...]” Eu tinha 6 anos ou 7 anos, lembro do Coronel Curió, eu lembro de muitas coisas, mas uma delas no final da tarde que as pessoas iam no final da tarde em direção a Cruz e as pessoas cantavam duas músicas, uma era “a classe roceira” e “o povo unido” todo mundo em frente a cruz...” ¹²⁴.

“...Eu lembro muito bem o Padre Arnildo, que vinha animar o pessoal. Se não fosse o Padre Arnildo, muitos tinham desistido, ele ia lá no microfone, cantava, chamava as crianças, e nós cantava a Classe Roceira. Eu me emociono até hoje... a animação era muito boa...” ¹²⁵ ..

“... Ah a Classe Roceira, era o carro chefe da nossa caminhada muitos outros cantos religiosos que a gente cantava. Mas a Classe Roceira e o que mais esta dentro da minha memória” ¹²⁶.

¹²² BENINCÁ, *Conflito...*, 1987, p. 155.

¹²³ PASQUETTI, *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p. 71.

¹²⁴ CAMPIGOTO, Douglas Manoel, 28 anos, casado, filho de Salete Campigoto (primeira professora do Acampamento Encruzilhada Natalino), formado em Agronomia UFSM, sub-gerente da Cooperativa CREHNOR, - Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasqueti, em 12 jul 2004.

¹²⁵ HARTZ, Selma 51 anos, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasqueti, em 12 jul 2004.

¹²⁶ SILVA, José da, 45 anos, casado, assentado no Assentamento 29 outubro, Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasqueti, em 12 jul 2004

Portanto, no acampamento a música é o motivo que anima, dá ânimo, unindo os sem terra no único desejo de conseguir a reforma agrária. Outra canção por eles cantada mostra a situação em que vivem os pobres e seu sonho de mudança.

A classe roceira:

A classe roceira e a classe operária
Ansiosa esperam a reforma agrária
Sabendo que ele dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária ¹²⁷.

“A classe roceira” tornou-se um hino no acampamento, cantado em todas as assembléias, e traduz a esperança e a crença de que a reforma agrária solucionará os seus problemas, pois cada trabalhador terá sua própria terra, saindo da miséria, das difíceis condições de vida do acampamento, e transformando-se em produtores de alimentos ¹²⁸.

A grande esperança que povo conduz
Pedir a Jesus pela oração
Para guiar o povo por onde ele trilha
E a cada família não faltar o pão
E que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o rico não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de tostão ¹²⁹.

Benincá escreve que “o canto da Romaria da Terra, a seguir demonstra muito bem a teologia que fundamenta, inspira e motiva os romeiros”:

Romaria da Terra

Romaria da Terra
Faz o povo reunir
Numa luta sem guerra
Nós lutaremos por ti!

1. A terra é sagrada,
Feita por nosso Senhor.
Ele fez e deu ao homem
E também nos ensinou
Que é nela que vivemos
E a ela abençoou.
É tão linda a natureza

¹²⁷ BENINCÁ, *Conflito...*, 1987, p. 77.

¹²⁸ PASQUETTI, *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p. 72.

¹²⁹ BENINCÁ, *Conflito...*, 1987, p. 78.

É obra do criador
Deus deu a inspiração.
O homem fez a plantação
E foi assim que começou.

2. Mas no passar do tempo
Que o povo aumentou,
Começou a ambição
E a terra negociou.
Uns compraram e outros não.
E à força eles tomaram.
Fazendeiros e jagunços
Matando o trabalhador.
As famílias que eram donas
Hoje vivem no abandono,
Sem suas terras ficou.

3. Amigo trabalhador,
Veja a nossa situação
Nós queremos trabalhar
E não temos condição
E a terra que era nossa
Hoje é toda do patrão.
Desempregado na cidade
Virou uma maldição.
Precisamos resistir e nós vamos conseguir
Pôr a terra em nossas mãos ¹³⁰.

As encenações são outras formas de manifestações recorrente na luta pela terra. Nos elementos veiculados nessas, é importante observar, primeiramente, a grande carga simbólica concentrada na sua forma, pois são referidas como “vias-sacras”, elemento central nos rituais da religiosidade popular, como as romarias, procissões, martírios, entre outras ¹³¹.

2.6 A mística e fé do sem terra no início da década de 1980

Na década de 1980, principalmente nos seus anos iniciais, a mística, que teve objetivo de unir, de congregar todos os presentes num único objetivo, esteve sob a responsabilidade dos seus líderes ligados à Igreja; logo, porém, os atos religiosos e de fé foram entrelaçados para melhor eficácia no resultado final. Em entrevista o padre Arnildo relata:

A mística, desde a questão do perambular deles, não se trabalhava só a noção de dó, comoção. Devagar foram buscando na Bíblia algumas inspirações e iluminações. O religioso entendia que aquela caminhada ou marcha tinha algo muito parecido com o peregrinar da história do Antigo Povo de Deus da Bíblia na saída do deserto e a sua escravidão lá. Ele lembra que naquele momento de socorro mais assistencial estas pessoas vinham na sua casa e se instalavam para poder passar a noite. Uma noite chegou a posar sete famílias, distribuídas pela casa paroquial e portanto eram pessoas por todos os cantos, desde a cozinha, corredores..., eram estendidos lençóis e o que se tinha de cobertas e tudo o que se tinha, até mesmo a minha cama acabei deixando

¹³⁰ BENINCÁ, *Conflito...*, 1987, p. 165-166. “Canto utilizado na Romaria da Terra”.

¹³¹ HOFFMANN, *A cruz e a bandeira:...*, 1997.

para estes colonos se acomodar”, comenta o Padre: “Passei a noite pensando e meditando essa história do Antigo Povo de Deus na passagem pelo deserto”. Era a mesma história daqui e fui sentindo a semelhança. Lembro que o capítulo 3 do Êxodo fala que: “Eu ouvi o clamor do meu povo, decidi ir ao encontro dele, vi quem é que estava oprimindo e ouvi os seus gritos de dor e tomei a decisão de ajudar esse povo a sair da escravidão”, e, então, isso foi muito forte e no outro dia durante o café, enquanto eles comiam alguma coisa, eu pedi se dava para fazer uma leitura da Bíblia”. E isso então ajudou muito a comparar a história de luta e de caminhada desse povo com a passagem da Bíblia. Isso foi a maior alegria, o ponto chave de animação para toda essa gente. Portanto, diziam “aqui está o povo de Deus”. É pra nós que Deus está falando ¹³².

Os colonos sem-terra realizavam a comparação e sabiam dizer “quem eram estas pessoas que queriam terra e quem eram os seus opressores”. Portanto, eles se identificavam com essa história. O trecho bíblico do capítulo 3º do Êxodo conclui dizendo o seguinte: “Agora vai você Moisés e liberta o meu povo”. Baseados nessa passagem bíblica, acampados foram para todas as cidades da região, como Planalto, Nonoai, Três Palmeiras, etc, onde esclareciam: “Não é nós que queremos, mas é Deus que quer”.

A partir da leitura do livro do Êxodo, equipara-se a luta pela terra com a saída do povo hebreu da escravidão do Egito, através da imagem metafórica da “Caminhada em busca da Terra Prometida”. Entre as muitas implicações desta equivalência, ela consolida a construção de uma identidade positiva dos sem terra. Além de serem os fracos, oprimidos e injustiçados, estes são parte do “povo escolhido”, reforçando a unidade do grupo e dotando-lhe de auto-estima e certeza da vitória ¹³³.

Os camponeses acampados se identificaram com a identidade cristã, comparando seu conflito da terra com o do povo hebreu, que também sofreu para chegar à “Terra Prometida” por Deus. Isso lhes deu força e credibilidade, combatendo dessa forma aqueles que os criticavam, que os perseguiram. “Estabelecem relações de diferenças entre o povo unido e “os poderosos”. Assim, à pergunta sobre “quem são os poderosos?” a resposta era: são os fazendeiros, o governo, os ricos, as elites que dominam o País”¹³⁴.

Parte do canto “O povo de Deus” relata a história do povo hebreu saindo da escravidão guiado pelo próprio Deus:

O Povo de Deus no deserto andava
Mas a sua frente alguém caminhava
Também sou teu povo senhor
E estou nesta estrada... ¹³⁵

Desse modo, ao entoar esse canto, os trabalhadores identificam-se com o povo de Deus também na estrada em busca da Terra Prometida. Há uma relação com entre a religiosidade

¹³² FRITZEN, Arnildo; Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹³³ BENINCÁ, *Conflito...*, 1987, p. 84.

¹³⁴ PASQUETTI, Luís A. *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p. 84.

¹³⁵ Livro de Canto Aleluia da diocese de Passo Fundo.

que trazem em suas memórias, mas agora ressignificada: na estrada, na Encruzilhada, nos impasses, na luta que realizam contra o latifúndio. Eles sentem a presença de Deus em seu cotidiano, e

esse sentimento lhes dá forças para continuar e enfrentar as dificuldades. O trabalho realizado pelos agentes de pastoral, o apoio, a defesa deste povo acampado, contribui significativamente para que continuassem resistindo. Concretamente a própria Igreja adquire uma área de terra para colocá-los em Nova Ronda Alta, “A Terra Prometida”,¹³⁶.

Segundo o padre Arnildo, “o texto bíblico foi a fonte para ilustrar a vida dessas pessoas, sendo lido muitas vezes. O povo humilde incorporou esta mística. A Bíblia está no coração das pessoas, basta auxiliá-las a encontrar a página. É a história da libertação, é a ação de Deus que continua ontem, hoje e sempre”¹³⁷.

Outro ponto que teve grande importância para os sem terra foi a catequese católica, implantada no acampamento pela irmã Isabel Grein, que passou a viver ali acompanhando as famílias, especialmente as crianças, as mulheres e a juventude. Assim, além das celebrações, a pastoral da catequese foi fundamental para ampliar a religiosidade dos camponeses sem terra.

Também não podemos esquecer a mística da caminhada em grupo. Na cultura popular, a noção de caminhada é constantemente evocada como um significado que condensa diversas associações de sentidos. A caminhada passa a ser associada ora com destino, ora com luta, com estar na beira da estrada, com a própria vida, porque “a vida é uma caminhada.” Já nos primórdios do acampamento a imagem era utilizada, significando o caminho, o rumo da luta. Esses significados de luta, de experiência da caminhada, articulam-se a outro significado, o da “imagem bíblica” milenar da busca da Terra Prometida. “Esta caminhada significou toda a história de um povo que vem há muito lutando por uma vida digna. É a história da Bíblia, do povo de Deus que busca a libertação da escravidão”.¹³⁸ A representação da caminhada é condensada no rito das romarias, prática frequente da religiosidade popular.

Em entrevista, o padre Arnildo afirma que

a caminhada era como se fosse uma argamassa, a qual dava a sustentação à construção do nosso prédio. É por isso que se começavam os encontros celebrando, cantando, acabam criando músicas próprias etc. Esta mística é o condutor que vai atrair e puxar multidões. Depois nessa trajetória chegamos na Natalino, numa época de grande conservadorismo, todas as igrejas se comprometeram com a Natalino em

¹³⁶ PASQUETTI, *Terra ocupada*: ..., jun/ 2007, p. 85.

¹³⁷ TEDESCO; CARINI, (Org.) *Conflitos* ..., 2008, p. 267-268.

¹³⁸ Boletim Sem Terra: foi uma publicação iniciada como “Boletim Informativo da Campanha de solidariedade aos Agricultores Sem-Terra, sob a responsabilidade da Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Pastoral Universitária”. Posteriormente, em julho de 1982, tornou-se veículo de divulgação do emergente Movimento dos Sem Terra dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Finalmente, transformou-se no *Jornal dos Sem Terra*, sob a responsabilidade do MST em nível nacional.

dar assistência. Bispos tradicionais se posicionaram a favor do Natalino. Portanto, todo esse processo místico não há nada que segure, nem arrebente esta organização dos colonos, mesmos aqueles membros da igreja que estavam contra esse processo acabam aderindo por causa da grande pressão desse povo oprimido ¹³⁹.

As práticas religiosas sempre foram fortes no acampamento da Encruzilhada Natalino, constituindo-se em elemento essencial para a resistência e sustentação do movimento contra as adversidades climáticas, a fome e para o enfrentamento das práticas repressivas e das calúnias, tanto de parte do governo quanto de setores da sociedade civil contrários ao movimento. “A fé, no entanto, não substituiu a luta política. No acampamento, não houve a idolatria de nenhum líder, pois as soluções sempre foram discutidas em conjunto e assumidas coletivamente”¹⁴⁰.

2.7 A organização e a contribuição da Igreja junto aos colonos sem-terra

Como forma de assegurar um processo participativo e democrático foram organizadas as comissões internas no acampamento da Encruzilhada Natalino, as quais tinham diferentes funções, de acordo com as necessidades do grupo, e eram coordenadas pelos próprios acampados. Entre as comissões destacam-se: a de alimentação, a de higiene e saúde, a da água, a de estudos, a de canto-animação e rezas, a de segurança e recepção. Além dessas, havia uma Comissão Central, que coordenava o trabalho geral e acompanhava as comissões específicas. Os problemas que surgiam, bem como a formação de novas comissões e outras questões do cotidiano, eram discutidos em assembleias gerais, que aconteciam diariamente, nos finais de tarde ¹⁴¹.

Além da formação de comissões de lideranças, a Igreja Católica do Rio Grande do Sul, no início da década de 1980, por intermédio dos seus bispos, que se reuniram em Passo Fundo, elaborou um documento propondo ao governo a compra de terras no estado para assentar as famílias acampadas.

De outubro a dezembro de 1981, os sem terra da Encruzilhada Natalino tentaram várias vezes negociar com o governo estadual o assentamento no estado. Em fevereiro de 1982, a CPT realizou sua V Romaria da Terra, com a participação de mais de trinta mil pessoas. No mesmo mês, a CNBB, sensibilizada com as famílias acampadas e vendo que o governo do Rio Grande do Sul não resolvia o problema dos agricultores sem-terra, organizou uma campanha, juntamente com a Igreja Luterana, para arrecadar nas paróquias os fundos necessários à compra de uma área de 108 ha no município de Ronda Alta. Assim, cerca de 210 famílias

¹³⁹ FRITZEN, Arnildo. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹⁴⁰ MARCON, *Acampamento Natalino ...*, 1997, p. 81.

¹⁴¹ Idem. 1997, p. 74.

foram beneficiadas, chegando-se em 1982, enfim, à “terra prometida”, como afirma a canção entoada no acampamento e aqui lembrada por Lucia Vedovatto:¹⁴²

Nova Ronda Alta, terra prometida.
Quando a união falta sobra terra é vida
Terra prometida que conquistaremos
Com a força unida e os irmãos que temos ¹⁴³..

A área de terra comprada pela Igreja custou cerca de duzentos mil dólares, valor a ser pago em uma entrada e mais três prestações. A negociação foi rápida e os colonos em menos de vinte dias já estavam sendo transferidos para a área, denominada de Nova Ronda Alta ¹⁴⁴, porém foram contempladas apenas dez famílias.

Neste assentamento todos já produziam seus alimentos, o que lhe deu visibilidade, porque o que se produzia era vendido em outras cidades, como Porto Alegre, Novo Hamburgo, Passo Fundo, entre outras cidades.

Segundo entrevista com padre Arnildo: “Toda a luta enfim se tornou bem visível, quem havia nos ajudado, agora estava recebendo a colheita que era uma retribuição do povo que estavam assentados. Era uma forma de agradecimento que marcou muito na vida dessas pessoas do assentamento” ¹⁴⁵.

Conforme Pasquetti, os agentes de pastoral vinculados à ala da Igreja Católica denominada de “Progressista” realizavam atividades de organização popular, de conscientização, vinculando a religiosidade com a realidade social e política da época.

Cada comissão específica, saúde, alimentação, alfabetização, desenvolvia seu trabalho de atendimento as demandas das famílias. O próprio grupo foi se organizando, com apoio da CPT, das Igrejas, de pessoas que se sensibilizava com a luta dos acampados ¹⁴⁶.

As discussões de maior importância, as decisões sobre os rumos e estratégias do que fazer eram apresentadas em assembleias gerais do acampamento, nas quais foram sendo estabelecidas normas e regras de conduta interna, como o regulamento sobre entradas e saídas do acampamento, a forma da distribuição dos alimentos doados, a incorporação de novas famílias, a expulsão em casos de indisciplina. Tudo era regulado pela assembleia geral, que ocorria às 17 h todos os dias, em frente à cruz construída pelos acampados.

¹⁴² PASQUETTI, Luís A. *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p. 83. Lucia Vedovatto, 40 anos, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasquetti em 14 jul 2004.

¹⁴³ Parte de uma canção entoado nos acampamento da Encruzilhada Natalino e Annoni.

¹⁴⁴ MARCON, *Acampamento...* 1997, p. 190.

¹⁴⁵ TEDESCO; CARINI, (Org.) *Conflitos ...*, 2008, p. 271.

¹⁴⁶ PASQUETTI, *Terra ocupada: ...*, jun/ 2007, p.86.

A Nova Ronda Alta foi uma grande experiência e prática das igrejas de todas as dioceses do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina, através de doações e assistência de pessoas, como a CPT, que mobilizou muitas outras pessoas, formando uma grande multidão em busca da terra prometida. O padre Arnildo Fritzen relata:

Considero a Nova Ronda Alta como um estágio fantástico para o avanço da luta pela terra. As igrejas acabam sendo algo que dá o grande suporte para que esse povo possa vencer tantos obstáculos como foi a grande repressão que conseguiram vencer. Portanto, muitas lideranças foram formadas e com isso vão sempre estar organizando esse povo em várias cidades da região que sonhava com um pedaço de chão para terem uma vida mais digna. Eram em torno de 36 municípios que vão depois ocupar a Annoni ¹⁴⁷.

O assentamento da Nova Ronda Alta deu-se no final de 1983. Nesse momento percebemos que os colonos estavam bem organizados e buscavam mobilizar outros sem terra da região para ocupar a Annoni. A cruz passou a representar no acampamento da Encruzilhada Natalino todas as esperanças e os sofrimentos vividos no cotidiano desses camponeses. Esta cruz deveria ser pesada e rústica, e foi nela que os sem terra encontraram um ponto de referência, uma síntese dialética entre, de um lado, a morte e o sofrimento e, de outro, a esperança e a vida, que se projetam no horizonte da conquista da terra. Como símbolo, a cruz catalisa o sofrimento (vida real) e a conquista da terra (utopia), não criando ilusões de que essa conquista virá sem esforço e organização ¹⁴⁸.

É nesse contexto de conflito entre colonos sem-terra *versus* fazendeiros que a entidade católica passou a ter uma enorme importância para os camponeses sem-terra. A Igreja passou a ser o grande pilar de sustentação, que fortalecia todos os dias as pessoas que faziam parte do acampamento, tanto na fé como na função de orientação e formação de liderança dos acampados. Também as reflexões realizadas sobre as condições de vida no acampamento da Encruzilhada Natalino possibilitaram ao movimento dos colonos sem-terra um salto qualitativo no início da década de 1980 em relação aos outros acampamentos da região em anos anteriores, pois a partir desse momento a Igreja, por intermédio da CPT, propôs-se estar ao lado dos acampados.

Desde a formação do acampamento da Encruzilhada Natalino, no início de década de 1980, até o assentamento desses colonos, a cruz símbolo dos cristãos representou a luta dos colonos sem-terra. Contudo, acabaria perdendo força na representação simbólica dos sem terra a partir da metade década, pois em 1985, já no acampamento da Fazenda Annoni, começou-se a organização dos colonos sem-terra através de direções vinculadas a partidos políticos. Assim,

¹⁴⁷ FRITZEN, Arnildo; ...Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹⁴⁸ MARCON, *Acampamento Natalino...*, 1997, p. 80.

os discursos mudaram, tornando-se mais partidários, e a cruz aos poucos foi saindo de cena na representação dos camponeses acampados, dando o lugar à bandeira de partidos que passaram a representar os sem terra.

O término do acampamento dos colonos sem-terra da Encruzilhada Natalino, em 1983, foi um marco de uma nova visão, pois ficaria marcado como o tempo das lutas do pessoal do Master e da cruz da Igreja Católica, tempos em que ídolos como João Sem Terra e religiosos com o padre Arnildo Fritzen conduziram os sem terra até conseguirem a reforma agrária.

CAPÍTULO - III

A Igreja Católica no conflito pela terra na Fazenda Annoni (1985 - 1993)

O presente capítulo sistematiza a memória do mais longo conflito agrário já existente no norte gaúcho, com a duração de quase oito anos até que o assentamento definitivo de todas as famílias se completasse. Tem por objetivo analisá-lo e demonstrar que houve uma grande alteração na trajetória da Igreja Católica no interior do movimento com a inserção do MST na história.

O acampamento da Annoni foi marco de referência do MST para todo país. Com o assentamento definitivo, as famílias passaram a trabalhar num sistema de produção coletivo, chamado de “cooperação agrícola”. Segundo Bavaresco e Bonavigo, “o acampamento foi um processo de preparação para a grande cooperação almejada, a começar pela conquista da terra, que só ocorreu em função de uma luta coletiva¹⁴⁹”. Esta prática de cooperação com que sonhavam estava ligada a duas propostas e ações diferenciadas: uma relacionada à ação dos agentes religiosos por meio da pastoral da Igreja Católica e outra às lideranças da coordenação do próprio MST.

3.1 A ocupação da Fazenda Annoni

Localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, na altura do km 50 da RS-324, que liga Passo Fundo a Nonoai, a Fazenda Annoni (1985), um latifúndio de 16 mil hectares, situa-se numa rota de conflitos pela terra, dela fazendo parte outros dois pontos de referência nesse conflito, os quais se distanciam entre si por 20 km: a Fazenda Sarandi (1962) e a Encruzilhada Natalino (1981), que acabaram se tornando símbolos dos movimentos pela terra.

A Fazenda Annoni situa-se a 4 km de Encruzilhada Natalino, na estrada entre Passo Fundo e Ronda Alta. Foi desapropriada em 1972 para assentar os colonos desalojados pelo lago formado com a construção da Hidrelétrica de Passo Real no Rio Grande do Sul. Como até a época da ocupação a fazenda não havia sido entregue aos trabalhadores por problemas judiciais com a família Annoni, na noite de 29 de outubro de 1985 os sem terra ocuparam a

¹⁴⁹ BONAVIGO, E. A.; BAVARESCO, P. A. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre/RS: EST, 2008, p. 32.

fazenda, numa ação espetacular, introduzindo 1.500 famílias em apenas algumas horas, burlando a vigilância da polícia que fazia ronda nas estradas próximas ao local ¹⁵⁰.



Figura 4: Localização da Fazenda Annoni.
Fonte <http://zerohora.clicrbs.com.br/pdf/7134144.pdf>.

Tudo começou em 1962, quando Ernesto José Annoni adquiriu 16 mil hectares da Fazenda Sarandi, a qual foi desapropriada para fins sociais (assentamento de agricultores). Contudo, duas glebas da fazenda foram arrendadas por dois empresários, tornando-se a Fazenda Macalli e a Fazenda Brilhante.

Em vista dos movimentos de luta pela terra, para que a Fazenda Annoni não fosse desapropriada seu proprietário subdividiu a área, passando-a para o nome de seus filhos e netos, porém sob a mesma administração. Contudo, em 1969 iniciou-se um processo de desapropriação da fazenda, porque os agricultores desalojados pela construção da barragem do Passo Real (denominados “afogados” do Passo Real) reivindicavam o reassentamento, já que as suas terras lhes haviam sido tiradas. Em torno de seiscentas famílias esperavam ser reassentadas, juntamente com os “despejados” da reserva Indígena de Nonoai, mais de mil famílias de agricultores que usavam irregularmente as terras da reserva. Em 24 de fevereiro de

¹⁵⁰ BENINCÁ, E. *Conflito religioso e práxis*. (Mestrado em Ciências Sociais) - PUCSP, São Paulo, 1987.

1972 a Fazenda Annoni foi desapropriada para fins sociais¹⁵¹. Com essa decisão, os proprietários recorreram à Justiça, o que resultou em um longo processo judicial, com duração de cerca de 14 anos, até a década de 1980. Esse processo só iria ter fim no ano de 1985, quando 1.500 famílias de sem terra ocuparam a área da Fazenda Annoni.

O acampamento foi uma demonstração de força e, para realizar uma ação de tal envergadura, o MST contou com importantes aliados, mobilizando, além dos militantes e assessores do movimento, os sindicatos de trabalhadores rurais, as oposições sindicais e agentes da pastoral. Rapidamente se iniciou um trabalho de base nos 36 municípios para ocupar a Annoni. De início, o plano era realizar duas ocupações “em massa” uma na área pertencente à CEEE, no município de Redentora, e outra na Fazenda Annoni. A primeira tinha a intenção de ocupar terras do Estado para envolvê-lo também, pois acreditava-se que assim o governo estadual também iria fazer pressão junto ao governo federal.

Na segunda ocupação planejada, o objetivo foi colocar o governo da União “contra a parede”, pois as terras da Annoni estavam *sub-judice* porque a União e os proprietários estavam disputando na Justiça há 13 anos a posse da gleba, desde que fora desapropriada na década de 1970 para reassentar famílias de camponeses desalojados pela construção da barragem de Passo Real em Cruz Alta. Faltando 48 horas para as ocupações, os dirigentes perceberam que a ação com os dois grupos não teria força suficiente para obter sucesso nas ocupações. Então, decidiram ocupar somente a Fazenda Annoni. Na madrugada do dia 29 de outubro mais de 150 caminhões, ônibus e outros tipos de veículo saíram de várias cidades do Alto Uruguai e das Missões rumo à Annoni. Como no dia anterior chovera muito em toda a região, a ação da polícia, que já esperava esta ocupação dos sem terra, foi prejudicada.

Portanto, de uma maneira fantástica, em uma noite, conseguiu deslocar gente de 36 municípios para a ocupação da Annoni que se deu no dia 29 de outubro. Estava sempre presente neste acampamento, até mesmo na noite da ocupação, eu estava lá junto com os colonos. Tudo estava muito bem planejado, as pessoas da direção estavam muito bem organizadas, sabiam quais os melhores caminhos para entrarem e ocupar essas terras. A comunicação era feita por telefone, embora a central de comando estava em Ronda Alta, mas cada um cuidava de suas tarefas e então o povo seguia bem organizado segundo padre Arnildo¹⁵².

Como era de se esperar, a ocupação em si foi um sucesso, não tendo grandes dificuldades. Foram mais de duas mil pessoas que ocuparam a propriedade numa só noite. Segundo Pasquetti:

¹⁵¹ BONAVIGO; BAVARESCO, Fazenda Annoni,... In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*, 2008, p.33.

¹⁵² TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*, Porto Alegre/RS: EST, 2008, p. 271- 272.

Isso aconteceu foi de madrugada, que foi cortada uma das cercas do latifúndio, que foi por onde a gente entrou, foi uma coisa assim que você não vai esquecer nunca mais, nunca mais, que a gente não via tirar da memória, aquele povo chegando ¹⁵³.

O primeiro dia de acampamento da Fazenda Annoni foi marcado pela coincidência com a realização da Assembleia Diocesana em Passo Fundo. Então, foi organizada uma comissão de colonos acampados para se deslocar a Passo Fundo e buscar apoio junto aos padres da diocese. Ali eles explicaram aos religiosos o que queriam com a ocupação e solicitaram o apoio da Igreja. Esse acontecimento, segundo o padre Arnildo Fritzen,

foi fantástico porque provocou um racha no meio da Igreja entre os padres, mas mesmo assim se decidiu ir ao final do dia levar um apoio e celebrar juntos lá no acampamento. Na verdade, um grupo de padres se dividiu e não foi lá para celebrar e então se criou durante a Assembleia um “mal-estar” entre os participantes. Mas os que foram, além de levar o apoio, puderam sentir o que é uma organização de um povo. Esse foi o primeiro passo marcante da Annoni ¹⁵⁴.

O padre Elli Benincá descreve o episódio da assembleia da seguinte forma:

Neste dia, uma equipe de acampados já organizados vem pedir ajuda diretamente apoio para os padres que estavam na assembleia. Acontece que grande número de padres já tinham acompanhado todo esse processo. Claro que todos esses padres não tinham divulgado, para evitar até mesmo certas reações contrárias. O que aconteceu é que um grupo de sem-terra chegaram na casa de retiro onde estavam todos os padres reunidos e pediram a palavra. Assim, como muitos padres que já estavam sabendo e organizados, demonstraram apoio, pois assim já tinham ônibus esperando para conduzir estes sacerdotes até o acampamento para darem apoio e celebrarem juntos aos sem-terra. Aqui neste momento a ação bem concreta, que não ficava somente no discurso, pois a Igreja estava lá presente, com os acampados, dando testemunho e, assim, apoio. Também as notícias que espalham pelo mundo mostrava que a Igreja estava lá do lado dos acampados, nesta ocasião com os padres de todos os cantos da diocese de Passo Fundo. Teve um pequeno grupo de padres que foram forçados, pois não tiveram outra saída, a não ser acompanharem. Como muitos padres que já estavam sabendo dessa estratégia, assim se manifestaram a favor, então não restava outra saída para os outros apoiarem e irem juntos ao acampamento. Claro que aqueles que eram contra não foram lá para aplaudir, mas foram constrangidos, praticamente obrigados, foram até o acampamento rezaram, fizeram esse ato simbólico de apoio político e voltaram ¹⁵⁵.

Percebe-se, pois, que havia um conflito claro dentro da Igreja de Passo Fundo, pois distinguem-se dois grupos com visões distintas: havia muitos religiosos e leigos que iam até o acampamento para levar a ajuda e apoio aos sem terra, porém havia muitos que condenavam os que se envolviam com política.

¹⁵³ PASQUETTI, L. A. Terra ocupada: ...,2007, p. 94. ENTREVISTA. José da Silva, 45 anos, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada em 12 jul 2004

¹⁵⁴ FRITZEN, Arnildo, páraço de Ronda Alta e representante da CPT, acompanhou toda a trajetória dos acampados sendo o grande agente da pastoral dos sem terra; incentivava, amparava, celebrava missas e orientava os colonos. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹⁵⁵ BENINCÁ, Elli,...Entrevista, concedida no dia 25/08/09 a Valdemar da Silva Goes.

3.2 A Igreja e sua mediação junto ao movimento e aos proprietários da Fazenda Annoni

A região do Alto Uruguai foi marcada por várias ocupações de áreas rurais pelos sem terra no estado do Rio Grande do Sul. Os anos finais da década de 1970 e a década de 1980 foram um período de grandes pressões junto ao governo, como aconteceu com os “despejados” da reserva Indígena de Nonoai, que ocuparam as fazendas Macalli e Brilhante, obtendo como resultado o assentamento. Isso estimulou outros agricultores sem-terra a iniciarem o acampamento da Encruzilhada Natalino em 1980, os quais três anos mais tarde seriam também assentados, conforme vimos anteriormente.

Essa conquista foi um grande estímulo para novas ações de sem terra, pois a luta deveria continuar e uma grande organização começava a ser feita, a qual conseguiria atingir o objetivo mais facilmente. Trata-se de uma organização para a qual, segundo o MST,

o importante é criar o fato político da ocupação para obrigar o governo a solucionar o caso; preparar com antecedência, em cada município, materiais necessários para a ocupação [...]. Quanto mais consciente for o trabalhador menos problemas causarão para os acampados; procurar envolver toda a família, homem, mulher, jovem e criança. A conquista da Reforma Agrária é responsabilidade de todos os que dependem da terra para viver, discutir bem o percurso que todos devem fazer, evitando chamar a atenção durante o percurso e todos devem chegar juntos à área destinada à ocupação para evitar a violência por parte dos grandes proprietários; manter sigilo absoluto do local e data da ocupação. Apenas a direção saber¹⁵⁶.

O MST tinha sido criado um ano antes da ocupação da Fazenda Annoni, em 1984, no estado do Paraná, num congresso que reuniu 1500 lideranças de vários estados do país, porém a ocupação da Annoni foi a primeira grande ação do movimento.

De outubro de 1985 a outubro de 1986 foi um período em que não podemos deixar de destacar a participação da Igreja, que promoveu o incentivo para que os agricultores sem-terra não abandonassem a causa e continuassem lutando pelo seu ideal. No dia 11 de fevereiro, a CPT promoveu a IX Romaria da Terra, realizada na Fazenda Annoni, com a participação de milhares de agricultores e pessoas de toda a região do norte gaúcho.

Os jornais locais de Passo Fundo destacaram como a Igreja estava atuando dentro da Fazenda Annoni, mas com contradições expostas pelo presidente da Central Única de Trabalhadores no Rio Grande do Sul (da época), José Fortunati. Vejamos a matéria:

Ao analisarmos a igreja devemos ter em mente que duas correntes dividem o trabalho a mesma. Lembra as colocações de dom Claudio Colling quando ele voltou a afirmar que a propriedade privada não deve ser tocada. [...] tais colocações defendem o poder, os latifundiários e a própria fome do povo. De um lado temos padres

¹⁵⁶ *Revista Plano Nacional do MST*, São Paulo: 1998, p. 15, apud, PASQUETTI, L. A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas 1984-2004*. 2007. Tese (Doutorado em História cultural) - UNB, Brasília, 2007.

totalmente engajados pela luta do povo e temos uma igreja que hoje entende ser a melhor opção a luta pelo povo, uma igreja comprometida, o exemplo está na Annoni onde ocorreu a romaria da Terra, e onde está instalado o acampamento dos sem terra com o apoio da igreja¹⁵⁷.

Elli Benincá¹⁵⁸, por sua vez, assinala:

Em primeiro lugar não há unidade, pois há visões diferentes, teologias diferentes, pois existiam dentro da instituição católica bispos, padres, religiosos, leigos que adotaram a teologia da libertação, como dom Ivo Lorscheiter¹⁵⁹ e dom Pedro Casandálga, deram pleno apoio a esta teologia dos pobres e excluídos. Já aqui na diocese de Passo Fundo dom Cláudio Colling recebeu a tarefa do governador de apaziguar a situação dos acampamentos nos conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul. Portanto, dom Cláudio tinha uma postura a favor dos proprietários e do governo e contra os sem-terra. Ele queria que os sem-terra voltassem para suas casas, abandonassem o acampamento, mas os sem-terra não admitiram isso e continuaram firmes no acampamento. E o processo da busca pela terra nos acampamentos evoluíram.¹⁶⁰

Portanto, Benincá chama atenção que nesse período existiam duas linhas de pensamento dentro da Igreja: uma a favor e outra contra os acampamentos. Segue Benincá:

A teologia da libertação, neste momento, vai mexer especialmente esta questão estrutura religiosa no interior da própria Igreja. É na teologia da libertação que os pobres são sujeitos do universo deles, eles têm a condução da sua sociedade e não serão conduzidos como os ricos querem. Então aqui os pobres são elevados e os ricos amaldiçoados. Portanto a teologia da libertação se opõe à teologia da prosperidade, aquelas que os evangélicos adotam, a teologia em que Deus abençoa os ricos. E quanto mais rico, mais abençoado por Deus. E é esta Teologia que guia os evangelhos dos pastores. Essa teologia que começou no século passado, nos EUA, e que esta se espalhando. Mas naquela oportunidade era o inverso, os pobres eram sujeitos da libertação escolhidos por Deus. É isso que os documentos de Medellín e a teologia da libertação vão enfatizar os pobres não serão mais excluídos da evangelização¹⁶¹.

Além de pessoas ligadas à Igreja, existiam outras de grande poder aquisitivo que ajudavam os acampados, levando-lhes caminhões cheio de alimentos, como Elli Benincá relata:

Em Não-Me-Toque o seu Chico, que era holandês, doou alimentos. E mandava caminhão cheio de farinha e feijão para os acampados. Então, um homem rico estendia a mão aos pobres, pois entendia que a forma da distribuição de terra era injusta e o que o governo fazia com os sem-terra era uma injustiça¹⁶².

A Igreja institucional tinha presença no acampamento, para onde quase todos os finais de semana ônibus se deslocavam para ajudar e celebrar com os sem terra. Assim, a Igreja, como instituição, estava inserida dentro do próprio acampamento. Por outro lado, especialmente o bispo dom Cláudio, sempre se posicionou contra os sem terra e queria

¹⁵⁷ S/título, *O Nacional*, Passo Fundo, 12 fev. 1986, p. 4.

¹⁵⁸ BENINCÁ, Elli; ...25/08/09 a Valdemar da Silva Goes.

¹⁵⁹ D. Ivo Lorscheiter representava a CNBB.

¹⁶⁰ BENINCÁ, Elli; ...25/08/09 a Valdemar da Silva Goes.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Ibid.

amenizar, apaziguar as tensões dos movimentos pela terra. No início da década de 1980, os camponeses acampados receberam ajuda de vários lugares, não somente da CPT, pois dom Ivo, da CNBB, nos discursos oficiais proferidos no mundo inteiro, falava a favor dos sem terra.

A CPT foi muito importante no acampamento pelo incentivo dado aos agricultores sem-terra, envolvendo uma mística religiosa segundo a qual a terra prometida seria entregue a eles. Incentivava o trabalho em grupo, o “coletivo”, para que sobrevivessem às precárias condições em que viviam, como foi demonstrado em matéria publicada no Dia do Agricultor (25 de julho de 1986), do qual participaram crianças do acampamento. Uma dessas crianças descreve a situação:

Nós temos 7 equipes que cuidam da vida no, acampamento. Quando um aluno está doente um líder da saúde leva ele até a farmácia, ou hospital. Cada aluno cuida um pouco da higiene da escola. A nossa vida está muito precária. Quando chove, a pouca comida e roupa que temos fica toda molhada e a gente passa um pouco de frio. Até pra lavar roupa e buscar água é muito difícil. Uns meses atrás tinha dor de vista, eu até tive de tomar injeção, para não dar mais dor de vista em mim. A situação tá muito precária ¹⁶³.

Ainda realizaram uma caminhada com 35 crianças do acampamento da Fazenda Annoni, que percorreu várias dioceses em todo estado, como parte da luta dos agricultores pela reforma agrária. As comemorações relativas ao Dia do Agricultor iniciaram-se no dia 24 de julho no ano de 1986 em Passo Fundo, onde as crianças fizeram um ato público em frente à Catedral Nossa Senhora Aparecida.

As dificuldades dos acampados eram amenizadas com o auxílio da Igreja aos acampados da Fazenda Annoni desde o princípio do acampamento, por meio de campanhas para arrecadação de alimentos e utensílios. Eram feitas coletas em todas as paróquias da diocese e depois enviados os donativos aos camponeses acampados. Quando dom Urbano Allgayer assumiu como bispo da diocese de Passo Fundo em 1982, visitou os sem terra e elaborou um comunicado enviado à Alemanha explicando a situação dos acampados. Assim, conseguiu uma verba para comprar terra e fazer o primeiro assentamento. Elli Benincá também se manifesta sobre isso:

Todo esse processo eu acompanhei pessoalmente, pois eu na época era coordenador da pastoral diocesana. Então estive com dom Urbano pessoalmente vendo a área que foi comprada, que não era muito grande, mas isso simbolicamente mostrava que a Igreja estava a favor dos sem-terra. Com isso ainda mostrava que os sem-terra tinham direito de sobreviver, então essa área ficou conhecida como Nova Ronda Alta, pois aí plantavam em comunidade, e tiveram uma grande experiência da cooperativa comunitária, isso toda numa experiência missionária ¹⁶⁴.

¹⁶³ “Nossa vida está precária”. *O Nacional*, Passo Fundo, 25 jul. 1986, p. 9.

¹⁶⁴ BENINCÁ, Elli,...25/08/09 a Valdemar da Silva Goes

Dom Urbano Allgayer, em entrevista ao jornal *O Nacional*, analisou a necessidade de uma reforma agrária no Brasil e declarou que a Fazenda Annoni se encaixava nesse perfil, mostrando que havia uma solução plausível para que todos tivessem os mesmos direitos no campo. Na fala do religioso:

Quanto a reforma agrária, a maneira como está sendo feita, não sei a que poderá nos levar. A fazenda Annoni, desapropriada pelo governo há 14 anos, ainda não teve sua solução final. As duas áreas desapropriadas aqui no estado pelo governo também deverão seguir os mesmos caminhos, pois os proprietários esperam apenas a oficialização da desapropriação para entrar em juízo. Na verdade, falta instrumental jurídico para que a reforma agrária seja feita. Leio também, com muita apreensão, em jornais do centro do país, geralmente bem informados, que muitos proprietários estão comprando armas e contratando jagunços. A violência se instaura justamente quando as coisas não processam dentro da ordem e da normalidade ¹⁶⁵.

Como vemos, a violência era outro fator que preocupava a Igreja, pois para os proprietários de terras é o meio de combater as ocupações, mesmo que a área ocupada fosse desapropriada pelo Incra ¹⁶⁶, como foi o caso da Fazenda Annoni.

3.3 Novas estratégias para pressionar o governo

Com essa determinação de protestar e reivindicar seus direitos, os colonos acampados na Fazenda Annoni tentaram novas estratégias para exercer pressão sobre o governo e obter a reforma agrária: “Acampados desde outubro os colonos passam agora a uma nova tática de atuação: intensificar a pressão sobre o governo federal, possivelmente com novas ocupações de terras” ¹⁶⁷. Assim, observamos que a luta pela reforma agrária crescia e tomava ênfase no acampamento da Fazenda Annoni pela ação dos líderes do MST.

Passados trinta dias da ocupação da Annoni, sem propostas concretas do governo, as famílias ali acampadas decidiram, por conta própria, realizar a “lavração da Annoni”. Então, organizaram-se em grupos e, com o apoio da sociedade, realizaram um grande mutirão para arar a terra improdutiva. Esse fato teve grande repercussão, gerando muita discussão sobre sua legalidade, mas também serviu para denunciar à sociedade a improdutividade da fazenda, demonstrando a vontade dos agricultores de trabalhar a terra e dela retirar o sustento de suas famílias.

¹⁶⁵“Dom Urbano: ‘A política não é uma coisa suja’”. *O Nacional*. Passo Fundo, 27 jun. 1986, s/p.

¹⁶⁶ Incra, *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, criado em 9 de julho de 1970, pelo Decreto nº 1.110, resultado da fusão do Ibra com o Inda.

¹⁶⁷ S/título. *O Nacional*. Passo Fundo, 6 maio, 1986, p.5.

O objetivo e sentido dos trabalhadores sem terra com a lavração da Annoni. Retirar da terra o sustento familiar, mesmo que o ato aos olhos da lei tenha sido ilegal. Eles estavam cientes de estarem em uma propriedade alheia e já haviam cometido outra “ilegalidade”, que foi ocupar a terra. Mas era preciso trabalhar, pois o tempo passava e as respostas não chegavam¹⁶⁸.

Este dia da lavração, segundo padre Arnildo, membro da CPT,

foi também uma experiência muito linda, tanto a caminhada como a solenidade de tomada de posse da terra com tratores chegando, desfile de ferramentas e a repressão impedindo. Aqui a CPT esteve muito forte e presente na mobilização de muita gente e entidades de fora nesse dia na celebração pela ocupação¹⁶⁹.

Na sequência, como perceberam que com o passar dos dias e meses não acontecia o assentamento definitivo, a decisão dos trabalhadores sem-terra foi agir, ocupando no dia 27 de fevereiro de 1986 a sede do Incra em Porto Alegre, com 250 pessoas, que ali permaneceram por mais de trinta dias. Depois de muitas negociações, firmou-se um acordo entre os “acampados da Annoni” e o Incra, que prometeu desapropriar 16 mil hectares em quinze dias e 32 mil em sessenta dias. Com este acordo, os trabalhadores desocuparam o prédio.

Conforme Pasquetti, como o acordo não foi cumprido, novamente no dia 1º de maio de 1986 as famílias decidiram realizar nova ocupação do Incra. Passados quase trinta dias o acordo ainda não fora cumprido, e a postura das autoridades em relação ao problema foi ficando cada vez mais evidente para os trabalhadores acampados. Então, uma nova forma de luta foi organizada. No dia 27 de maio de 1986, os trabalhadores sem-terra saíram em caminhada de Sarandi até Porto Alegre, realizando um percurso de 450 km, com 250 pessoas, para exigir das autoridades o imediato assentamento das famílias acampadas na Fazenda Annoni. Lembra José, assentado na área chamado de 29 de Outubro:

A caminhada, que a gente fez da Fazenda Annoni para Porto Alegre, uma caminhada para conquistar nossa terra e foram 28 dias de caminhada e quando a gente chegou em Porto Alegre, a gente se deparou com uma realidade frustrante, o Governo não tinha naquela época nenhum hectare de terra para ser desapropriada para assentamento. Eu participei da caminhada os 28 dias a pé daqui da Annoni até Porto Alegre e que a gente chegou lá e viu que o Governo daquela época de fato não tinha interesse na Reforma Agrária, nos éramos uma multidão mais de 20 mil pessoas, e o Governo não nos ouviu¹⁷⁰.

¹⁶⁸ PASQUETTI, Terra ocupada ..., 2007, p. 95.

¹⁶⁹ FRITZEN, Arnildo...Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹⁷⁰ PASQUETTI, Terra ocupada ..., 2007, p. 96. ENTREVISTA. José da Silva, 45 anos, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada em 12 jul/2004.

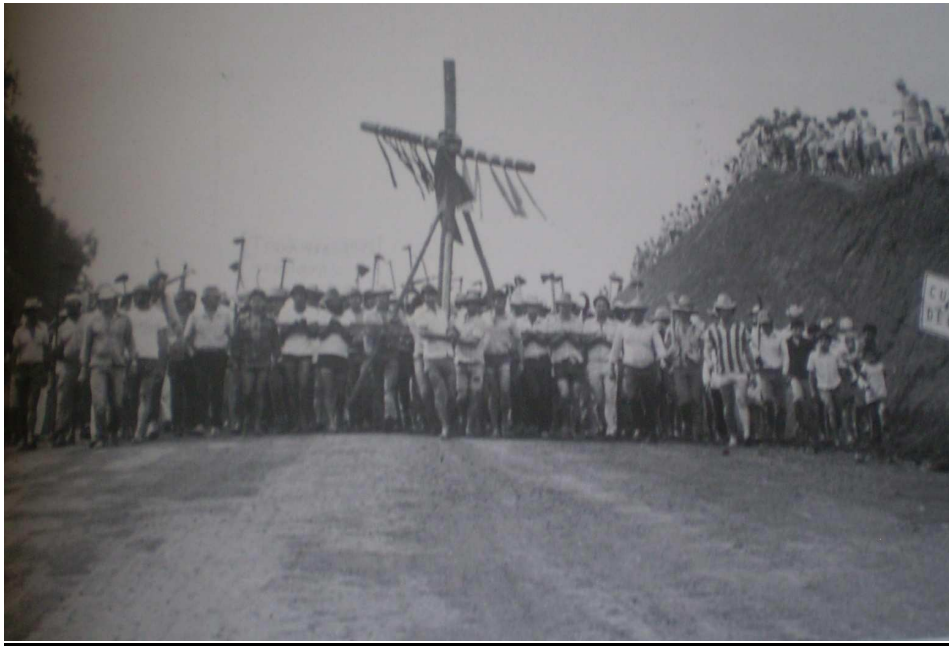


Figura 5: Cruz nas caminhadas na década de 1980 sempre na frente dos sem terra a cruz..
Fonte: "A luta dos trabalhadores sem terra". Álbum de Daniel de Andrade no MAB/Erechim.

No percurso ocorreram vários conflitos com a Brigada Militar e Polícia Rodoviária, que tentaram impedir que a marcha prosseguisse. A marcha deu origem ao filme *Terra para Rose*¹⁷¹, da cineasta Tetê Moraes, que recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais, cujo personagem principal é Rose, acampada da Annoni. O filme, lançado em 1989, foi realizado concomitantemente aos acontecimentos, em especial, à marcha de cerca de 450 km dos trabalhadores rurais sem-terra em direção a Porto Alegre em 1986 e à morte de Roseli Nunes da Silva em 1987. Tetê mostrou a primeira grande ocupação de uma terra improdutiva no Rio Grande do Sul. Rose e sua família haviam participado da ocupação da Fazenda Annoni em 1985; dois anos mais tarde, ela e mais integrantes dos sem terra acabaram sendo mortos em acidente com um caminhão.

A ocupação da fazenda foi um marco para a expansão do Movimento dos Sem Terra em todo o Brasil. Assim, uma década depois, Tetê Moraes decidiu voltar à Fazenda Annoni e mostrar a situação do assentamento e das famílias que haviam participado da ocupação. Com narração de Lucélia Santos e música de Chico Buarque, o documentário apresenta o bem-sucedido modelo de administração em terras antes improdutivas e acompanha a trajetória de famílias que, por motivos pessoais ou divergências políticas, preferiram deixar a região. *Terra para Rose* mostra a luta.; *O sonho de Rose* mostra o resultado desta luta”, diz a cineasta

¹⁷¹ Rose Celeste Nunes da Silva, ou Rose, como é chamada pelos companheiros, chegou grávida na ocupação da Annoni. Mesmo assim, seus companheiros sem terra acampado na Annoni na década de 1980, relatam que ela sempre esteve disposta a assumir tarefas e a enfrentar a polícia.

participante da mostra Premiere Brasil do Festival do Rio BR 2000. O documentário é uma espécie de continuação da *Terra para Rose* em 1989.

Por isso a Annoni se tornou um símbolo nacional em termos de luta pela terra e tudo que acontecia lá repercutia nacionalmente. Era a vitrine da luta pela terra no Brasil

3.4 A mística na ação do dia a dia dos sem terra na Fazenda Annoni

Houve conflitos entre a CPT e o MST dentro do acampamento da Annoni sobre a disputa pela terra, em razão da caminhada empriendida por 250 agricultores sem-terra da Fazenda Annoni até Porto Alegre no mês de maio de 1986, pois a CPT pretendia fazer uma caminhada pacífica, em busca da terra prometida, ao passo que os membros ligados à direção do MST queriam realizar ações mais radicais, ocupando outras fazendas e forçando a sua desapropriação. Então, optou-se pela caminhada, denominada “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, que é um símbolo dos sem terra, porque foi o caminho rumo à terra.

Estes significados de luta, de experiência da caminhada, articula-se outro significado, o da imagem bíblica milenar da busca da Terra Prometida. Desta articulação forma-se a representação da luta pela terra, da luta pela reforma agrária como caminhada em busca da Terra Prometida¹⁷².

Nesse sentido, observa-se como havia toda uma mística religiosa em torno dos acampamentos de sem terra e da luta que eles enfrentam todos os dias para alcançar seu objetivo. Talvez sem a ajuda religiosa, a crença e a esperança passada para essas pessoas, não houvesse tanta persistência em continuar, ainda mais em condições precárias, enfrentando a fome e o frio, doenças e o descaso do governo para com as suas necessidades.

A mística¹⁷³ é um conjunto de sentimentos materializados em símbolos, utilizados em rituais que antecedem ou encerram atividades do movimento. Um dos principais rituais em que o simbólico é produzido pode ser visto também como um elemento importante do imaginário social, que renova as forças dos trabalhadores e a coragem para seguir na luta.

Talvez seja difícil para quem não pôde ainda presenciar um momento com este – um encontro ou seminário, numa passeata ou marcha, ou nas atividades cotidianas de alguma das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ser

¹⁷² HOFFMANN, A *cruz e a bandeira* ..., 1997, p. 92, 93.

¹⁷³ A mística, calcada, de início, nos rituais católicos, quando o papel da Igreja perde seu grande peso dentro do MST, se “laiciza”, transformando-se numa prática social do cotidiano e sendo canalizada a um ideal alcançável, a terra desejada, o socialismo, a construção de uma sociedade justa no imaginário social de seus militantes. Nela há um desejo de recuperar e integrar a arte, principalmente a música. O uso da bandeira, do boné e da camiseta faz parte da mística, por darem a quem possui a sensação de “pertencimento” ao movimento. Usá-los faz parte da mística, assim como a marcha constitui uma ação mística carregada de simbologias.

capaz de sentir ou compreender de imediato o sentido e efeitos disto que se denomina como mística ¹⁷⁴.

A mística é uma energia que transforma os sujeitos sem-terra em indivíduos imbuídos do desejo de lutar sempre buscando; a mística anima e fortalece. Segundo Boff ¹⁷⁵, a mística é composta por um conjunto de convicções profundas, de visões grandiosas e paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos a mudanças, que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou sustentam a esperança de sair de uma situação de pobreza.

É nessa alegria que carregam todos os militantes que lutam por uma causa social, é nesse sentimento da certeza de que se luta por algo justo, em que se acredita verdadeiramente, que ultrapassa os desejos individuais e corporativos e que não se prende somente as necessidades materiais; é nessa energia interior que impulsiona a luta como todo vigor e coragem, que faz as pessoas suportarem tudo, mesmo os sofrimentos mais fortes como a perda de companheiros é aí que se materializa a mística ¹⁷⁶.

A mística transforma-se num elemento da prática que dá unidade ao cotidiano, às lutas, ao sonho pela terra, ou à utopia da construção de um projeto defendido coletivamente. Não se trata de mistificar a realidade, mas de se alimentar também com os símbolos, de ritualizar a vida, celebrar as vitórias, lembrar os mortos, pois a luta não é apenas “racional”, precisa ser feita também com as emoções.

Com a mística reafirma-se o compromisso com os ideais defendidos por essa concepção e busca-se difundir-la e justificá-la socialmente em suas manifestações públicas, dando-lhe visibilidade por meio de bandeira, dos símbolos, dos gestos, das falas, das palavras de ordem, da linguagem cotidiana, buscando uma construção no presente do que seria uma sociedade utópica futura. Segundo Pasquetti:

É uma forma de vivência que materializou-se nos anéis de tucum de cor preta que a maioria das pessoas usam em um dos dedos da mão esquerda; na canções entoadas, nos cartazes que decoram o ambiente, na bandeira sempre presente nas atividades do Movimento, no uso do boné, nas palavras de ordem, no hino entoado no início de cada atividade. Momento em que as pessoas se postam de punho cerrado em posição de sentido e na estrofe erguem e movem o braço esquerdo com punho cerrado. Este fazer conjunto também demonstra o sentimento de sentir-se parte da “família Sem Terra” ¹⁷⁷.

Na caminhada rumo à capital os 250 sem terras saíram da Fazenda Annoni no dia 27 de maio de 1986 e percorreram a seguinte rota: Pontão, Passo Fundo, Marau, região colonial de

¹⁷⁴ MEDEIROS, E.C. A mística como instrumento pedagógico na formação política dos militantes do MST. Revista *GeoNotas*, V. 5, n.4, out. nov. dez. 2001, p. 26.

¹⁷⁵ BOFF, Leonardo; PELOSO, R. Bogo. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo: MST, 1998, p. 25-38.

¹⁷⁶ MEDEIROS, *A mística ...*, 2001, p. 29.

¹⁷⁷ PASQUETTI, *Terra ocupada ...*, 2007, p. 206 - 207.

Caxias do Sul, Vale dos Sinos, totalizando quinze cidades e trinta comunidades do interior. Chegaram a Passo Fundo no dia 29 de maio de 1986, onde, mesmo sob uma forte chuva e muito frio, realizaram um ato público na catedral. Em trecho de uma reportagem feita pelo jornal *O Nacional* descreve-se o que os colonos e a Igreja estavam sentindo neste momento:

Lembrando as catacumbas que os antigos cristãos reuniam-se, os colonos entoaram seus cantos no interior da Catedral, iluminada por umas poucas velas e por meia dúzia de tochas que os acompanham em sua caminhada. Egon Schwaab e Marli Castro, da executiva do Movimento dos Sem terra falaram ao grupo sobre os motivos que os levaram a situação de sacrifícios e miséria que atravessam. Com a ajuda do padre Arnildo Fritzen, o bispo da diocese de Passo Fundo, Dom Urbano Algayer celebrou uma missa para os camponeses, destacando a esperança por uma vida melhor, ‘que virá com a reforma agrária’, e criticando aqueles que se opõem à justiça social e a uma vida digna para os trabalhadores do campo e da cidade¹⁷⁸.

A determinação dos colonos de levar o governo a realizar a reforma agrária fica explícita nesse trecho, assim como o apoio da Igreja Católica, que passa para os agricultores sem terra a esperança de conquistarem sua terra e nela trabalhar para seu sustento. Infelizmente, o governo, seja estadual, seja federal, não dá uma solução para a reforma agrária no Brasil e deixa esses agricultores sem opção a não ser protestar.



Figura 6: Concentração dos sem terra na praça da Capital gaúcha em 1986.
Fonte: Arquivo pessoal de Pe. Arnildo. MAB/Erechim.

No dia 6 de junho de 1986, os colonos, em meio à caminhada até Porto Alegre, fizeram uma avaliação sobre o protesto, expressando que “as manifestações dos sem terra, [...] têm sido de otimismo quanto ao objetivo de conscientização das massas, pois à medida em que a caminhada se aproxima do final, aumenta a acolhida por parte da comunidade”¹⁷⁹. Em todas

¹⁷⁸ “Chuva e frio não impedem passeata dos Sem Terra”. *O Nacional*. Passo Fundo, 31 maio. 1986, 1ª p.

¹⁷⁹ “Sem terra param para avaliação no meio do caminho”. *O Nacional*. Passo Fundo, 06 jun. 1986, 1ª p.

as cidades pelas quais passavam, realizavam atos públicos, com a celebração de missas e presença da Igreja e da comunidade local, mostrando, assim, todo o apoio recebido.

Não podemos esquecer que, nesse momento, a ocupação da Annoni era organizada pelo MST, que havia sido criado em 19 de janeiro de 1984 no estado do Paraná; portanto, a CPT apresentava-se mais como um apoio ao MST. Quanto à Igreja, exercia o papel de animação e apoio, mas agora já com um cunho político, pois se envolvia mais na organização e encaminhamento dessas pessoas ¹⁸⁰. Segundo o padre Arnildo Fritzen, o qual representava nesta ocasião a CPT:

A direção do MST era política, mais central. Agora a Igreja e a cruz já não eram mais os símbolos da luta e sim agora a bandeira acaba entrando em seu lugar. A cruz, símbolo da marcha, tinha uma dimensão mais religiosa; se fez depois uma cruz de pedra com o objetivo de homenagear todos os municípios que estavam envolvidos na ocupação da Annoni, mas não era aquela cruz que seguia nas caminhadas e procissões dos outros acampamentos anteriores. Portanto, essa cruz perde um pouco da sua mística, embora quando foi feita a marcha para Porto Alegre construímos uma cruz que foi levada junto, mas nesse momento ela tem somente um caráter religioso em forma de mística, ou seja, aquela marcha era em busca da terra prometida. Essa caminhada tinha como objetivo de mostrar quem nós éramos e de mostrar para a opinião pública que a gente buscava nosso direito e não queríamos ocupar ou tirar o lugar dos moradores e trabalhadores da cidade. A idéia de deixar claro que não queríamos vir para a cidade e que nosso sonho seria de permanecer na agricultura.”
¹⁸¹

Portanto, em todas as cidades pelas quais passavam os colonos mostravam a animação, a mística e também discutiam a realidade em que se encontravam, deixando claro para as pessoas o que estavam buscando com a caminhada. Em tudo isso havia a presença da CPT, razão por que conseguiam entrar nas catedrais e cidades com maior facilidade. Também as igrejas e as CEBs colaboraram fazendo muitas campanhas e arrecadações de alimentos, conseguindo manter cerca de 250 pessoas peregrinando 450 km sem que lhes faltasse nada, tendo toda a assistência básica necessária. Essa caminhada foi comparada a uma romaria em busca da “terra prometida”, em cujo trajeto muitas outras pessoas foram se juntando ao movimento, que chegou em Porto Alegre com cerca de trinta mil pessoas. Segundo padre Arnildo,

na década de 1980, os bispos e as entidades religiosas não somente a Igreja Católica, mas também a Evangélica e a Luterana abriam as portas para apoiar a causa dos Sem Terra. Pois na grande caminhada rumo a Porto Alegre na década de 1980 os bispos das entidades religiosas estavam organizados para apoiar essas pessoas oprimidos. Pois no decorrer do caminho seminários, ginásios, catedrais, santuários, comunidades

¹⁸⁰ TEDESCO; CARINI, (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*, 2008, 272.

¹⁸¹ Ibid, TEDESCO; CARINI, (Org.) *Conflitos agrários ...*, 2008, 272-273.

acolheram e deram o suporte aos camponeses que caminhavam rumo à capital gaúcha¹⁸².

Em Porto Alegre, os sem terra ocuparam a praça central, reivindicando do governo uma solução para o problema do assentamento da Annoni. Essa atitude de antiviolença liderada pela CPT forçou o governo a tomar uma decisão, que foi abrir a Assembleia para a ocupação e negociação com o Movimento dos Sem Terra.

Portanto, esse trabalho foi além da CPT, pois a Igreja como instituição estava totalmente envolvida desde a base com a participação de fiéis leigos, religiosos e bispos. O padre Arnildo, em entrevista, “lamenta a decisão tomada por algumas lideranças que não foram muito felizes em se retirarem da Assembléia, aceitando novas promessas e acordos feitas pelo governo, acredita que isso foi um grande retrocesso por nossa parte”¹⁸³. O religioso descreve sua participação na caminhada:

Eu, nesse cenário, fui um privilegiado, porque foi uma caminhada de muito aprendizado onde aprendi a coordenar místicas, a dominar a Bíblia, a entender melhor as pessoas, consegui também ligar os meus princípios e muitos da minha família foram privilegiados com assentamentos, entre elas algumas lideranças. Eu acredito que como movimento social sem a minha pessoa ele teria dificuldade de avançar sozinho, porque ao meio do nosso povo brasileiro que somos profundamente religioso, penso que teria maiores dificuldades para a sustentação do espírito da luta pela terra, acho que se fosse só política teria muito mais dificuldades para manter esse povo unido com o mesmo ideal. Primeiro pelo fato da aceitação, já que a visão que se tem de política é algo interesseira, infelizmente algo que os políticos construíram com seus testemunhos. Mas acredito que houve um grande avanço por parte das lideranças e isso poderia ajudar a organização do povo. Claro que isso tudo foi a partir da ocupação da Annoni. Tudo isso desencadeado pela experiência adquirida. Mas antes disso acho que seria muito difícil sem o papel da igreja com seu apoio¹⁸⁴.

Enquanto isso, na Fazenda Annoni um outro grupo organizou uma procissão até o município de Ronda Alta, no dia 12 de junho, para a realização de uma manifestação. Na oportunidade, o líder camponês e integrante da executiva nacional do Movimento dos Agricultores SemTerra, Darci Maschio, declarou sobre a participação e o apoio da Igreja no movimento:

O fato da hierarquia da Igreja enxergar o recuo e a falta de vontade do governo em fazer a reforma agrária, para nós sem dúvida é um avanço. E se temos o apoio de todas as Igrejas não é por acaso. Nossa luta sempre se desenvolveu de forma pacífica e sempre nos responderam de forma violenta, inclusive com armas matando companheiros nossos. A Igreja, que no início apoiou a Nova República, acreditando que faria grandes transformações sociais, viu que esse governo está pior do que os

¹⁸² FRITZEN, Arnildo; Párago de Ronda Alta e representante da CPT.... Entrevistado por Valdemar da Silva Goes, em 04 de janeiro de 2010.

¹⁸³ FRITZEN, Arnildo;... Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

¹⁸⁴ TEDESCO; CARINI, (Org.) *Conflitos agrários ...*, 2008, p. 273.

últimos dois anos do João Batista Figueiredo¹⁸⁵, que representava os militares. Por isso que a igreja resolveu apoiar a luta pacífica dos trabalhadores, representando mais uma força nessa luta¹⁸⁶.

Para os colonos sem-terra a ajuda da Igreja foi fundamental, por lhes dar forças para continuar a luta, avançando com as manifestações pacíficas em busca da reforma agrária. Acampados em frente à Assembleia Legislativa, os colonos ali permaneceram durante noventa e um dias, com a esperança de que o governo realizasse as desapropriações de terras. Contudo, como viram que já não causavam pressão sobre o governo, por se tornar rotineiro este tipo de ato público, voltaram para a Fazenda Annoni com outra estratégia: a de ocupação de outras áreas.

Por isso, no dia 29 de setembro de 1986 os colonos da Fazenda Annoni decidiram dar início a uma caminhada até as glebas desapropriadas na região de Cruz Alta. Contudo, a Brigada Militar, agindo com aproximadamente seiscentos homens, cercou o acampamento, impedindo a saída dos agricultores:

por volta das 7:30 horas da manhã, verificou-se o confronto entre colonos e policiais, estes com ordem de não permitir a saída dos colonos em massa para novas ocupações. Alguns sem-terra, os mais determinados a vencer a barreira policial, embora desarmados, entraram em choque com os pelotões especializados, criando-se grande confusão¹⁸⁷.

O saldo da ação foi vários colonos feridos e muitas tentativas de iniciar a caminhada, porém sendo obrigados a permanecer no acampamento.

3.5 Preocupações e objetivos dos acampados da Fazenda Annoni

No início de outubro de 1986, os agricultores sem-terra da Fazenda Annoni realizaram a “Procissão das Ferramentas”¹⁸⁸, uma caminhada até o local do antigo acampamento da Encruzilhada Natalino, carregando o símbolo da Encruzilhada, a cruz. Com uma barreira de duzentos homens, a Brigada Militar impediu que a cruz fosse colocada no local. Então, os sem terra a deixaram junto à barreira policial, na beira da estrada, realizando um ato religioso com leitura da Bíblia, cânticos, orações e pronunciamentos.

Para os líderes do acampamento foi uma surpresa o impedimento à procissão, pois o governo tinha liberado a passagem dos agricultores para realizarem a “Procissão das

¹⁸⁵ O general João Batista Figueiredo foi o último presidente do Regime Militar (que vigorou entre 1964 a 1985), governando de 1979 a 1985.

¹⁸⁶ “Previsão é de que 50 mil colonos entrem em P. Alegre”. *O Nacional*. Passo Fundo, 12 jun. 1986, p. 3.

¹⁸⁷ “Vários feridos no choque entre BM e colonos da Annoni”. *O Nacional*. Passo Fundo, 30 set. 1986, 1ª p.

¹⁸⁸ Chamada de “Procissão das Ferramentas” porque levaram seus instrumentos de trabalho, enxadas, machados, foices e outros instrumentos.

Ferramentas”. Felizmente, tudo aconteceu sem violência e com muito apoio da comunidade, de vários setores das Igrejas Católica, Ortodoxa e Luterana.

Portanto, observamos que a Igreja, por intermédio da CPT e alguns religiosos, esteve sempre presente nas manifestações dos sem terra, pois defende a reforma agrária já que os colonos estão reivindicando seus direitos, que são de cunho social. Frei Beto deixa claro que a Igreja está apoiando e “continuará apoiando dentro de suas possibilidades a luta dos colonos da fazenda Annoni, por se tratar de uma luta justa e que denuncia a consciência nacional para a exigência imediata de uma Reforma Agrária”¹⁸⁹.

As colocações de dom Helder sobre a realização da reforma agrária também eram de apoio aos sem terra, porém ele solicitava que os colonos tivessem paciência:

Porque reforma agrária não é somente distribuir pedaços de terra, isto seria o mesmo que titular a miséria. Não basta a coragem, a inteligência, os braços do agricultor para transformar uma terra em uma propriedade que seja válida para a família, e no conjunto para o Brasil¹⁹⁰.

Outra preocupação de dom Helder era com relação aos colonos da Fazenda Annoni, aos quais aconselhava que se mantivessem em alerta porque havia pessoas interessadas em precipitar os acontecimentos. Referia também que, “se houver choques e derramamento de sangue não faltará quem diga, que antes mesmo da reforma agrária já virou uma bagunça o movimento e o próprio processo”¹⁹¹. Isso não quer dizer que os colonos não devessem reivindicar e lutar por seus objetivos, mas que tivessem cautela ao fazer essa reivindicação para que logo a situação fosse normalizada, com todos sendo assentados e produzindo.

No domingo, dia 19 de outubro (1986), uma grande concentração foi realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no acampamento da Fazenda Annoni, reunindo milhares de pessoas solidárias aos acampados. À medida que as pessoas iam chegando de ônibus e carros surpreendiam-se, pois não havia policiamento na estrada que dá acesso à fazenda, nem controle de quem entrava e saía do acampamento¹⁹².

Representantes de entidades e artistas participaram da celebração, juntamente com as oito mil pessoas, fazendo protestos em favor dos sem terra; leram-se depoimentos e cantaram-se músicas de protestos, em meio a decisões sobre o rumo que o acampamento iria tomar. Os colonos e participantes da celebração iniciaram uma caminhada até a cruz de Natalino. Em um trecho do jornal *O Nacional* do dia 20 de outubro de 1986 conta-se como ocorreu a celebração daquele dia:

Com faixas, cartazes, cânticos e palavras de ordem, oito mil pessoas tomaram a estrada Passo Fundo - Ronda Alta, que passa pelo acampamento e se dirigiram até o

¹⁸⁹ “Frei Beto Prevê explosão social”. Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 13 out. 1986, p. 3

¹⁹⁰ “Igreja não recuou”. Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 13 out. 1986, p. 7.

¹⁹¹ *Idem.*, p.7.

¹⁹² FRITZEN, Arnildo; Páraco de Ronda Alta e representante da CPT.... Entrevistado por Valdemar da Silva Goes, em 04 de janeiro de 2010.

local onde estava a Cruz de Natalino - símbolo dos sem terra - junto a barreira norte que a BM mantinha até a véspera. O pesado madeiro foi carregado pela massa até o alto do barranco que ladeia a estrada, assinalando o local exato onde, em 29 de setembro passado, os colonos foram dispersados violentamente pela Brigada Militar¹⁹³.

Frei Beto, em uma conferência realizada na cidade de Passo Fundo¹⁹⁴, afirmou que "Deus criou a terra e o diabo criou a cerca". José Nedel, em matéria escrita à frase de frei Beto, escreveu:

É intuitivo que o mal não está na cerca, mas no inadequado uso dela, decorrente da má distribuição da propriedade. Tanto a cerca não é má em si, que os agora sem-terra, cujo acesso ao chão é objeto de árdua luta, logo cercarão o pedaço que receberem ou adquirirem. A solução não estará, pois, em derrubar as cercas como obra do diabo, mas em reordená-las, para que fiquem como garantes da justa repartição da terra em propriedades plurais não comuns ou socializadas, mas particulares, separadas umas das outras e respeitadas¹⁹⁵.

Portanto, percebemos que a Igreja manifesta abertamente o apoio aos sem terra, por intermédio de religiosos que defendem a luta pela terra e pela reforma agrária.

3.6 A Fazenda Annoni e sua utilização coletiva e provisória

Depois de um ano de acampamento¹⁹⁶, o Incra e o governo decidiram que a Fazenda Annoni seria liberada para os acampados com fins de reforma agrária. Contudo, a área comportou apenas duzentas famílias e no acampamento havia aproximadamente 1.500 famílias esperando para serem assentadas. Como o Incra não possuía terras à disposição para assentamento, propôs que as terras da Fazenda Annoni seriam um assentamento provisório para todas as famílias, até que outras áreas fossem desapropriadas para o assentamento definitivo.

As lideranças do acampamento, juntamente com todos os colonos acampados, reuniram-se para decidir sobre o assunto. Enquanto isso foi enviado um documento, por intermédio dos bispos dom Urbano Allgayer, de Passo Fundo, dom Jacó, de Cruz Alta e do presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, para o presidente José Sarney¹⁹⁷, no qual se relatava a situação dos colonos da Fazenda Annoni, que viviam na precariedade, e pedia-se solução ao problema, além da retirada do policimento que cercava o acampamento.

¹⁹³ "Sem Terra reúnem multidões". *O Nacional*. Passo Fundo, 20 out. 1986, p. 11.

¹⁹⁴ Encerramento do II Simpósio Nacional de Educação Popular, organizado pelo 7º Núcleo do CPRGS, Associação dos Professores da UPF e Centro Municipal de Educação, realizado nos dias 8 a 11 de outubro de 1986.

¹⁹⁵ Nedel, José. "A Terra e a Cerca". *O Nacional*, Passo Fundo, 22 out. 1986, p. 3.

¹⁹⁶ Como já foi citado, o acampamento iniciou no dia 29 de outubro de 1985; completando-se um ano, os colonos sem-terra do acampamento, ainda não haviam sido assentados.

¹⁹⁷ José Sarney, presidente do Brasil de 1985 a 1990.

Após debates os colonos sem-terra do acampamento da Fazenda Annoni aceitaram a proposta de utilização coletiva e provisória da fazenda, a qual foi dividida em 16 áreas, cabendo a cada família dois hectares. Assim, o plantio era feito coletivamente e era incentivado por alguns agentes religiosos o trabalho comunitário, com ênfase na solidariedade dos integrantes; contudo, isso aumentou a disputa com a direção do MST, que incentivava a formação de grupos coletivos voltados mais para a produção com fins de comercialização.

Para organizar o acampamento nessas 16 áreas foram mobilizados vários setores do governo e de entidades que sempre haviam ajudado os sem terra. Marly Castro¹⁹⁸, juntamente com os companheiros de coordenação representantes do Incra e o padre Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta, expressou:

O povo ganha moral com o que está acontecendo pois reverte a desinformação que foi lançada sobre a opinião pública. Nós vamos mostrar na prática que, realmente, as 1.200 famílias acampadas são verdadeiros trabalhadores sem terra e pessoas que pretendem cultivar a terra com seus recursos e se for possível dali retirar o sustento de sua família e da grande população¹⁹⁹.

Com a área da Fazenda Annoni dividida em grupos, houve uma descentralização do acampamento, dificultando a comunicação entre os colonos de áreas diferentes, porém resolveram-se os problemas de alimentação, água, saúde, educação, brigas e outros tantos. Segundo Bonavigo e Bavaresco, este acontecimento,

somado às divergências já existentes no interior do acampamento e entre as instâncias envolvidas (MST, agentes religiosos, governo), tornou difícil a organização de novas pressões para a conquista da terra. Já cansados de se organizar, lutar, esperar e não sabendo em quem acreditar, os acampados passaram a se envolver com a produção de seu pequeno pedaço de terra²⁰⁰.

Apesar disso, os conflitos e ocupações de terras continuaram, ainda que com menos intensidade, já que o objetivo dos agricultores sem-terra era a conquista de terras para assentamento. Após a divisão das 16 áreas, decorreram seis anos de exaustiva espera pelos acampados, do que será feito um breve resumo até 1993, quando os últimos sem terra da Fazenda Annoni seriam assentados definitivamente. No ano de 1987 foram realizados os primeiros assentamentos das famílias que estavam nesses 16 núcleos, ou seja, 57 dos denominados “afogados”. Essa seria a Fase I de assentamento, em que se contemplaram mais 212 do acampamento organizado pelo MST. Na Fase II 25 famílias foram assentadas na Fazenda Annoni, no chamado Assentamento Holandês, em razão de acordo feito entre Incra e

¹⁹⁸ Representante da Coordenação dos Acampados.

¹⁹⁹ SANTARÉM, Argeu. “Começou a ocupação da Fazenda”. *O Nacional*, Passo Fundo, 28 nov. 1986, p. 3.

²⁰⁰ BONAVIDO; BAVARESCO P. A. *Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo*. In: TEDESCO; CARINI, *Conflitos a...*, 2008, p.31-50, p.43.

acampados; quanto às famílias restantes, foram assentadas em fazendas de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Muitas divergências entre os acampados começaram a acontecer em razão do critério utilizado para a escolha das famílias e da demora na realização de novos assentamentos, até que um grupo de assentados criou, em novembro de 1987, uma nova organização, chamada Associação Gaúcha de Reforma Agrária (Agra), paralela ao MST. A Fase III do assentamento ocorreu ainda em 1987, quando trinta famílias foram assentadas. Somente em 1989 as 550 famílias que esperavam ser assentadas na Annoni tomaram uma iniciativa e exerceram pressão sobre o governo e o Incra para que o problema fosse solucionado, de modo que todas obtivessem sua terra. Contudo, a Fazenda Annoni comportava somente duzentas famílias, gerando, assim, um novo impasse. Com o compromisso de que o restante das famílias pudesse permanecer na Fazenda Annoni até serem assentadas definitivamente, um acordo foi feito entre o Incra, MST e Agra, determinando que 98 famílias do Agra e 102 do MST seriam assentadas na Annoni.

As famílias excedentes esperaram até 1993 para o assentamento definitivo, disputando, assim, de 1989 até 1993 com as famílias assentadas da Annoni um espaço para plantar, com divergências entre si. Como 32 famílias ficaram sem assentamento, os 20 ha que as famílias na Annoni tinham passaram a 15 ha, podendo, assim, ocorrer o assentamento daquelas. Esta foi a IV e última fase do assentamento.

3.7 A redefinição do apoio da Igreja junto ao MST

O acampamento da Fazenda Annoni acabou afastando a Igreja desse processo de luta, e alguns fatores contribuíram para isso, como “a consolidação do MST enquanto ator político, o momento político nacional e novas formas de análise da sociedade”²⁰¹, mostrando que a luta pela terra tomava um rumo diferente e passava a contemplar o aspecto político, deixando de lado a simbologia e o teológico. Assim, o MST passou a ter o seu próprio programa de formação política, no qual secundariza os agentes religiosos, fazendo reuniões e tomando decisões sem estes e sem outros colaboradores da causa, ou seja, tornou-se mais independente. Todavia, a Igreja não deixou de colaborar e de se posicionar como defensora dos sem terra.

²⁰¹ HOFFMANN, *A cruz e a bandeira...* 1997, p. 168.



Figura 7: Símbolos das celebrações e místicas do MST. Aqui já percebemos o afastamento da cruz deixando a centralidade à bandeira do movimento.

Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Arnildo. MAB/Erechim.

O afastamento da Igreja, segundo Hoffmann, deve-se a dois fatores principais:

o êxito na construção do MST, como ator político que vai a cada período se afirmando enquanto representante legítimo dos sem-terra, e uma série de discussões abertas no interior da Pastoral. Estes fatores criaram uma situação onde o MST passa a ter que dar respostas políticas mais efetivas na luta pela terra, e a CPT fica 'imobilizada' pelas discussões, seja em torno do seu caráter e papel junto aos movimentos populares, como as disputas internas da Igreja²⁰².

Assim, vemos que a luta pela terra tornou-se mais política, modificando as suas representações. A CPT mudou seu discurso e modo de apoiar a causa, posicionando-se no sentido de apoiar todas as decisões dos sem terra, mas sem tomar a iniciativa de promovê-las. Está claro que a Igreja é, aos poucos, afastada das decisões, mas não da causa, pois seu apoio é fundamental para que os colonos sem-terra da Fazenda Annoni continuem buscando o seu objetivo. E mesmo com menor presença direta na decisões da direção do movimento, a Igreja não deixou de ajudar e dar apoio aos que lutam pelo seu direito de trabalhar e cultivar a terra.

²⁰² HOFFMANN, *A cruz e a bandeira...* 1997 p.170.

Também na Fazenda Annoni, junto com o processo de organização do movimento, iniciou-se uma série de contatos e trocas de experiência em nível internacional. O boletim *Sem Terra* de janeiro de 1985 fez um balanço do ano anterior citando duas participações em encontros de trabalhadores latino-americanos e duas viagens internacionais, já projetando uma terceira para a Nicarágua. Todas essas novas visões e ampliações das articulações, tanto em nível nacional, como no internacional, juntamente com as “novas” visões da luta, teriam influência sobre o imaginário dos sem terra na segunda metade da década de 1980. Isso é perceptível no acampamento da Fazenda Annoni, na afirmação da autonomia do movimento e na construção, pelas lideranças, de um discurso político-classista.

O processo articulatório do período transcorrido entre o reinício da organização de base dos sem terra e a ocupação da Fazenda Annoni é mais complexo que aquele que levou à formação do acampamento Encruzilhada Natalino. Entre os elementos que complexificam a organização estão a maior número de atores envolvidos, a maior abrangência geográfica e a inserção no processo de organização em nível nacional, o que traz diversas implicações.

Portanto, percebemos que foi fundamental a participação da Pastoral da Terra na deflagração e na condução deste processo contínuo. Como organismo de Igreja, a CPT possuía credibilidade e contatos em toda a região, tendo o mínimo necessário de estrutura material para viabilizar o processo. Então, elaborou os materiais de subsídios para as reflexões de base e assessoria aos sem terra, ajudando a formar lideranças, entre outras atividades.

Entretanto, na década de 1990 o ambiente político geral era bem outro. O regime militar já cessara em 1985 e muitos dos movimentos sociais populares surgidos naquele período tinham amadurecido e se reciclado de acordo com as novas demandas. Este novo tempo teve um marco importante, que foi a implantação do capitalismo neoliberal, com todo o seu custo social, político, econômico e cultural, que não vamos analisar neste texto, mas que precisa ser considerado. O neoliberalismo alterou totalmente as relações e as condições de vida e trouxe novas demandas, como Conti descreve:

Neste ambiente mais amplo da década de 1990 é que surgem diversas organizações e movimentos sociais e populares com caráter mais plural. Entre os movimentos sociais populares surgiram diversos que trabalham com as chamadas novas demandas como as questões de gênero, etnia, geração, raça, opção sexual, meio ambiente e direitos humanos. Hoje temos movimentos sociais populares que se ocupam com questões bem específicas, como por exemplo o GAPA, até movimentos com caráter e atuação bem ampla como o movimento sindical rural ²⁰³.

²⁰³ CONTI, Irio Luiz Mestre em Sociologia (UFRGS), ...Entrevista no dia 23 fev. 2010.

Enquanto na década de 1980 a maioria dos movimentos sociais populares provinha de ou tinha bases mais fortes no meio rural, a partir da de 1990 se fortaleceram os movimentos sociais populares eminentemente urbanos e com ideologia mais política.

3.8 A organização e a formação da consciência política na Fazenda Annoni

O acampamento da Fazenda Annoni pode ser considerado como um momento chave de consolidação do “campo de luta pela terra” e três aspectos determinam a sua relevância. Em primeiro lugar, o acampamento da Annoni coroou o processo de organização que vinha sendo pacientemente empreendido pelos sem terra na região desde 1983. Após a ocupação, as lideranças declararam diversas vezes que “a idéia da ocupação foi pacientemente amadurecida nesse período”. Esse amadurecimento passa pela estratégia de alternar discussões de base com grandes mobilizações de massa como meio de formação de “consciência política”.

Em segundo lugar, o acampamento faz parte da entrada na cena política nacional de um dos atores mais importantes deste final do século o MST, que, como vimos, também vinha se articulando há três anos, juntamente com a ocupação da Annoni. Essa entrada em cena do MST em 1984, como um ator autônomo e legitimado, provoca uma série de modificações no seu relacionamento com os diversos interlocutores. A alteração mais relevante é, justamente, em relação a seu principal interlocutor, a Igreja, especialmente a CPT.

Por último, este acampamento é um momento chave na formação dos imaginários da luta pela terra. Nos seus anos de duração, Annoni proporcionou a retomada de diversos elementos construídos na Encruzilhada Natalino, a ressemantização de alguns destes e a construção de outros. No plano organizacional, de forma geral, a Fazenda Annoni adotou basicamente o mesmo modo de proceder da Encruzilhada Natalino, onde a organização do movimento começou.

Um acontecimento que pode dar a noção da complexidade dos fatores envolvidos e da dinâmica do movimento ocorreu em meados de novembro de 1987, quando se deflagrou uma divisão na Fazenda Annoni. Em assembleia, os acampados destituíram a coordenação, que já há dois anos dirigia o acampamento. A mudança na “conjuntura interna” do acampamento surpreendeu até mesmo as lideranças do MST: “Na sede do Movimento dos Sem-Terra, em Porto Alegre, Alceu Piavesan, que integrava a coordenação da Annoni, se mostrou surpreso com a decisão da assembléia.” Este episódio é importante na medida em que possibilita a percepção do descompasso existente entre o discernimento político das lideranças e a compreensão da base do acampamento, além de outras diferenças internas.

Nesse sentido, Schmitt aponta dos aspectos significativos:

O “racha” revela uma série de elementos a respeito das bases sociais da luta pela terra no Estado. Em primeiro lugar, uma parcela significativa dos colonos não tinha as mesmas preferências partidárias que suas lideranças, todas identificadas politicamente com o Partido dos Trabalhadores, e inclusive viam com maus olhos uma partidarização da luta pela terra. Além disso, enquanto parte dos acampados viam o Estado como o seu principal inimigo, outro grupo ainda esperava por algum tipo de ação, “assistencial”, estando bastante incutida a idéia de que as autoridades não agem porque desconhecem a situação dos sem-terra.” Apesar de reconhecer algumas “fraquezas”, as lideranças do MST/RS mostram-se satisfeitas e otimistas com as formas de organização ²⁰⁴.

Há certos setores da Igreja que têm uma certa resistência em aceitar essa coisa nova, essa pluralidade de espaços, onde há partido, há sindicato, há movimento. Porque, no fundo, a gente encontra em muitos agentes de pastoral uma certa nostalgia, uma certa saudade do tempo em que a Igreja era poder. No fundo é uma disputa de poder. Quando a Igreja era o único lugar, a Igreja exercia um poder sobre o Movimento Popular. No momento em que aparece a CUT, o PT, a Associação de Moradores a reação é ver que estes partidos, movimentos, sindicatos, estão disputando o nosso espaço. É muito importante nós, que somos Igreja, termos uma sensibilidade, se nós somos serviço, que bom que estejam chegando os sindicatos; que bom que tenham partidos; que bom que haja muitos Movimentos Populares. ²⁰⁵



Figura 8: A cruz símbolo sagrado que representou a intensa presença da Igreja Católica junto aos sem terra na década de 1980 e a bandeira do movimento, símbolo que passou a ser a representação do movimento com o surgimento do MST.

Fonte livro “A história da luta pela terra e o MST, CPT, p.209.

A formação política é uma questão nacional fundamental para o MST, que tinha sido criado em 1984; portanto, 1987 foi eleito o “ano da formação”, a qual teve destaque nos planejamentos e nas avaliações. Nesse período, houve muitas preocupações com aspectos relacionados à educação popular, formação de lideranças e metodologia de trabalho com movimento popular por parte de diversas entidades e intelectuais, inclusive por parte do MST.

²⁰⁴ SCHIMITT, C. J. *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRGS, Porto Alegre, 1992.

²⁰⁵ Voz da Terra, n°28, jul. 1986, p. 59, in: HOFFMANN, *A cruz e a bandeira: ...*, 1997, p.168.

Foi durante o processo de formação de lideranças que aconteceram as três primeiras ações importantes promovidas pelos agricultores da Fazenda Annoni: o acampamento em frente à sede do Incra em Porto Alegre, em 1986, no início de maio, e a “Romaria Conquistadora”, no final do mesmo mês, que se encerrou na capital com um ato público com mais de trinta mil pessoas e a ocupação da Assembleia Legislativa, onde permaneceram por meses acampados.

Nesse processo de formação de lideranças, notamos que havia a necessidade de uma política clara de formação dos quadros dos próprios trabalhadores para transformar as lideranças que surgiam em dirigentes ²⁰⁶. Segundo Hoffmann: “O MST passa a ter o seu próprio programa de formação política; o MST passa a enfatizar repetidas vezes a sua autonomia, inclusive com relação à Igreja, afirmando que o movimento “anda com suas próprias pernas”²⁰⁷. Foi nesse momento que começou a ocorrer o afastamento da Igreja como condutora dos acampados e instalou-se uma nova etapa do movimento em termos de direções e representantes partidários. Assim, agora temos representantes e dirigentes dos sem terra envolvidos cada vez mais com a política e menos com religião. Hoffmann descreve a respeito:

Dois atores político básicos conduziram ao afastamento: o êxito na construção do MST, como ator político que vai a cada período se afirmando enquanto representante legítimo dos sem-terra, e uma série de discussões abertas no interior da Pastoral. Estes fatores criaram uma situação onde o MST passa a ter que dar respostas políticas mais efetivas na luta pela terra, e a CPT fica “imobilizada” pelas discussões, seja em torno do seu caráter e papel junto aos movimentos populares, com as disputas internas da Igreja ²⁰⁸.

Portanto, o MST percebeu de forma clara a necessidade de construir canais e instrumentos próprios de ação política. É nesse sentido que podemos compreender a sua opção pela construção da CUT e do PT no meio rural.

3.9 Um contexto de fragilização dos movimentos sociais

Na década de 1990, as organizações sociais viveram tempos difíceis, pois a força da propaganda midiática neoliberal se impunha e penetrava em todos os ambientes e instituições. O movimento operário, o sindical e popular viram diminuídas sua força e atuação pública. Se na década em 1980 a meta maior era de buscar conquistas, agora passa a ser não perder direitos já conquistados. Foram anos dourados também para o movimento estudantil, que pintou a cara e mostrou sua força ao exigir a saída do presidente Fernando Collor de Mello.

²⁰⁶ *Caderno de Estudo* nº 1, MST, 1987.

²⁰⁷ HOFFMANN, *A cruz e a bandeira: ...*, 1997, p.169.

²⁰⁸ *Idem*. p.170

A retração nos movimentos sociais teve seu reflexo na presença e ação dos agentes pastorais da Igreja no meio popular, com a redução da presença da Igreja Católica através da CPT, provavelmente porque os movimentos foram adquirindo sua autonomia, no caso específico do MST. Também a Igreja se afasta da luta pela reforma agrária, segundo o religioso Foschiera:

“Esse momento de fato, as instituições foram dedicando mais energia nas questões de sua especificidade, diminuindo sua visibilidade externa. A igreja que havia mostrado sua opção pelos oprimidos, passa a dar importância maior às questões internas. Na diocese de Passo Fundo, os agentes pastorais que atuam nas linhas de frente das lutas sociais, passam a ter menos apoio do conjunto da instituição e começam a se sentir debilitados diante do tamanho do desafio de lutar até o fim para transformar a realidade”²⁰⁹.

Em resumo, a década não foi de ouro para os movimentos sociais, porque prevaleceu a ideologia neoliberal, com toda a sua sedução de exaltação do individualismo, prometendo a felicidade para quem aderisse ao consumismo. Já nos anos 2000 é tempo das vozes discordantes do pensamento único neoliberal começarem a se multiplicar e se fazerem ouvir. Aumenta o número de governos eleitos pelas organizações populares e forjados na luta; há mais espaços para a participação popular nas administrações municipais, estaduais e até em nível federal. Cria-se um Fórum para juntar as ideias que se contrapõem ao neoliberalismo. Porto Alegre acolhe o Fórum Social Mundial em 2003 e tem a oportunidade de expor suas experiências de administração com o Orçamento Participativo, enquanto os diversos movimentos sociais se articulam para afinar seu grito de luta de que um outro mundo é possível. Ainda, Porto Alegre acolhe a 9ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas em 2006, entidade que congrega 348 denominações religiosas diferentes, mas a caminho de valorização dos aspectos comuns que as unem. O pluralismo religioso mostra que as religiões são necessárias para tornar o mundo mais humano e sustentável.

Nesse contexto, o papel da Igreja Católica junto ao movimento popular não deixa de ser necessário e importante, mas não pode ser considerado determinante, porque os laços inter-religiosos são testemunhos mais eficazes hoje.

A diocese de Passo Fundo está hoje muito tímida para não dizer omissa em relação aos acampados sem terra atuais. A história mostrou um engajamento eficaz no passado recente. Possivelmente a recuperação desta história e sua sistematização, seja um caminho de volta a esta prática de efetivo apoio à causa defendida pelo Movimento Sem Terra. É possível começar de novo ²¹⁰.

Portanto, como percebemos, grandes mudanças ocorreram no interior da Igreja e também em relação ao próprio MST, principalmente no papel de mediação. Com a ideologia

²⁰⁹ FOSCHIERA, Leonardo... Entrevistado no dia 04 jan. 2010

²¹⁰ Idem.

religiosa que predominava entre os sem terra acabou passando para uma ideologia mais política a Igreja Católica deixou de ser o agente que estava na organização e orientação dos acampados, passando a apoiador do MST.

No quarto capítulo analisaremos como se dá a presença das pastorais religiosas junto ao movimento, ou seja, como a religiosidade se desenvolve junto aos acampados, mesmo sabendo que desde a metade da década de 1980 a linha de frente e ideológica dos sem terra não tem mais a mística religiosa como motivadora a organização e orientação dessas pessoas que vivem embaixo de lonas, reivindicando a reforma agrária. No último capítulo tratamos da busca pela reforma agrária por meio de novos atores e, assim, de uma mística diferente de enfrentar a luta pela terra.

CAPÍTULO - IV

A CPT e o conflito agrário na Fazenda Coqueiros 2004 - 2009

Neste quarto capítulo descreveremos o conflito agrário na Fazenda Coqueiros, analisando como se deu a presença da Igreja Católica neste espaço, visto que em conflitos anteriores, como na Encruzilhada Natalino e Annoni, esteve sempre presente, por meio da mediação e das pastorais da CPT, orientando e organizando os camponeses na busca pela reforma agrária.

Entretanto, no novo conflito surgido no ano de 2004 em Coqueiros do Sul, a Igreja Católica parece não tido a mesma presença de pastoral junto aos acampados. Este é ponto fundamental de pesquisa e de aprofundamento neste estudo, que se guia pela seguinte questão: Por que houve o afastamento da Igreja Católica nos conflitos agrários junto aos acampados? A busca por respostas à questão dá-se principalmente por meio de entrevistas com os dois elementos estudados neste trabalho, ou seja, com os sem terra e a Igreja Católica.



Figura 9: Localização dos acampamentos dentro da Fazenda Coqueiros.
Fonte Zero Hora 29/02/2006.

4.1 Os movimentos sociais populares no início do século XXI

Iniciamos um novo século com uma enorme diversidade de movimentos sociais populares, que lutam por demandas rurais e urbanas, gerais e específicas, locais e globais. Muitos desses movimentos foram crescendo e se articulando de tal forma que hoje são movimentos nacionais com bases em quase todo território nacional. Outros tantos, especialmente os que contemplam demandas mais específicas, podem ter organização e base bem localizadas num município, região ou estado. O importante, e neste sentido o Fórum Social Mundial está contribuindo muito, é que muitos movimentos sociais estão percebendo que é preciso conjugar lutas locais com lutas nacionais e internacionais e que essas lutas precisam extrapolar, em muito, as lutas específicas de uma ou outra categoria de trabalhadores. Nesta compreensão, hoje há uma infinidade de articulações, redes e fóruns de organizações e movimentos sociais em âmbito localizado, regional, estadual, nacional e internacional. Enquanto o neoliberalismo globaliza a economia, os movimentos sociais buscam planetarizar a solidariedade e as lutas conjuntas, buscando mudanças conjunturais e estruturais que apontem para um outro mundo possível.

Conti afirma:

Indiscutivelmente, o maior desafio de nosso tempo para os movimentos sociais populares com suas redes e fóruns de articulação é estabelecer um convívio marcado pelo respeito ao pluralismo e às diferenças, superando questões que dividem e fortalecendo articulações em todos os níveis, em torno de agendas comuns que apontem para questões estratégicas de solidariedade desde o âmbito local, passando pelo regional, nacional e chegando à solidariedade planetária. Um segundo desafio é estabelecer um adequado equilíbrio entre ações de sujeitos individuais (ator individual) e sujeitos coletivos (ator social). Outro desafio é olhar, conceber e exercer militância nos movimentos sociais populares, sem ingenuidade, mas com postura crítica. Não existe movimento social popular puro e perfeito. Cada um traz consigo a expressão das correlações de forças internas e externas e as características de seu contexto histórico. Pois, cada um, a seu jeito, nasceu para responder a demandas específicas ou gerais, de curto, médio ou longo prazos, visando contribuir na transformação social. Finalmente, um desafio vital para os processos de transformação social trata da necessidade dos movimentos sociais voltarem a acreditar e apostar na organização e mobilização social e em sua capacidade de empreender mudanças e transformações sociais a partir das lutas sociais de suas bases organizadas, de modo mais processual e menos como eventos²¹¹.

Nos anos recentes, muitos movimentos e organizações sociais perderam suas referências históricas, burocratizaram-se e institucionalizaram-se, contentando-se com políticas de resultados e com a manutenção do *status quo*; assim, abandonaram ou relativizaram os projetos e a utopia de transformação social. Agora, a ousadia e a criatividade de novos

²¹¹ CONTI, Irio Luiz. Mestre em Sociologia (UFRGS), ...Entrevista no dia 23 fev. 2010.

movimentos sociais brasileiros tendem a apresentar sinais de um novo auge depois de longos anos de refluxo.

Portanto, podemos constatar que os movimentos sociais são caracterizados por sua militância e pela sua representatividade junto à sociedade. Segundo Pegoraro ²¹², “o que os identifica e os caracteriza como grupo é a busca de um ideal”. Então, temos a utopia²¹³, que serve de finalidade e é a motivadora de todo o caminhar, de toda busca e de toda a luta. Conhecendo a utopia, entende-se um pouco das muitas ações desenvolvidas e dos objetivos de tais atitudes, no sentido de exercer pressão para conquistar o que almejam.

Para Maria da Glória Gohn ²¹⁴, os movimentos sociais são definidos “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de população se organizar e expressar suas demandas”. Logo, são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos, pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de força social na sociedade civil. As ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade; desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comum.

Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Essas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou de longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país, e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas as que estão articulados em suas densas redes e dos projetos políticos que constroem com suas ações. “Eles têm com base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política,

²¹² PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais: os desafios ao agente de pastoral*. Instituto de Teologia e Pastoral – ITEPA – (Monografia da Teologia) Passo Fundo, 2008.

²¹³ Utopia vem do grego ou negação, topos = lugar, portanto é o lugar do sonho, lugar que não existe. Aqui entendemos utopia, não como o lugar que não existe, mas como lugar que se quer construir. Para Thomas Morus, utopia é um lugar novo e puro onde existira a sociedade perfeita. Aqui entendida como esperança, sonho, ideal, construção de uma nova sociedade. O utopismo, consiste na idéia de idealizar não apenas um lugar, mas uma vida, um futuro, criando o novo que é contrário ao que existe no mundo real. É esta utopia que mesmo diante de tantas dificuldades, não deixa morrer a vontade de buscar e concretizar o sonho de vida digna. In: PEGORARO, Eduardo. *Movimentos*, 2008. p.13.

²¹⁴ GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 13.

com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou políticas culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam” ²¹⁵.

Assim, podemos identificar a coletividade, que é o que dá força e torna um movimento representativo, capaz de se estruturar e fazer frente às mais diferentes realidades que quer alcançar. Portanto, a união e a organização do MST constroem a identidade do grupo, e é no coletivo que as pessoas encontram forças para questionar a estrutura fundiária da grande propriedade e, ao mesmo tempo, buscar os seus direitos.

Segundo Pegoraro, “identificar-se e associar-se fortalece a luta e dá um caráter de solidariedade à busca pessoal” ²¹⁶. Outro conceito de Gohn é a configuração da ação do movimento social fora dos espaços institucionais, dando-lhe uma expressiva liberdade. Assim, o que orienta as ações são as necessidades e interesses comuns ao grupo, sem se prender a regras institucionais. Portanto, são protagonistas, buscando a transformação da sociedade; organizam-se autonomamente em relação às instituições, o que lhes possibilita fazer uma nova interpretação da realidade social e, até, promover ações não apoiadas pelas instituições, como a Igreja ou partidos políticos.

A perspectiva dos movimentos sociais é de transformar interesses individuais em objetivos coletivos e, em última instância, visa à transformação de toda a sociedade. Segundo Pegoraro, “o movimento social quer transformar a situação de dificuldade e carência em que a mesma se encontra e, para isso, acaba mexendo com as estruturas da sociedade vigente” ²¹⁷. O *Dicionário de ciências sociais* nos traz a seguinte compreensão: “movimentos sociais são as tentativas coletivas de provocar mudanças, no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social” ²¹⁸.

As ações desenvolvidas pelos movimentos sociais são interpretadas pela sociedade de maneira bastante diversa. Segundo Pegoraro,

algumas pessoas comungam de seus ideais e partilham da idéia de que é preciso construir relações justas e solidárias, por outro lado, há aqueles que criticam e vêem nos movimentos sociais uma ameaça à ordem estabelecida. Em síntese este último grupo não aceita a maneira de viver, de fazer a busca de seus direitos e o caráter revolucionário de determinados movimentos sociais ²¹⁹.

A participação política e a militância no interior da sociedade e internamente no movimento estão entre as características das pessoas ligadas aos movimentos sociais. Como o

²¹⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 251 – 252.

²¹⁶ PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais:..., 2008*. p. 14.

²¹⁷ Idem. p. 11.

²¹⁸ DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª Ed. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 788.

²¹⁹ PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais:..., 2008*. p. 11.

movimento social não é institucionalizado, precisa criar espaços para se fazer visível e para pressionar a sociedade com suas reivindicações, conforme Pegoraro descreve: “Essa interação pode ser pacífica ou conflituosa, dependendo do atendimento de suas necessidades e da reação dos outros grupos sociais, destacam-se passeatas, atos públicos, muitas vezes, resultando em confronto com a polícia”²²⁰. Assim, os movimentos sociais se configuram como uma nova maneira de organizar e reivindicar os direitos.

Ao se manifestar publicamente, os integrantes do MST acabam questionando aquilo que é tido como algo dado, como garantia jurídica a uma ordem estabelecida. O grande conflito é a propriedade privada, assegurada pela legislação vigente e objeto de protesto por parte das camadas populares, principalmente aquelas organizadas pelo movimento sociais. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º²²¹, “aquele que não cumprir com a função social da propriedade, poderá perdê-la, mediante ressarcimento por indenização”. Portanto, mesmo a propriedade privada, protegida por lei, pode ser desapropriada pelo governo federal se for uma terra improdutiva ou não cumprir com o papel previsto na Carta de 1988. E é isso que o movimento busca em suas reivindicações.

Por sua vez, os proprietários condenam a insegurança e questionam as atitudes dos movimentos sociais. Assim, fica a pergunta sobre a interpretação e o posicionamento dos atores sociais responsáveis pelo cumprimento da lei e a prática da justiça.

Os movimentos sociais também se modificam, porque em cada época são estabelecidas relações diferentes com instituições e outros atores sociais. Essas mudanças, segundo Pegoraro, “têm por objetivo o estabelecimento de novas estratégias para atender às necessidades e demandas, a partir da leitura da situação sociopolítica e econômica que envolve o movimento e o conjunto dos atores sociais”²²².

Portanto, as estratégias e parcerias poderão mudar, por estarem diretamente relacionadas à identificação de forças sociais que atuam em confronto ou em cooperação com os movimentos. Percebemos que o processo histórico deixa clara a caracterização dos movimentos sociais como os “grandes agentes das mudanças sociais, da dinamização da política e da ação Estado, ou então, mais recentemente, como parte da institucionalidade,

²²⁰ PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais:...*, 2008 p. 11.

²²¹ Art. 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade deverá a função social; XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos pela Constituição.

²²² PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais:...*, 2008. p. 11.

modificando sua forma de organização e objetivos”²²³. Essa institucionalidade se refere ao processo que resulta da própria história organizativa do movimento, que tende a se institucionalizar, embora as carências e demandas, garantidas pela Constituição ou por lutas anteriores, não sejam estendidas automaticamente a outros indivíduos com as mesmas necessidades.

Como vimos, apesar de os movimentos sociais serem grupos que atuam na sociedade, não estão submetidos às leis que regem cooperativas, partidos políticos, sindicatos, Igreja e outras entidades e instituições. Segundo Pegoraro, os “movimentos sociais estão mais preocupados em encontrar alternativas para conquista daquilo que julgam ser seus direitos; por isso, regem-se pela lei da união dos fracos, que, unidos tornam fortes”²²⁴. Eles têm, então, a sua organização e suas lideranças nem sempre fáceis de serem identificadas e responsabilizadas.

4.2 Redefinições nas ações do MST

Na década de 1980, muitas ocupações ocorreram em todo o Brasil, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foi nesse momento que se estabeleceu uma grande relação entre o MST e a CPT. Portanto, a CPT sempre apoiou o movimento, mas “o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam”²²⁵.

A Igreja apoiou o movimento que estava sendo gerado, pois as lutas eram ligadas às condições de vida digna para todos. “A Igreja apoiou seu surgimento pensando até uma pastoral específica. Pastoral essa que continua ainda hoje presente em nosso meio, pois o problema da terra ainda não foi solucionado, há muito que fazer e transformar”²²⁶.

O movimento foi se fazendo de lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Esse caráter popular de uma forma de organização, do qual participam as mulheres, as crianças, os homens e os jovens, diferencia ou o movimento das outras instituições políticas. Segundo Fernandes,

durante a formação do Movimento, as famílias criam espaços de participação porque a dimensão da luta pela terra requer e envolve a todos. Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Daí a necessidade da participação de todos.

²²³ KUJAWA, Henrique. Movimentos sociais: retrospectivas e os novos desafios. In: *Ciências sociais: temas contemporâneos*. João Carlos Tedesco e Elenice Pastore (org), Passo Fundo, Ed. Méritos, 2005. p. 167.

²²⁴ PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais:...*, 2008. p. 14.

²²⁵ Idem, p. 47.

²²⁶ Ibid. p. 38.

Também perceberam que nesse ponto residia toda a força política. A participação das mulheres e das crianças no enfrentamento com a polícia demonstra que a luta é de vida e de morte²²⁷.

À medida que todos se incluem no movimento, os camponeses tornam-se uma potencialidade extraordinária, de modo que o MST está sempre a multiplicar o seu poder político de luta e resistência.

Hoje a realidade do MST não é mais a mesma, porque as pessoas que compõem o movimento não são todos trabalhadores da terra. Muitas pessoas que estão no MST provêm das periferias das cidades, onde não encontraram mais trabalho e, assim, não conseguindo mais se sustentar, engrossam os acampamentos. Esse é um fator diferencial para a luta e conquista da terra se comparado com o início da década de 1980. Dentro da estrutura e da organização do movimento aparecem algumas realidades que são bem definidas. A primeira é o próprio acampamento, representando um tempo em que os sem terra passam sob uma lona, enfrentando muitas dificuldades e recebendo formação; é um lugar provisório enquanto aguardam a conquista da terra para morar, nela trabalhar e, assim, ganhar seu próprio sustento.

Outra realidade que se faz presente no MST é o assentamento, quando já conquistaram a terra, mas é preciso ter condições de trabalhá-la. Portanto, não basta ter a terra; é preciso organizar-se, buscar apoio do governo, criar grupos de trabalho, etc. Os assentamentos não perdem a ligação com o MST; precisam prestar serviço comunitário e com este trabalho gerar alimento para aqueles que ainda estão vivendo nos acampamentos. É uma maneira de ser solidário com aqueles que estão ainda buscando um pedaço de terra.

Contudo, essa diversidade vivida pelo MST não o deixa perder sua identidade de luta pela terra. Essa experiência vai além da participação da família, e dela podem participar todos os que quiserem lutar pela reforma agrária.

Então pode entrar o professor, o padre, o engenheiro agrônomo, o advogado, o técnico, o administrador, etc. Essa condição deu consistência ao MST, que ao se abrir para a participação superou as características típicas do movimento camponês, que participavam os homens e mulheres que trabalhavam na terra²²⁸.

Segundo líderes do MST, a organização interna conduz as pessoas, mesmo as que não tiveram contato com a terra, a entender o que se quer com a luta, o que acontece dentro de um acampamento que vai tornando as diversas realidades em objetivos comuns. Os cargos nunca são individualizados, pois sempre se preza pelo coletivo como espaço de construção, do qual todos participam. Quase não há burocracia dentro do acampamento e a organização através da coletividade facilita, tanto que os sem terra nunca tiveram um presidente que os coordenasse.

²²⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 84.

²²⁸ Idem. p.86.

Ainda, o assentamento continua sendo um espaço muito propício para a vivência do diálogo fraterno e do trabalho comunitário. Mesmo cada um tendo o seu pedaço de terra, o que não desmerece a participação e o trabalho coletivo, existem lideranças que ajudam a organizar melhor a vida do grupo, pensando alternativas para os principais problemas e dificuldades enfrentados.

O movimento também é portador de uma mística e uma espiritualidade, diferentes de muitas realidades e conceitos que se podem ter. Aqui a mística é muito mais existencial e vivida no dia a dia, principalmente quando a realidade requer uma postura e um discernimento maior sobre tudo aquilo que acontece. Sabemos que essas duas dimensões fazem parte da vida do movimento e se expressam de maneira diferente. Cada grupo de acampados, em especial seus componentes, identifica-se com uma espiritualidade e cultiva uma mística. Eles se identificam com uma mística própria, que lhes dá força e coragem para enfrentar, por vários anos, o sofrimento, sempre em busca de seus objetivos e da concretização do ideal de vida.

Para que haja clareza e coerência no projeto que se busca não pode haver fanatismo: “Essa clareza da opção e a força para perseverar nela são uma questão de espiritualidade (ou mística). Para não cair na ambigüidade, na estagnação, na perda de radicalidade ou no fanatismo.”²²⁹ E é nessa relação, entre a vida concreta e o sonho-utopia, que podemos compreender e perceber a importância de uma mística fundamentada na experiência concreta e na Palavra de Deus.

Portanto, a organização precisa ser compreendida como algo que está em permanente construção. A identidade de grupo pode ser a mesma, mas as necessidades estão em permanente construção. Existem diferenças de grupo para grupo e de pessoa para pessoa e maneiras diferentes de se entender cada realidade; algumas são compreensíveis racionalmente, outras nem mesmo com o uso da razão podem ser entendidas. Uma dessas realidades é a resistência, que se prolonga por muitos anos e não acaba nem mesmo quando são assentados.

4.3 Desocupação ou desapropriação da Fazenda Coqueiros?

O município de Coqueiros do Sul está localizado na região Norte do Rio Grande do Sul e foi emancipado em 20 de março de 1992, desmembrando-se do município de Carazinho. Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, possui uma população de 2.931 habitantes e uma área de 272 km², estando distante 291 Km de Porto Alegre, segundo dados de 2008.

²²⁹ COMISSÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CPT. *Saberes e olhares: a formação e educação popular na comissão pastoral da terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 60.

Segundo Foschiera²³⁰, a colonização do município de Coqueiros do Sul iniciou-se por volta de 1920 e em 1934 passou a ser conhecido como distrito de Coqueiros, criado por lei municipal do ano de 1934, com 60% de sua população composta por alemães e o restante, por lusos, italianos e outros. Até 1992 fazia parte do município de Carazinho.

A Fazenda Coqueiros é considerada pelo Incra como “altamente produtiva”, inserida numa região de agricultura moderna, com característica de culturas da soja e do trigo, com grandes “granjas”, histórica presença de meeiros, arrendatários e pequenos agricultores. Contudo, há uma grande polêmica em relação à desapropriação para o assentamento da área. Abrangendo 30% das terras do município de Coqueiros do Sul, a fazenda totaliza 7 mil hectares registrados, área em que poderiam ser assentadas 465 famílias

Os acampados tiveram como matriz-central as margens da BR 386, próximo ao município de Sarandi. A fazenda faz divisa com a Annoni, que foi palco de conflitos agrários nos anos finais da década de 1980. Segundo Tedesco e Pagliochi,

o acampamento da Fazenda Coqueiros possui denominações variadas em razão de alterações em seu interior, porém é mais conhecido como “Acampamento Sarandi” por localizar-se próximo a cidade do mesmo nome. Os outros acampamentos que decorreram desse e que foram desmantelados em 2008 denominavam-se “Acampamento Jandir” e “Acampamento Serraria”, alguns denominam o primeiro de “Acampamento Oziel Alves”, ou o da “Fazenda Coqueiros”, o segundo de “Acampamento Sepé Tiaraju” e/ou do “Passo do Cabrito”. Jornais colocam nomes variados e membros do Movimento também denominam em razão de significados pessoais e ou denominações mais familiares que, aos poucos, foram sendo disseminadas no interior do grupo²³¹.

Nesse local estiveram acampadas, em média, quatrocentas famílias, porém houve um momento (2006) em que se atingiram oitocentas, pois se visualizava a possibilidade da desapropriação da fazenda. O acampamento era constituído por filhos de pequenos agricultores, pessoas não contempladas com o assentamento da Fazenda Annoni e, ainda, por moradores da periferia urbana de várias cidades do estado do Rio Grande do Sul. Como estratégica desse acampamento podemos destacar a seguinte:

Desde a 1ª ocupação o MST teve uma estratégia de ocupação que dava amparo para permanecer na região. Pois, ao ocupar pela primeira vez a Fazenda Coqueiros, o movimento alugou uma área e comprou um pouco de terra na região do Passo dos Cabritos, as quais localizavam-se ao lado da Fazenda Coqueiros, o que facilitou inúmeras ocupações, partindo dessas “terras legais” que ocupavam²³².

²³⁰ FOSCHIERA, E. M. A Fazenda Coqueiros e a luta pela terra. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. *Conflitos agrários no Norte gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 201-224.

²³¹ TEDESCO, J. C.; PAGLIOCHI, C. *Fazenda Coqueiros: síntese de um longo conflito pela terra no Norte do RS– 2004-2009* In: III SEMINÁRIO REGIONAL DE HISTÓRIA – UPF, 2009, p. 4.

²³² SOUZA, Acácio Scheidt de. ex-prefeito pelo (PDT), ex-prefeito de Coqueiros do Sul, atuou como prefeito do município por duas gestões, a 1ª de 1997 – 2000 e a 2ª de 2005 – 2008. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.



Figura 10: Vista do acampamento na Fazenda Coqueiros em 2007.
Foto disponível em www.sindicatouralczo.org.br²³³.

Portanto, a estratégia no processo de ocupação da Fazenda Coqueiros era que, quando a Brigada Militar chegasse para a desocupação, os integrantes do MST voltariam para suas terras legais, o que lhes dava amparo para permanecer ali. Isso durou até no ano de 2008, quando a Justiça decidiu que deveriam ser retirados os acampamentos existentes na Fazenda Coqueiros.

O ex-prefeito Acácio relata sobre a presença do MST durante a sua administração, de 2005 – 2008:

Não foi uma tarefa fácil de administrar um município com esse conflito, pois procurei sempre através das melhores formas legais a mediação, para que a desapropriação fosse feita, mas não encontrei muito apoio e interesse por parte dos órgãos do estado do Rio Grande do Sul e então tivemos que aguardar a decisão do governo federal que até hoje não solucionou o problema²³⁴.

Ainda nesse período, o Município forneceu aos acampados toda a estrutura de educação, saúde, assistência social, enfim, conforme o ex-prefeito Acácio Souza, “tudo o que cabia aos seus munícipes foi colocado a disposição dos sem terra”. Por causa disso, houve muitas críticas de munícipes que não concordavam com a atitude do ex-prefeito em dar assistência ao MST. Todavia, ele defendia que todos têm direitos iguais no município.

A história do município de Coqueiros do Sul ficou conhecida em toda a região e estado gaúcho depois dos conflitos agrários ocorridos na Fazenda Coqueiros. Destacaremos neste primeiro momento a visão de quem deu apoio à desapropriação:

²³³ Sindicato Rural de Carazinho. Ver: www.sindicatouralczo.org.br

²³⁴ SOUZA, Acácio...Entrevista em 18 de nov. 2009.

Primeiro lugar o crescimento do município com ofertas de trabalhos e ainda tínhamos o aumento de arrecadação de impostos. Pois sabemos hoje a declaração e arrecadação da contribuição de imposto da Fazenda Coqueiros, é igual a uma produção de quatro aviários em produção²³⁵.

Além da visão de progresso que não aconteceria se não houvesse a desapropriação, o ex-político deixa transparecer as dificuldades de diálogo que encontrou ao procurar o dono da Fazenda Coqueiros Sr. Félix Guerra, quando o seu município autorizou as mudanças da rede elétrica que abastecia Coqueiros do Sul, mesmo sabendo que seria para o bem de toda a população. Segundo seu Acácio,

esta rede elétrica que abastece hoje o município de Coqueiros do Sul, passava pela mata nativa da propriedade do Fazenda Coqueiros, então quando dava um raio, ou um galho de árvore caía na rede elétrica, todo o município fica dois a três dias sem energia elétrica por causa da dificuldade de acesso dos técnicos para fazerem o devido reparo dentro da floresta, o que causava grandes transtornos, para toda a população, como por exemplo agricultores que tinham produção de leite tiveram que comprar motor a diesel para não terem maiores prejuízos. Então foi feito um projeto, via a empresa que faz o abastecimento de energia, a qual tirava a rede que atravessava a área florestal e trazia a mesma pela beira da estrada que dá acesso a cidade de Coqueiros do Sul²³⁶.

O entrevistado relata que a prefeitura e a empresa da rede de abastecimento de energia enfrentaram um conflito com o proprietário, porque os técnicos fixavam os postes e os empregados da fazenda os arrancavam, até que, com a ajuda de integrantes do MST, foi possível trazer a rede pela beira da estrada de acesso. Agora, quando falta luz em pouco tempo é restabelecida pela facilidade de acesso dos técnicos à rede.

Olhando por esse aspecto, percebe-se que Félix Guerra nunca priorizou o bem de Coqueiros do Sul, segundo o ex-prefeito Acácio, pois poderia trazer emprego para as pessoas do município mas os empregos oferecidos na fazenda são somente como diaristas na época da plantação e da colheita, o que não contribui com o município. De fato, não há muitas pessoas com carteira assinada que trabalham de modo fixo para a fazenda.

Ainda como apoio à desapropriação da fazenda, destacamos a contribuição do vereador Zambiasi, que faz uma análise sobre a desapropriação e o assentamento:

Tem um agricultor com um hectare de terra e o mesmo possui dois aviários, e um outro vizinho com um pouco mais de três hectares, e esse possui três aviários. Então, é incrível que numa área de 5 hectares de terra no mesmo município se tenha mais arrecadação do que em toda a Fazenda Coqueiros, que é mais de 7 mil hectares²³⁷.

Segundo o ex-prefeito Acácio, “o Incra, tinha dados que poderiam serem assentadas em torno de 400 famílias de agricultores nesta área da Fazenda Coqueiros”. Isso levaria a um

²³⁵ SOUZA, Acácio...Entrevista em 18 de nov. 2009.

²³⁶ Idem.

²³⁷ ZAMBIASI. Secretário da Educação no período de 2005 – 2008 e atual vereador do município de Coqueiros do Sul. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.

grande crescimento do município como um todo, pois haveria muito mais famílias trabalhando, contribuindo para que Coqueiros do Sul se desenvolvesse. Como exemplo desse crescimento destaca:

Lá no Distrito de Xadrez, aonde existia um bar, esse mesmo estabelecimento se tornou em um mercado de vários produtos. No centro da cidade, a padaria cresceu também, e em outros lugares houve um crescimento expressivo. Tudo isso ocorreu devido à presença do MST, que estavam aí contribuindo com o município²³⁸.

Os próprios sem terra que recebem alimentos vindos do Inbra consomem as mercadorias oferecidas no mercado do município de Coqueiros do Sul. Portanto, esse dinamismo econômico era visível com a presença do movimento dos sem terra.

Nessa mesma perspectiva, muitos outros municípios acabaram apoiando a desapropriação da Fazenda Coqueiros. Inclusive, foi elaborado um abaixo-assinado²³⁹ que manifestava o apoio de vários prefeitos e entidades, como a Farsul e sindicatos de trabalhadores rurais, enviado para o ministro do Desenvolvimento Agrário e superintendentes do Inbra, manifestando a preocupação com o que se passava na região e a premência da necessidade de desapropriação da fazenda, pois entendiam que a reforma agrária somente traria progresso ao município e à região.

Segundo Acácio, “o município de Coqueiros do Sul não oferece atualmente muitas oportunidades de emprego, fazendo com que muitas dessas pessoas saiam à procurar empregos em outras cidades da região”. Segue seu relato:

Todos os dias muitas pessoas daqui do próprio município precisam fazer uma viagem de Coqueiros do Sul até a cidade de Passo Fundo, percorrendo cerca 160 km diários, para poderem trabalhar e ganhar o sustento da própria família, pois o nosso município não oferece hoje grandes oportunidades de emprego. Então muitos de nossos munícipes vivem essa situação, mas se fosse feita a reforma agrária da Fazenda Coqueiros, com certeza poderíamos todos ter empregos aqui mesmo dentro do próprio município²⁴⁰.

As mudanças a ocorrerem, caso seja feita a reforma agrária na Fazenda Coqueiros, são expostas no quadro a seguir:

	Fazenda Guerra hoje	Fazenda Guerra quando for Assentamento
Número de famílias	2 famílias dos capatazes	Famílias assentadas morando numa área lote de 15 hectares cada uma.

²³⁸ SOUZA, Acácio,...Entrevista em 18 de nov. 2009.

²³⁹ O documento em prol da desapropriação da fazenda foi assinado pelos prefeitos de Coqueiros do Sul, Almirante Tamandaré do Sul, Pontão, Jaboticaba, Ernestina, Taquaruçu do Sul, Nonoai, Nova Boa Vista, Constantina, Novo Xingu, Pinhal, Santo Antônio do Palma e São Pedro. Entidades regionais como o Corede (Conselho Regional de Desenvolvimento) e em nível nacional também deram apoio nesse sentido, como a CPT, Conic, CEBI, Cáritas, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros.

²⁴⁰ SOUZA, Acácio,...Entrevista em 18 de nov. 2009.

Emprego	2 capatazes fixos e no máximo 20 empregos temporários	1400 empregos diretos na agricultura, sem contar empregos de professora, técnicos...
Escola	Nenhuma escola na fazenda	Escolas e creches para atender mais de 400 crianças
Produção	Milho, soja e gado de corte para a exportação.	Grande variedade de produtos como grãos, leite, verduras, pequenos animais para serem vendidos no comércio local.

Fonte: TEDESCO, J.C; CARINI, J.J. Conflitos agrários... 1980-2008. p. 206

“O referido documento demonstra em dados às alterações no processo econômico e de desenvolvimento regional se a referida fazenda fosse desapropriada e viabilizada a reforma agrária”²⁴¹. O quadro revela a verdadeira importância da reforma agrária não só para os sem terra, mas para o crescimento do próprio município.

Segundo Foschiera, a reforma agrária para o MST é relatada da seguinte forma:

Cada família assentada pela reforma agrária gera mais 5 empregos. Se os governos Federal e Estadual assentassem as 2.500 famílias que estão acampadas, nosso Estado teria gerado mais 12.500 empregos diretos, além dos empregos indiretos na construção de casas, vendas de eletrodomésticos, insumos agrícolas e ferramentas, estimulando o desenvolvimento dos municípios. Além disso, a produção dos assentamentos de reforma agrária leva para cidade produtos mais baratos e mais saudáveis. Mais de 70% do que chega na mesa do trabalhador, vem dos agricultores familiares.²⁴²

Ainda Foschiera descreve a visão dos acampados:

gostariam que a sociedade compreendessem que os integrantes do MST lutam por terra, trabalho e para produzir alimentos. E desta forma, ajudam a melhorar a vida na cidade, aumentando a produção de alimentos, diminuindo a ida de pessoas do campo para buscar empregos na cidade e incentivando a economia dos municípios. Por isso, a reforma agrária não é uma luta só dos acampados, mas de todos que querem um Brasil mais justo e desenvolvido²⁴³.

Conforme entrevista feita com o ex-prefeito Acácio, observa-se a importância da desapropriação da Fazenda Coqueiros:

Primeiramente, o proprietário Félix Guerra, dono da Fazenda Coqueiros, é a pessoa mais rica do município, tendo sozinho quase 30% das terras do atual município em seu nome. E o que é mais revoltante é que ele nunca comprou nenhum prego aqui do município, não contribui com o nosso crescimento, pois ele só tira daqui. Ele é um grande produtor hoje de soja, milho e de gado para corte. Para se ter uma idéia, a sua contribuição de impostos ao município da Fazenda Coqueiros é igual a uma arrecadação de quatro aviários apenas, pois sabe-se que os agricultores que têm aviários compram tudo com notas, não

²⁴¹ Comissão Pró-desapropriação da Fazenda Coqueiros. Parte do documento assinada por prefeitos e entidades regionais, o qual já citado anteriormente.

²⁴² FOSCHIERA, E. M. A Fazenda Coqueiros e a luta pela terra... 2008, p. 201-224.

²⁴³ Idem.

escapando nada, e isso eleva a arrecadação do município. Por isso, acredita-se que, se fosse feita a reforma agrária dessa fazenda, o município iria crescer muito mais ²⁴⁴.

Portanto, percebe-se que existem muitas pessoas, inclusive autoridades do município de Coqueiros do Sul, entendem que com o assentamento da Fazenda Coqueiros o município acabaria tendo um grande desenvolvimento.

Entretanto, na opinião de outros entrevistados, não foram apenas fatos positivos que o município de Coqueiros do Sul viveu durante a presença do MST na região. O prefeito Rafael Kochenborger ²⁴⁵ diz nunca ter sido contrário à presença do movimento e à desapropriação de terras no estado ou país. Contudo, condena a forma como foi instituída em Coqueiros do Sul, pois, segundo o político, a ocupação instalada na Fazenda Coqueiros foi marcada por muito “vandalismo, muita pressão e muita violência”. Conta que, quando da primeira ocupação, as pessoas ligadas ao MST

invadiram, derrubaram mato, cortaram cercas, as matas da fazenda, que é a maior reserva da América Latina, com reservas de mata frente ao 7 mil hectares no interior da propriedade, então isso é um verdadeiro zoológico com animais, como pacas, lebres, jacus e outros animais. Tudo isso com a presença do movimento começou a desaparecer; portanto, fizeram barbáries. Se avistassem uma laranjeira com fruto, acabavam invadindo e não respeitando as fronteiras do patrimônio particular. Isso se prolongou por todos os anos que esses acampados estiveram na fazenda de 2004 a 2009 ²⁴⁶.

Portanto, Coqueiros do Sul nunca tinha visto nem vivenciado essa situação, o que gerou entre a população intranquilidade e insegurança. Segundo o entrevistado ²⁴⁷, “na cidade, até não haver a presença dos sem terras no município, todos saíam e deixavam a casa sem chavear, o carro com a chave na ignição, deixavam a bicicleta encostada a uma árvore e tudo isso era normal, ninguém mexia em nada”. A partir da presença do MST na fazenda da família Guerra, entretanto, essa tranquilidade acabou, pois as pessoas começaram a se sentir inseguras.

No período que os sem terra estiveram aqui presente aumentou o índice de furtos em toda a região. Como exemplo desses furtos: um agricultor que tinha uma plantação de mandioca ou batata-doce, quando ia colher, não encontrava nada, pois já tinha sido roubada a colheita ²⁴⁸.

Ainda destaca que não foi comprovado que esses furtos teriam sido praticados por pessoas ligadas ao MST, inclusive podem ter como autores outras pessoas que não eram do movimento e agiram aproveitando-se da situação. Portanto, são hipóteses, pois não se tem uma confirmação.

²⁴⁴ SOUZA, Acácio,...Entrevista em 18 de nov. 2009.

²⁴⁵ Atual Prefeito de Coqueiros do Sul, (gestão de 2009 – 2012).

²⁴⁶ KOCHENBORGER, Rafael. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Ibid.

Em 2005 houve a troca de prefeito em Coqueiros do Sul, assumindo uma nova gestão, da coligação PDT, PMDB e PT, a qual começou a dar sustentabilidade e apoio ao movimento para a desapropriação, segundo o atual prefeito Rafael. “Então, era toda a semana uma invasão, uma máquina dinamitada, caminhão incendiado, cerca cortada, matavam dez cabeças de gado”.

Tudo isso passou a ser uma rotina, segundo o prefeito Rafael, o qual realça que os primeiros anos de 2004 a 2007 foram os mais aterrorizantes; depois até 2009 a população começou a se acostumar com os eventuais acontecimentos. Então, passou-se a conhecer o município como a terra do MST, pois era o que se acompanhava toda a semana por meio da mídia, que destacava o conflito da Fazenda Coqueiros do Sul.

Outro problema que Rafael ainda destaca é “que o município de Coqueiros do Sul não estava preparado para receber esse grande contingente de pessoas que acabaram entrando no município através do MST”. O prefeito afirma:

O município não estava preparado para atender mais de mil pessoas na saúde, na educação e na infraestrutura. Esse inchaço da população mudou a vida dos coqueirenses, pois, então, o município precisou de mais remédios, mais atendimentos e que não respeitam muito filas, achando que têm sempre a prioridade por se tratarem de pessoas mais simples. Então, o próprio médico ia atender no acampamento. As crianças frequentavam as nossas escolas, etc. Era todo um novo sistema de vida, bem diferente, que se instalou para a nossa população. Como exemplo, tinha crianças que fumavam na escola, com aprendizado muito baixo, etc. Tudo isso gerava um desconforto e problemas as pessoas que eram do município ²⁴⁹.

O atual prefeito de Coqueiros do Sul posicionou-se contra a desapropriação e a presença do MST no seu município, pois, além de todos os problemas já relatados, alegou

que a Fazenda da Família Guerra é altamente produtiva, destacando-se na criação de gado para corte, produção de soja, milho e tendo também a maior reserva de mata natural da América Latina, preservando muitos animais selvagens, não deixando ninguém caçar e nem pescar na área da Fazenda da Coqueiros ²⁵⁰.

Também haveria uma grande área reflorestada de pinheiro que, segundo o atual prefeito, era o que “crescia nos olhos do MST, por causa da riqueza que estava aí.” Portanto, segundo Rafael, “somente tudo isso foi solucionado quando as pessoas ligadas ao acampamento desocuparam a Fazenda da Família Guerra, o que foi um grande alívio para o município de Coqueiros do Sul”.

²⁴⁹ KOCHENBORGER, Rafael. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.

²⁵⁰ Idem.

4.4 A grande marcha no Rio Grande do Sul em direção à Fazenda Coqueiros

Um dos grandes movimentos promovidos pelo MST foi a organização, no final setembro de 2007, de uma marcha partindo de várias regiões do estado para concentrar-se no entorno da Fazenda Coqueiros. A coluna da região Metropolitana era composta por seiscentas pessoas e partiu da cidade de Nova Santa Rita no dia 12 de setembro, em direção a Porto Alegre, onde ocupou a Superintendência Regional do Incra; depois, seguiu para Canoas, São Leopoldo, Campo Bom, Sapiranga, Caxias do Sul e Passo Fundo. No caminho para Soledade, os sem terra liberaram, por três horas, as cancelas do pedágio de Marques de Souza, o mais caro do estado.

Por sua vez, a coluna da região Norte era composta também de seiscentas pessoas e partiu de Bossoroca, na região das Missões, no dia 11 de setembro. As famílias passaram por Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga, Condor, Ijuí e Palmeira das Missões.

A coluna da região Sul era composta por quinhentos integrantes do MST, saídos no dia 11 de setembro. Esta fechou a entrada do horto florestal da empresa Votorantin Celulose, em Capão do Leão, para protestar contra o avanço do setor da celulose na região. Depois, as famílias seguiram para Pelotas, Bagé, São Sepé, Santa Maria, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Ibirubá e Selbach, antes de chegar a Passo Fundo.²⁵¹

No dia 10 de outubro de 2007, a marcha vinda da região Sul chegou ao município de Passo Fundo, onde seus líderes procuraram a Igreja para que abrisse as portas do ginásio Seminário Nossa Senhora Aparecida para acomodar as famílias que caminhavam com destino à Fazenda Coqueiros. Porém, em depoimento, um dos líderes do MST destaca sua indignação, porque “foram fechada as portas para nossos companheiros, os quais acreditavam que a Igreja iria acolher-lhes ²⁵²”. Então, representantes do movimento recorreram à Prefeitura do município e, com a mediação de entidades locais, foi possível a liberação do Ginásio Teixeira para o alojamento das setecentas famílias, oriundas na sua maioria da região de Porto Alegre e do Vale dos Sinos, evitando, assim, a instalação de barracos em estradas ou áreas abertas.

Essa marcha, que abrangeu várias regiões do estado, tinha como principais objetivos, conforme Tedesco e Pagliochi,

apoiar a luta na região, pressionar para a efetivação da desapropriação e a reforma agrária no estado, bem como criar um ambiente de visibilidade nacional para a região em torno do tema. A marcha já se fazia por quase dois meses com ações de

²⁵¹ *Zero Hora*. Porto Alegre, 17 set. 2007, p. 28. Matéria de Cleber Bertoncello.

²⁵² FELIPE 22 anos, neto de pequeno agricultor, filho de operário urbano e professora, natural de Santo Ângelo, está há três anos no movimento, estudante de Filosofia no IFIBE a um ano.

sensibilização pelas cidades onde passava, concentrações urbanas, movimentos de protestos contra o governo do estado e federal pela repressão e marasmo em torno da reforma agrária²⁵³.



Figura 11: Caminhos da marcha do MST no estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, out. 2007.

A marcha encontrou grandes problemas durante o seu percurso, pois, além da dificuldade para conseguir lugares para descansar à noite, os sem terra tiveram a proibição de prosseguir a marcha levando crianças. Isso causou revolta dos sem terra em relação aos órgãos da Justiça. A esse respeito, o jornal *Zero Hora* destacou:

Uma ação na justiça proíbe as crianças de participar a pé na marcha. Ao todo eram em torno de 380 crianças, fato esse que atrava a atenção pública e as reportagens midiáticas – “um covarde escudo usado para encobrir o crime de invasão de propriedade alheia” diziam alguns ruralistas, “um direito dos agricultores de levar os filhos”, diziam integrantes do MST²⁵⁴.

Outros vetos judiciais relativos a várias questões (segurança em especial) tentaram dificultar a marcha de colonos rumo a Coqueiros do Sul. Ainda Tedesco e Pagliochi destacam:

Um acordo judicial intermediado pelo Juiz da Infância e da Juventude de Palmeira das Missões, João Paulo Bernstein, proíbe que crianças participem da marcha a pé. Esse processo complica ainda mais a relação do MST com a justiça regional. A juíza de Cruz Alta Jocelaine Teixeira, atendendo pedido de liminar do Ministério Público, decidiu impedir que crianças saíssem do acampamento que havia sido montado provisoriamente na cidade. O argumento utilizado foi o risco de um possível confronto com a polícia e o perigo que as crianças fossem feridas²⁵⁵.

²⁵³ TEDESCO, J. C.; PAGLIOCHI, C. *Fazenda Coqueiros...*, 2009, p.14.

²⁵⁴ RUBIN, P. MST pretende levar crianças até Coqueiros do Sul. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 out., 2007, p. 48.

²⁵⁵ TEDESCO, J. C.; PAGLIOCHI, C. *Fazenda Coqueiros...*, 2009, p.14.

Mesmo assim, os integrantes da marcha decidiram caminhar com as crianças sob o olhar vigilante da polícia, a qual acreditava que, ao chegar em Carazinho, a marcha se dissolveria, tendo em vista a juíza da comarca ter decretado área judicialmente protegida. Contudo, a marcha durou dois meses, quase um mês além de previsto, em razão dos impedimentos judiciais, ausência de segurança e proteção da BM, em especial em trajetos de rodovias, ausência de local para permanecer alojados. Houve ainda alguns conflitos e tensões produzidos pela presença dos manifestantes em algumas cidades e a existência de conflitos internos.

Chegou-se ao fim no final de 2007 com um acordo entre o MST e o Incra, conforme Foschiera relata: “O acordo firmado foi aceito pelo MST em razão da promessa do governo federal em assentar esse grupo acampado na região de Passo Fundo e mais uma dezena de outros espalhados pelo Estado”²⁵⁶.

4.5 As místicas que ocorrem dentro do acampamento pós década 1990

Vimos anteriormente a importância da mística na vida dos sem terra, mas agora, de modo especial, vamos voltar a analisa-la, porque vai nos ajudar a entender melhor as novas estratégias adotadas pela ideologia do MST. Segundo Pegoraro, “a mística é o que não deixa desanimar. É preciso ter a capacidade de encantar sempre, com cada coisa, com cada pessoa. Como não podemos compreender tudo isso, algo permanece oculto”²⁵⁷.

A mística não pode confundir-se com sentimento de pena momentânea ou de compadecimento. O mistério seria encerrado com uma simples esmola e as pessoas de classes diferentes permaneceriam na mesma condição. No lugar de pena, a mística se apresenta com indignação, elevando-se para ações e sentimentos de solidariedade. A luta social é antes de tudo para resgatar a dignidade do ser, que através do corpo mostra sua identidade, e por meio dele se apresenta o aspecto dos valores como conteúdo místico, que faz as pessoas, na busca da igualdade, serem mais humanas²⁵⁸.

A espiritualidade deve ser construída com base na situação concreta do grupo. Como exemplo, no início da década de 1980, no acampamento da Encruzilhada Natalino, e depois, já na metade da década, no acampamento da Fazenda Annoni, a simbologia da cruz estava muito ligada à espiritualidade dos acampados, os quais se identificavam com aquela cruz rústica e pesada. A cruz era muito mais aquilo que eles precisavam vivenciar no dia a dia; não se podiam criar ilusões, era preciso viver as situações concretas de sofrimento e adversidade, sem

²⁵⁶ FOSCCHIERA, Elizabeth Maria. A Fazenda Coqueiros e a luta pela terra. In: TEDESCO, J.C.; CARINI, J.J. *Conflitos agrários... 1980-2008*, p. 222.

²⁵⁷ PEGORARO, Eduardo. *Movimentos Sociais e Movimentos Eclesiais:...*, 2008, p. 40.

²⁵⁸ MST. *O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos*, p. 39.

nunca perder a esperança. “Enquanto símbolo, ela catalisa o sofrimento (vida real) e a conquista da terra (utopia), não criando ilusões de que essa conquista virá sem esforço e organização. O sofrimento passou a ser encarado como uma etapa que seria superada com a conquista da terra”²⁵⁹.

Hoje algumas das práticas dos acampamentos anteriores são repetidas, mas aquela espiritualidade que acontecia nos acampamentos Natalino e Annoni, ligada à cruz e à religiosidade, não é mais realizada coletivamente. As pessoas que hoje fazem parte do acampamento da BR 386, próximo a Sarandi, relatam que

sentem a necessidade de se reunir para partilhar a vida, conversar sobre suas reais necessidades e sobre as situações que estão enfrentando, principalmente, quando se refere a desesperança que se abate sobre as pessoas. As situações concretas servem de motivação, por isso são reproduzidos nas celebrações²⁶⁰.

Então, em seu lugar são criados gritos de guerra para dar ânimo e vida aos acampados. Esse trabalho é feito por lideranças que não deixam o sonho morrer e o sofrimento e a dor dominarem no acampamento. Assim, a força de lutar e conquistar seus ideais são renovados e o processo está a cada dia sendo construído.

As místicas não são celebrações religiosas; ao contrário, são realizações culturais (teatros, danças, declamações, músicas e outras) que têm como objetivo fortalecer a identificação dos sem terra com os princípios e objetivos do MST, sendo apresentadas no acampamento Sarandi por ocasião de algum evento. Por exemplo, antes de qualquer manifestação da reforma agrária, para recepcionar visitas vindas ao acampamento, ou antes de algumas reuniões dos acampados. Assim, a mística configura-se como um forte momento de partilha e cumplicidade, envolvendo crianças, jovens e adultos, e sempre é previamente combinado o grupo que será o responsável por organizá-la.

Christine Chaves, que participou da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça no ano de 1997, relata a emoção que a mística representa para os integrantes do MST no atual quadro do movimento:

A mística é o que une. Por essa capacidade de promover a união, a mística é percebida como essencial ao MST, um Movimento cuja importância social deriva justamente da força coletiva que é capaz de agregar, da capacidade de arregimentar e organizar as “massas” – donde provém o significado verdadeiramente “estratégico” conferido à sua autodefinição como “movimento social de massas”. [...]. Ela é feita em torno dos símbolos do MST, sempre concebido sob uma representação de unidade. Com a mística do Movimento, através de seus símbolos, constitui-se uma identidade coletiva representada como portadora da luta, instrumento de transformação social. [...], os símbolos que a compõem condensam múltiplos significados da luta. Cores figuram-na temporalmente: no preto, o passado de luta, a luta presente no vermelho, e no branco, o futuro como vitória. Um desenho delimita

²⁵⁹ MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: historia de luta pela reforma agrária*, p. 81.

²⁶⁰ Líderes dos acampados da BR 386, em Sarandi.

seu lugar primeiro: o espaço moral da nação brasileira. A luta é sangue: vida. E também sacrifício, luto. Ela é tanto esperança quanto ação, é desejo e renúncia. A bandeira sintetiza a memória da luta, é símbolo de sua unidade presente, símbolo de sua vitória futura. A bandeira recobre tanto a luta pela terra quanto a luta contra as injustiças. [...], pode-se dizer que o coração da mística, que é a “alma do Movimento”²⁶¹.

Como vimos, a mística é uma prática social e política, uma vez que envolve sempre temas do cotidiano dos acampados. O objetivo da mística é unificar, mas também apresentar de forma atraente aos sem terra os ideais do movimento. Compatível com um ritual, a mística configura-se em espaços de sociabilidade e, como os rituais, auxilia na formação das identidades, por meio da significação simbólica.

Chaves destaca:

que a função primeira da mística é criar, avigorar e conservar a solidariedade social. Confiança e ação são estruturas próximas; portanto, confirma-se que a mística tem o poder de reforçar a integração social (dimensão social da mística), promovendo ação coletiva (dimensão política da mística). A dimensão social da mística acontece quando os sem terra se reúnem para participar de momentos celebrativos ou reflexivos²⁶².

Como esses momentos envolvem o cotidiano dos sem terra, os temas ou acontecimentos expostos nas místicas comovem os acampados. Dessa comoção se originam processos sociais associativos (assimilação e cooperação)²⁶³ entre eles. A comoção também é responsável pela dimensão política da mística, uma vez que promove o entusiasmo, responsável por processos sociais dissociativos (competição e conflito)²⁶⁴ entre sem terra e ruralistas.

Talvez sejam a angústia e a aflição, oriundas também de tempos anteriores à vida no acampamento, que expliquem a fé, a crença, a certeza, a confiança que os acampados depositam em Deus. Manifestações de fé nas falas são comuns e tão frequentes que deixam até mesmo de ser percebidas. Frases como “crê em Deus Pai”, “mas se Deus quiser...”, “Deus existe”, “Deus não há de faltar” são comumente repetidas. Em uma conversa sobre a desilusão com promessas políticas, um senhor disse: “[...] eu não estou acreditando em nada mais, só

²⁶¹ CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000, p. 79-81.

²⁶² Idem, p. 81.

²⁶³ OLIVEIRA, Pérsio Santo de. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 32. Trata-se de um processo de ajustamento pelo qual os indivíduos diferentes tornam-se mais semelhantes. [...]. A assimilação processa-se por um mecanismo de imitação, exigindo um certo tempo para se realizar [tempo do acampamento]. É um processo longo e complexo. [...]. As modificações internas envolvem, pois, mudanças na maneira de pensar, de sentir e de agir. p. 24. A cooperação é a forma de interação social na qual diferentes pessoas, grupos ou comunidades trabalham juntos para um mesmo fim.

²⁶⁴ Idem, p. 26. A competição é uma força que leva os indivíduos a agirem uns contra os outros, em busca de um melhor “lugar ao sol”, neste caso, por “lugar ao sol”, entenda-se um lote de terra. Quando a competição social assume características de elevada tensão social sobrevém o conflito. [...]. O conflito social é um processo social básico, porque, empenhando-se em conflitos, os homens provocam mudanças sociais

acredito em Deus, porque aquele não falha...”²⁶⁵. Tais expressões ajudam os sem terra animar a esperança e a confiança no alcance dos seus objetivos.

4.6 Controvérsia em torno da presença ou ausência da Igreja Católica

O padre Ludgero ²⁶⁶, que chegou à paróquia da São José, no município de Carazinho, no dia 14 de janeiro de 2006, logo começou a atender os acampados da Fazenda Coqueiros, situada na área da abrangência de sua paróquia. Segundo o religioso, seu antecedente era o padre Fernando Gazzola, uma pessoa já de idade avançada, que somente dava assistência esporádica aos acampados, como: em celebrações, batizados, enterros e em algumas conversas com integrantes que foram à casa paroquial, ou seja, rituais convencionais que poderiam ser feitos numa capela. Além de ser pessoa idosa, o religioso ficou doente, deixando os acampados praticamente sem atendimento eclesiástico.

Assim, em 2007, quando Ludgero começou a acompanhar os acampados mais de perto, sentiu dificuldade para entrar no acampamento por causa da resistência dos acampados. Por ser um padre novo e não o conhecerem, existia uma grande desconfiança. Segundo o religioso,

eles não acreditavam muito na Igreja Católica, mas ao mesmo tempo tinham uma maior abertura a Igreja Evangélica Pentecostal, pois entre os acampados estava um Pastor e que o mesmo deveria ter uma outra visão sobre a pastoral, a qual não dava muita abertura à Igreja Católica e com isso acabava impedindo as pastorais católicas
²⁶⁷.

O padre Ludgero revela que demorou seis meses para que pudesse entrar no acampamento, o que aconteceu pela ausência da CPT nos anos anteriores, em 2004 a 2006, junto aos acampados. Destaca que “houve uma resistência muito grande em trabalhar a possibilidade de fazer catequese, ao chamar as lideranças para fazer formação e criar material para que os mesmos pudessem trabalhar como os próprios acampados”²⁶⁸.

No relato do religioso, recebeu um grande apoio de muitas lideranças do município de Coqueiros do Sul, que, aplaudiam os seus sermões quando demonstrava preocupação com esses acampados, que estavam abandonados no acampamento. Então, como forma de apoio e comprometimento da comunidade cristã católica com o acampamento da Fazenda Coqueiros, decidiram pintar na Igreja Católica de Coqueiros do Sul uma passagem bíblica, a de Deuteronômio, na qual Deus convoca Moisés para tirar o povo da escravidão do Egito e

²⁶⁵ Gravação da conversa com Júlio – Realizada no Acampamento Sarandi em 02 de outubro de 2008

²⁶⁶ MAFRA, Ludgero. Animador vocacional e padre da Paróquia São José, a qual se localiza no município de Carazinho e atende mais os municípios de Coqueiros do Sul e Almirante Tamandaré. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes, realizada no dia 18 nov. 2009.

²⁶⁷ Idem, ... Entrevista realizada no dia 18 nov. 2009.

²⁶⁸ Ibid.

conduzi-lo à Terra Prometida. Assim, afirma o sacerdote que “tentou envolver o máximo as comunidades para que olhassem aos acampados como irmãos que precisavam de apoio”²⁶⁹.

Entretanto, confessa o mesmo entrevistado que também houve conflitos entre os próprios cristãos católicos. Em certa ocasião ele tinha de fazer um enterro de uma criança do acampamento, o que causou um grande confronto, pois a comunidade não queria que o corpo fosse enterrado no cemitério da sede do município, por causa do medo de represálias. Então, o religioso teve de intervir dizendo que “a criança não tinha culpa e precisava ser enterrada como ser humano e não como animal”. Assim, acabaram sepultando a criança no cemitério mesmo com muitos da comunidade sendo contrários.

Portanto, podemos compreender que a atuação da Igreja Católica dentro do acampamento foi esporádica, porque se reduzia a realizar batizados, celebrações, visitar doentes e proceder a enterros. Segundo o religioso,

a CPT não esteve tão presente neste movimento, pois não teve nenhum conhecimento, sobre trabalhos dessa pastoral católica, apenas o Padre Lauro Casteli, que era da paróquia de Pontão e ligado à CPT, algumas vezes esteve presente também com atendimentos esporádicos. Também se teve notícias de um padre que havia acompanhado a marcha, no ano de 2007, que estava junto, mas, além disso, a CPT não esteve atuando no acampamento diretamente como atuou na Encruzilhada Natalino e na Anonni na década de 1980²⁷⁰.

Débora Schu descreve o distanciamento da Igreja Católica em relação aos acampados da seguinte forma:

Que a partir da década de 1990, os acampados reconhecem a importância do papel da igreja católica na formação do Movimento, mas explicam que o Movimento prega o ecumenismo, pois não são apenas os católicos que desejam terra. Assim, segundo os acampados, o Acampamento está aberto para todas as religiões, podem ser realizados cultos evangélicos, católicos ou de qualquer outro credo. No Acampamento não se permite que sejam construídas igrejas, sejam elas evangélicas ou católicas, tal proibição busca assegurar a liberdade de crença de todos, visto que há diversos credos no Acampamento. Os integrantes do Acampamento Sarandí participam de missas e cultos na Comunidade Beira Campo, comunidade pertencente ao município de Sarandí, distante cerca de cinco quilômetros do Acampamento²⁷¹.

Em conversas com lideranças religiosas²⁷² confirmou-se que

a Igreja não está unida para defender os interesses dos acampados. Apenas alguns padres e religiosos conseguem dar uma assistência espiritual no acampamento, principalmente em momentos de batizados, e aos finais de semana, fazendo uma celebração e serviços: como bênçãos e confissões para os camponeses. Destaco alguns nomes relatados: o padre Ludgero de Carazinho, o Irmão Írio e o padre Maicon da Sagrada Família, que acompanharam os acampados.

²⁶⁹ MAFRA, ... Entrevista realizada no dia 18 nov. 2009.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ SCHU, D. H. *Vem tecemos a nossa liberdade...*, 2009, p. 98 - 100.

²⁷² Felipe e Emanuel, acampados na Fazenda Coqueiros, entrevistados no dia 06 de outubro de 2009.

Este trabalho de acompanhamento feito pelo padre Ludgero ²⁷³ deu-se de 2007 até metade de 2008, quando a Fazenda Coqueiros foi desocupada e os acampados tiveram de voltar para a BR 386, próximo de Sarandi, onde permanecem até hoje. Portanto, o que se percebe ao concluir este trabalho é que houve uma grande redefinição do trabalho desenvolvido pela Igreja Católica nos acampamentos da região Norte do estado gaúcho nos últimos anos, e são muitos os aspectos que apontam para isso.



Figura 12: Foto Barracos dos sem terra que foram retirados da Fazenda Coqueiros em 2008 e estão junto BR 386 em Sarandi.

Arquivo pessoal de Cleber Pagliochi.

Hoje os acampados estão organizados pelo MST, entidade autônoma, mesmo que tenha a Igreja Católica contribuído muito para que essa nova entidade fosse criada a fim de melhor representar os sem terra. A instituição acaba, portanto, ficando em segundo plano como organizadora e orientadora dos sem terra, respeitando a autonomia do MST.

Também podemos perceber que a redefinição e a ausência da Igreja dentro do movimento dos sem terra podem ser definidas da seguinte forma: hoje o MST é formado por homens e mulheres de várias entidades religiosas, que provêm de várias cidades e culturas diferentes; logo, trazem consigo a sua diversidade religiosa. Assim, também a Igreja Católica respeita o ecumenismo religioso que caracteriza o acampamento.

Ainda, nas ações de organização a Igreja não atua mais, porque o MST tem sua autonomia. Assim, a Igreja se ausenta quase que totalmente, não havendo mais uma pastoral religiosa de grande expressão ligada realmente aos sem terra. Portanto, uma das características do movimento dos sem terra no século XXI é a reduzida presença mediadora da Igreja

²⁷³ MAFRA, ... Entrevista realizada no dia 18 nov. 2009.

Católica, diferentemente do que ocorreu no início da luta pela terra, quando os sem terra foram assentados por lideranças católicas.

A respeito, destaca Schu:

Talvez seja a angústia e a aflição, vindas também de tempos anteriores à vida no Acampamento, que expliquem a fé, a crença, a certeza, a confiança que as pessoas do Acampamento depositam em Deus. Manifestações de fé nas falas são comuns e tão freqüentes que deixam até mesmo de serem percebidas. Frases como, “crê em Deus Pai”, “mas se Deus quiser...”, “Deus existe”, “Deus não há de faltar”, são comumente repetidas. Em uma conversa sobre a desilusão com promessas políticas, um senhor disse: “... eu não estou acreditando em nada mais, só acredito em Deus, porque Aquele eu sei que..., Aquele não falha, Aquele eu sei que mais tarde...”²⁷⁴

Desse modo, percebemos que a fé e a religiosidade na Fazenda Coqueiros são vividas no acampamento, mas de uma forma individual e muito diferente, não havendo uma pastoral específica que guie as pessoas, como ocorreu com a presença da CPT nos acampamentos anteriores na região, como no caso da Encruzilhada Natalino e da Fazenda Annoni. Nestes havia uma cruz que servia como símbolo da instituição Igreja Católica, que guiava e unia os acampados para um único sonho, que era a conquista da desapropriação e, conseqüentemente, da reforma agrária.

A Cruz já não é símbolo, como nas ocupações do acampamento Sarandi, segundo os acampados tal decisão foi tomada como meio de manter a liberdade de crença no Acampamento, é também uma maneira de afirmar a autonomia pretendida pelo Movimento diante de outras instituições. Quando questionado sobre tal distanciamento, uma das lideranças nacionais do Movimento apenas responde: “Todas e todos os que defendem a Reforma Agrária e uma vida melhor para o povo são bem vindos.”²⁷⁵

Os anos iniciais do MST coincidiram com a época em que a Igreja Católica buscava uma nova metodologia de evangelização, a qual partisse das culturas oprimidas. Era o início da chamada “teologia da libertação”. Hoje temos a “nova metodologia de evangelização”, como assinala Leonardo Boff:

Se ontem o cristianismo foi cúmplice da máquina da morte, hoje deve ser aliando da gestação de vida para as vítimas do tipo de desenvolvimento que exclui as grandes maiorias. O que hoje se sofre é consequência do que ocorreu há 500 anos; a invasão colonizadora continua ainda hoje, sob a forma da dominação tecnológica, dos capitais que entram para explorar a mão de obra barata e a abundância das matérias-primas e do atrelamento a políticas que favorecem os poderosos do império e seus aliados e subalternizam o povo. A realidade dos pobres é altamente conflitiva, pois eles são feitos pobres por mecanismos econômicos, relações sociais e discriminações que ofendem a justiça²⁷⁶.

²⁷⁴ SCHU, D. H. *Vem tecemos a nossa liberdade: uma etnografia das solidariedades e dos conflitos vividos por sem terras no norte do Rio Grande do Sul*, Dissertação de Mestrado, UFSM, 2009, p. 98 - 100

²⁷⁵ Idem, p. 98 - 100.

²⁷⁶ BOFF, Leonardo. *Nova Evangelização – Perspectiva dos Oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990, p.13-16.

Dando destaque a esta nova metodologia de evangelização, Schu, destaca:

Em 14 de fevereiro de 1980, durante a 18ª Assembléia da CNBB, aprovou-se o documento *A Igreja e os problemas da terra*, onde a Igreja Católica posicionou-se na defesa de que a terra deveria ser utilizada exclusivamente para o trabalho, reconhecendo a diferença entre terra de trabalho e terra de exploração. Contudo, com o passar do tempo e a alteração das características dos anos iniciais de criação do MST, destacando-se aqui, as diversas formas de luta e a orientação política, ocorreu um lento distanciamento entre a Igreja e o Movimento. Porém, não se pode afirmar que este é um distanciamento total. Em palestra proferida no município de Carazinho, em 8 de maio do corrente ano, o Procurador Gilberto Thums, afirmou que há setores da Igreja Católica que se esforçam em esclarecer que não é a Igreja como um todo que apóia os movimentos sociais, mas apenas os adeptos à Teologia da Libertação, havendo uma divisão interna na Igreja Católica a respeito das atuações do MST²⁷⁷.

Analisando essa realidade, podemos perceber que realmente tem de haver uma nova evangelização, pois não se pode ficar reproduzindo o que já não se aplica aos tempos atuais. Então, a metodologia e a pastoral devem ser revistas, pois as expressões de evangelização devem hoje ser e partir da própria realidade, não serem expressões que violentam a cultura e realidade dos oprimidos. Além disso, é preciso respeitar as diferentes crenças religiosas existentes no mundo atual moderno. Assim, “a nova evangelização deverá produzir como fruto um cristianismo latino-americano e ecumênico, com rosto que retrate os perfis culturais que aqui convivem”²⁷⁸.

Portanto, podemos perceber que realmente há uma grande mudança de envolvimento da Igreja Católica na Fazenda Coqueiros, se comparada com sua atuação nos conflitos anteriores na região. Segundo o padre Lauro Castelli,²⁷⁹ a Igreja acomodou-se:

Porque não tem mais aquela função de liderar e auxiliar os sem-terra, não se trabalhou mais dentro da Igreja a especificidade de como acompanhar estas lideranças para que elas possam assumir o seu trabalho e sua missão como lideranças nos movimentos. Então, nesta questão nós dentro da Igreja também recuamos, apanhamos e voltamos para trás em certos momentos e deixamos de ser esta presença viva junto dos sem-terra.

Os sem terra percebem esse distanciamento entre a Igreja e o movimento, conforme relata o entrevistado: “Ao acamparmos na Coqueiros, procuramos buscar apoio junto à Igreja Católica, pois sabíamos da sua importância perante a sociedade”²⁸⁰. Portanto, afirma que sabiam da importância da Igreja como fortificadora e animadora desses camponeses, que

²⁷⁷ SCHU, D. H. *Vem tecemos a nossa liberdade:...*, 2009, p. 98 - 100

²⁷⁸ BOFF, Leonardo. *Nova Evangelização – Perspectiva dos Oprimidos...*1990, p.12.

²⁷⁹ CASTELLI, Lauro. Pároco da Paróquia Santo Antônio do município de Pontão. Região histórica de vários assentamentos, como Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni. Divisa com a Fazenda Coqueiros região de conflitos atuais. Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2009.

²⁸⁰ EMANUEL 30 anos de idade, natural de Niterói, Rio de Janeiro, casou-se com filha de assentado na Fazenda Annoni. Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2009. Integrante do acampado na Fazenda Coqueiros.

vivem em constante agonia e incerteza sobre o seu futuro. Ainda em seu relato, o padre Lauro Castelli²⁸¹ afirma que “foram procurados pelas lideranças dos acampados para haver uma aproximação da Igreja junto ao movimento, mas não houve um entendimento entre a Igreja, deixando praticamente isolados”. Então, esse distanciamento da Igreja Católica, mais especificamente da CPT, acaba se tornando visível neste conflito da Fazenda Coqueiros, e isso se deve a várias causas.

Então, o MST atua como um movimento autônomo, não se vinculando com nenhuma entidade, além de desenvolver uma mística de “massificação”²⁸², porque os movimentos de massa não aceitam o discurso de apenas uma religião; assim, tem de haver liberdade religiosa, pois as pessoas que integram essa massa provêm de culturas e religiosidades diferentes. E nessa “massa” existem grupos de pessoas que são responsáveis pela organização e pelo próprio acampamento. Com isso, percebemos que as novas redefinições políticas vão deixando livres ideias e expressões a todos os integrantes do movimento.

Enfim, a Igreja continua conservadora, segundo muitos integrantes e até religiosos; assim, teria de se voltar mais para as dificuldades e necessidades atuais para poder ajudar os acampados. Contudo, uma aproximação com a Igreja Católica é visivelmente percebida no Acampamento Sarandi – contrariando o que o movimento pretende mostrar, ou seja, a autonomia dos sem terra diante das instituições pois os sem terra recebem ajuda de uma congregação de padres (água e alimentos) e há uma religiosa que se dedica aos acampados, além de dois sacerdotes de Passo Fundo que celebram missas no local ²⁸³.

Quando questionados sobre o distanciamento entre a Igreja Católica e MST, ocorrido a partir da década de 1990, os acampados reconhecem a importância do papel da instituição na formação do movimento, mas explicam que este prega o ecumenismo, pois não são apenas os católicos que desejam terra. Assim, segundo eles, o acampamento está aberto a todas as religiões, podendo ser realizados cultos evangélicos, católicos ou de qualquer outro credo, ou seja, ao assumir a dimensão ecumênica, a estratégia do MST é engrossar ainda mais suas fileiras, pois assim aumenta o nível de compatibilidade social entre cidadãos – na sua maioria urbanos – e movimento.

²⁸¹ CASTELLI, ...Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2009.

²⁸² Massificação, conscientização aos acampados sobre a necessidade da luta, ligada muito mais a ideologia política. Isso segundo Débora Schun, pesquisadora sobre o movimento MST, especialmente se tratando na Fazenda Coqueiros, pois acompanhou o dia-a-dia desse acampamento, inclusive defendeu seu trabalho de dissertação sobre os acampados da região. Entrevistada no dia 03 de fev. 2010.

²⁸³ No plano nacional se destaca a atuação de Frei Sérgio Görgen, franciscano, homem de fé, político, escritor, integrante da Via Campesina e do MST.

Dentro dessa linha de pensamento, no acampamento não se permite que sejam construídas igrejas, sejam evangélicas, sejam católicas, a fim de assegurar a liberdade de crença de todos, visto que há diversos credos ali. Os integrantes do Acampamento Sarandi participam de missas e cultos na Comunidade Beira Campo, comunidade pertencente ao município de Sarandi, distante cerca de cinco quilômetros do acampamento.

Segundo padre Arnildo,

falta um método de ação como pastoral da Igreja em nome dos que estão dentro do MST, pois a Igreja não está ouvindo os pobres e oprimidos, pois nos acampamentos das décadas de 1970 e 1980 através da CEBs e CPT as pastorais eram voltadas a realmente envolver os oprimidos com a Igreja, pois a entidade religiosa ia em encontra aos oprimidos, já hoje falta a Igreja ir no meio dos pobres, escutar seus clamores e assim poder planejar novas pastorais para ajudar os mesmos ²⁸⁴.

Portanto, percebemos que a Igreja se voltou para dentro dela mesmo não mais assumindo a luta e causa dos pobres, pois, segundo a conversa e as informações de vários religiosos, que não querem ser identificados,

os assuntos ligados aos Sem Terra não estão mais na pauta das pastorais, como eram em 1970 e 1980. Acreditam que os religiosos que se dispõem a trabalhar e assumir a causa dos pobres são abafado pela hierarquia existente na própria entidade católica ²⁸⁵.

Assim, hoje temos a grande diferença do atendimento e atuação das pastorais ligadas a entidades religiosas, principalmente pelo caráter de atendimento assistencial e esporádico da Igreja, ou seja, o trabalho da Igreja passou a se resumir a momentos específicos. Portanto, é um trabalho pastoral apenas como coadjuvante ao movimento.

Também concluímos que ainda não se perdeu o foco sobre a transformação da sociedade por meio da reforma agrária, mas as pessoas que estão no acampamento, não têm mais aquelas características de pequeno agricultor, como os integrantes dos acampamentos nas décadas de 1970 e 1980, além de que hoje a agricultura familiar está muito ligada ao agronegócio, que leva especialmente à produção para a exportação. A estrutura montada não é mais uma agricultura de subsistência, pois, segundo padre Arnildo ²⁸⁶, “falta uma política para que a agricultura familiar volte a ser um celeiro de alimentos, como estava organizada nos anos em que a CPT e a Igreja lideravam os Sem Terra”.

Enfim, como conclusão deste capítulo podemos afirmar que temos uma verdadeira redefinição da pastoral feita pela Igreja Católica junto ao Movimento dos Sem Terra. As ações do MST continuam incorporando rituais da Igreja Católica no dia a dia, dos quais o principal foi a grande marcha que ocorreu no estado gaúcho em direção a Coqueiros do Sul, para se

²⁸⁴ FRITZEN, Arnildo... Entrevistado por Valdemar da Silva Goes, em 04 de janeiro de 2010.

²⁸⁵ Religiosos que preferem não ser identificados, que atuam mesmo sem o apoio da entidade.

²⁸⁶ FRITZEN, Arnildo... Entrevistado por Valdemar da Silva Goes, em 04 de janeiro de 2010.

juntar ao acampamento. Esse fato remete ao significado das romarias organizadas pela Igreja Católica na década de 1980. Essas marchas remetem ao mesmo caminhar ao trajeto percorrido pelos camponeses sem terra na década de 1980 de Ronda Alta a Porto Alegre, de qual mais de quarenta mil pessoas participaram. Contudo, no lugar da grande cruz que por muitos anos foi carregada pelos sem terra, demonstrando a ideologia religiosa presente, hoje temos a bandeira do MST como o principal símbolo do movimento.

Portanto, mesmo que não seja a Igreja Católica que esteja promovendo as marchas, lá ainda permanece o gesto da caminhada que começou com a instituição e que arrastou multidões. É importante também destacar que nesse longo processo de 1960 a 2010, a Igreja em si não pode ser caracterizada como uma “mãe gestora do movimento que largou seu filho”, mas, sim, como a mãe que deixa o filho crescido andar pelas suas próprias pernas. No caso do processo de ocupação na Fazenda Coqueiros, a Igreja, por meio de alguns padres, religiosos e pastores, estava representada, mas com um caráter muito mais de atendimento esporádico, e até mesmo de socorro emergencial, como em celebrações e arrecadações de alimentos, roupas, ou fornecendo lonas aos desabrigados depois de tempestades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo e análise das pesquisas realizadas juntos aos colonos sem terra na região Norte do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1960 e 2009, verificamos a importante atuação da Igreja Católica, por intermédio da CPT, como organizadora, orientadora e motivadora dos colonos acampados. Dos anos finais da década de 1970 até por volta de 1985, a Igreja Católica teve seu auge na vida desses acampados, os quais adotaram a cruz como símbolo que melhor representava a vida debaixo das lonas no acampamento. Era a cruz o centro, ou “coração”, que motivava e inspirava os colonos sem terra a não desistirem do acampamento e, assim, conseguirem a terra desejada.

Como conclusão de nosso estudo podemos destacar que a mediação da Igreja Católica teve vários momentos nesses últimos cinquenta anos de história de conflitos agrários no Norte do estado do Rio Grande do Sul. A primeira fase compreende antes do golpe militar de 1964, portanto anterior à mudança de cunho político do país, quando a Igreja tinha uma grande preocupação em ter o controle social no meio rural por intermédio da FAG, da instituição que organizava o meio rural e, ao mesmo tempo, combatia o Master e o PCB. O objetivo era fortalecer os agricultores para que permanecessem ligados à Igreja. Contudo, com o golpe militar, esse grande medo da Igreja do avanço das facções ligadas ao comunismo acabou sendo eliminando com a repressão pelos militares. Então, aos poucos a FAG acabou perdendo sua principal missão e, como consequência, desapareceu.

Outra grande fase corresponde ao regime militar, em 1965, quando aconteceu o II Concílio do Vaticano, o qual apontava em direção ao compromisso da Igreja para com as causas populares. Na década de 1970 surgiram os livros do frei Leonardo Boff sobre a teologia da libertação, a qual tem como seu principal objetivo criar espaço de liberdade, ou seja, de libertação do oprimido e da exclusão. Assim, constituíram-se importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos lutarem contra as injustiças e por seus direitos.

Em meados 1970 também temos o surgimento da CPT, cujo objetivo era que os próprios acampados assumissem a conquista da terra como sujeitos do processo, enfrentando as negociações com o governo, com o Incra e nas campanhas de conscientização e nas coletas de alimentos. Como forma de processo participativo e democrático, foram organizadas comissões internas nos acampamentos, por meio das quais a vida dos acampados era discutida em assembleias gerais. Portanto, a CPT, a partir de 1979, orientaria a formação das lideranças que conduziriam a vida dos sem terra. Essas comissões dos acampados, passariam a pressionar

as autoridades para o assentamento na região. Então, começou-se a perceber que a cruz da Igreja Católica era o símbolo que melhor representava a vida e a luta para conquista da reforma agrária.

Na Encruzilhada Natalino essa cruz foi colocada no meio do acampamento, para que todos que passassem pela RS – 324 a vissem, numa identificação com o sofrimento do povo acampado. Contudo, ao mesmo tempo essa cruz queria representar que, unidos e organizados, eles seriam vencedores como Jesus tinha sido perante a morte. Na Encruzilhada Natalino os principais acontecimentos dos acampados eram realizados junto à cruz, que representava através da mística toda a união e força dos acampados perante aos poderosos que detinham o poder da terra.

Assim, a Igreja Católica foi o alicerce fundamental aos sem terra, participando ativamente nos acampamentos da Encruzilhada Natalino e na Annoni. Constatamos que, no decorrer da década de 1980, a Igreja assumiu o topo da orientação e motivação dos colonos acampados até por volta do ano de 1985. Após, no acampamento da Fazenda Annoni a orientação deixou de estar com a Igreja Católica, que foi perdendo espaço para as direções de partidos políticos. Portanto, a cruz que ligava os sem terra à ideologia religiosa sofreu uma ressignificação e em seu lugar apareceu a bandeira política do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A Fazenda Annoni foi um marco para a construção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em 1985, quando o movimento se consolidou em todo o Brasil. Portanto, não podemos deixar de destacar é que hoje o movimento está apoiado apenas na luta da ideologia política; assim, existem jogos de interesses e até mesmo divisões internas. Isso não quer dizer que na década de 1970 e 1980 não houvesse tais problemas, os quais eram contornados pela dimensão da mística religiosa.

No acampamento da Coqueiros, no município de Coqueiros do Sul, esse afastamento da Igreja Católica é justificado por acreditar que os camponeses devem ser protagonistas da sua própria identidade e situação de sem terra, assumindo sua luta por seus direitos. Logo, podemos concluir que a Igreja Católica não abandonou os que reenvindicam uma reforma agrária, mas acredita que eles têm condições de levar adiante seus projetos com autonomia, não ficando presos a uma entidade religiosa. Portanto, esse afastamento é muito importante para os sem terra, porque as pessoas que estão acampadas têm autonomia de opção, inclusive religiosa, pois sabemos que dentro desses movimentos há muitas pessoas de outras dimensão, não sendo católicas.

Portanto, a Igreja Católica continua atuando esporadicamente na Fazenda Coqueiros, realizando celebrações, batizados e enterros, não havendo um trabalho com presença marcante da CPT. Analisando algumas falas e entrevistas dos acampados e lideranças do movimento, percebemos que demonstram grande interesse de reaproximação do MST com a Igreja. Então, percebemos que foi importante essa autonomia do próprio movimento, contudo seria importante que a entidade religiosa voltasse a trabalhar e auxiliar na formação das lideranças.

Apesar da redefinição do papel da Igreja como mediadora, as ações do movimento dos acampados incorporam rituais católicos ainda nos dias atuais, pois continuam marchando pelas rodovias, atravessando o estado gaúcho, como se estivessem em romarias e procissões. Também há o papel da mística, como, por exemplo, da bênção de um padre, com o que eles se revigoram, têm coragem e esperança para não desistir da busca pela reforma agrária. Esses são alguns pontos que revelam que a Igreja continua presente e enraizada nos conflitos agrários gaúchos.

Hoje temos uma nova realidade, com novas situações e sofrimentos, porém a Igreja, segundo alguns religiosos, não está sendo capaz de desencadear um processo de pastoral de acordo com essa nova realidade. Ressalta o padre Arnildo que

a Igreja precisa de um novo método para poder ajudar essas pessoas oprimidas, que buscam na reforma agrária a solução de seus problemas. A Igreja tem que ir ao encontro dessas pessoas necessitadas e excluídas, e aí no meio delas ouvir os seus clamores, angústias e sofrimentos. Assim poderia contribuir melhor com a verdadeira pastoral aos acampados. Tem que daí buscar inspirações na Bíblia para poder libertar essas pessoas que e assim poder ajudar a conquistar os seus direitos. [...] o grande problema da Igreja em suas práticas pastorais é ter um método. É muito mais fácil, falar de erros do MST, do que criticar erros da Igreja entidade que está a serviço do mais humilde e mais fraco²⁸⁷.

O religioso entende que, mesmo o MST estando organizando e orientando os sem terra, a Igreja poderia estar mais presente no seu dia a dia para fortalecer e guiar essas pessoas que buscam na reforma agrária uma esperança de vida melhor para si e para toda a sociedade.

²⁸⁷ FRITZEN, Arnildo.... Entrevistado por Valdemar da Silva Goes, em 04 de janeiro de 2010.

REFERÊNCIAS

- BARROS, F. R. de. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do estado de São Paulo entre 1954-1964*. Campinas: Unicamp, 1978.
- BENINCÁ, E. *Conflito religioso e práxis*. (Mestrado em Ciências Sociais) - PUCSP, São Paulo, 1987.
- BÍBLIA SAGRADA. Livro do Antigo Testamento. Este livro relata a o fim da escravidão e a libertação do povo de Deus.
- BOFF, Leonardo; PELOSO, R. BOGO, *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo: MST, 1998.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clovis. *Da libertação: o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- BOFF, Leonardo. *Nova Evangelização – Perspectiva dos Oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990
- CALDART, Roseli Salete. *Sem terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARONE, E. *O PCB (1943-64)*. São Paulo: Difel, 1982, v. 2.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.
- DALLAGNOL, Wilson. *Transformar a capela rural em comunidade: a Pastoral da Terra*. Caxias do Sul: Ed. S. Miguel, 1989
- DALLA NORA, H. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) –UPF, Passo Fundo, 2002.
- ECKERT, C. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*, Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) - UFRRJ, Rio de Janeiro: 1984.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FOSCHIERA, E. M. A Fazenda Coqueiros e a luta pela terra. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. *Conflitos agrários no Norte gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST Edições, 2008
- GAIGER L. I. *Agentes religiosos e camponeses sem-terra no sul do Brasil: quadro de uma interpretação sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GALILEA, S. *Teologia da libertação: ensaio de síntese*. São Paulo: Paulinas, 1978.

GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado; o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Sociologia); UFRGS, Porto alegre, 1983.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais; paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: vozes, 2003.

GONÇALVES, A. B. A Igreja Católica e o golpe de 1964. *Akrópolis*, Umuarama, PR, jan./mar., 2004.

GÓES, César. (Org.) *Pesquisa histórica da CPT*. Porto alegre, 1993.

HOFFMANN. *A cruz e a bandeira: a construção do imaginário dos sem-terra do RS 1981-1987*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 1997.

KLEIN, O. J. (Org.). *Diocese de Passo Fundo: 50 anos – 1951 – 2001*. Erechim: São Cristóvão, 2001.

KUJAWA, Henrique. *Movimentos sociais: retrospectivas e os novos desafios*. In: TEDESCO, João Carlos ; PASTORE, Elenice. *Ciências sociais: temas contemporâneos*. Passo Fundo: Méritos, 2005.

LOPES, Ivan de Souza. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular. 2001.

MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1997.

MARINS, José. *Metodologia emergente das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Paulinas, 1980.

MARISSAWA. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paul: Expressão Popular, 2001.

MARTINS, J. S. de. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, J. S. de. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, E.C. A mística como instrumento pedagógico na formação política dos militantes do MST. *GeoNotas*, v. 5, n.4, out./nov/ dez. 2001.

MÉLIGA, L; JONSON, M. C. *Encruzilhada Natalino*. Porto Alegre: Vozes, 1982.

MOURA; Antonio Carlos.. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; WELTMAN, Fernando Lattman; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico – biográfico brasileiro*. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2001.

OLIVEIRA, Pérsio Santo de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

PAGOTO, Terezinha. *A importância do MST na conquista da terra nos assentamentos José Maria e Santa Rosa III, em Abelardo Luz, oeste catarinense, no período de 1985 a 1987*. Dissertação (Mestrado em História) UPF, Passo Fundo, 2009.

PASQUETTI, L. A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas 1984-2004*. 2007. Tese (Doutorado em História cultural) - UNB, Brasília, 2007.

PEGORARO, Eduardo. *Movimentos sociais e movimentos eclesiais: os desafios ao agente de pastoral*. Monografia (Curso de Teologia) Itepa, Passo Fundo, 2008.

POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Argos, 2008.

SALEM, H. (Coord.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Debates, 1981. (Coleção Brasil).

SCHERER, V. 1970 anos de *Rerum Novarum*. Porto Alegre. *Boletim Unitas*, Porto Alegre: Arquidiocese de Porto Alegre, 1961.

SCHILLING, P. *Brasil de los latifundistas*. Montevideo: Diálogo, 1968.

SCHIMITT, C. J. *O Tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRGS, Porto Alegre, 1992.

SCHU, D. H. *Vem tecemos a nossa liberdade: uma etnografia das solidariedades e dos conflitos vividos por sem terras no norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFSM, Santa Maria, 2009

TEDESCO, J. C; CARINI, J. J. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 – 1980*. Porto Alegre: EST, 2007.

TEDESCO, J. C; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008.

TEDESCO, J. C; PAGLIOCHI, C. *Fazenda Coqueiros: síntese de um longo conflito pela terra no Norte do RS– 2004-2009* In: SEMINÁRIO REGIONAL DE HISTÓRIA, III. *Anais* – UPF, 2009.

TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org.). *Ciências sociais: temas contemporâneos – Trabalho e movimentos sociais*. Passo Fundo, UPF, 2007.

VERONESE, O. *Fetag / RS: 30 anos de luta 1963-1993*. Porto Alegre: Fetag – RS, 1993.

ATAS E RELATÓRIOS

1. Atas de assembleias e relatórios de prestação de conta do Sindicato. Informações também fornecidas por material produzido pela funcionária do mesmo: Maria Piccinini.

2. Atlas e relatórios de reuniões, notas e cartas à imprensa e a sociedade, correspondências, textos/subsídios para discussões internas e com sem-terra, etc... A Santa Mãe Terra, CPT/RS, 1980.

3. Documento de abaixo assinado: O referido documento em prol da desapropriação da fazenda foi assinado pelos prefeitos de Coqueiros do Sul, Almirante Tamandaré do Sul, Pontão, Jaboticaba, Ernestina, Taquaruçu do Sul, Nonoai, Nova Boa Vista, Constantina, Novo Xingu, Pinhal, Santo Antônio do Palma e São Pedro. Entidades regionais como o Corede (Conselho Regional de Desenvolvimento) e em nível nacional também deram apoio nesse sentido a CPT, Conic, CEBI, Cáritas, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros.

4. Relatório de atividades do STR, 1966 a 1970.

ENTREVISTAS

1. BENINCÁ, Elli; Um grande pesquisador dos Movimentos Sociais, mestre em Sociologia e coordenador da pastoral diocesana na década de 1980, entrevista, concedida no dia 25/08/09 à Valdemar da Silva Goes.

2. CASTELLI, Lauro. Pároco da Paróquia Santo Antônio do município de Pontão. Região histórica de vários assentamentos, como Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni. Divisa com a Fazenda Coqueiros região de conflitos atuais. Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2009.

3. CONTI, Írio L. Mestre em Sociologia (UFRGS), professor no IFIBE e na REDESAN, presidente da FIAN Internacional, diretor social do CEAP e conselheiro do CONSEA

4. CAMPIGOTO, Douglas Manoel, 28 anos, casado, filho de Salete Campigoto (primeira professora do Acampamento Encruzilhada Natalino), formado em Agronomia UFSM, Sub-Gerente da Cooperativa CREHNOR, - Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasquetti, em 12 jul 2004.

5. EMANUEL 30 anos de idade, natural de Niterói, Rio de Janeiro, casou-se com filha de assentado na Fazenda Annoni. Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2009. Integrante do acampamento da Fazenda Coqueiros.

6. ÊNIO. *Jovem caboclo, acampado da Fazenda Annoni. Sua família já havia acampado em Encruzilhada Natalino.*

7. FELIPE 22 anos, neto de pequeno agricultor, filho de operário urbano e professora, natural de Santo Ângelo, está há três anos no movimento, estudante de Filosofia no Ifibe; a um ano.

8. FOSCHEIRA. Leonardo. Padre apoiador e orientador sobre pastorais ligados a CPT e pastoral da juventude. Entrevistado no dia 04 jan. 2010.

9. FRITZEN, Arnildo; *Vigário da paróquia de Ronda Alta - RS e responsável pela assistência religiosa dos acampamentos na década de 1970 e 1080.* Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco, em novembro de 2007.

10. JOSÉ DA SILVA, 45 anos, casado, assentado no Assentamento 29 outubro, Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasquetti, em 12 jul 2004.

11. KOCHENBORGER, Rafael. Atual Prefeito de Coqueiros do Sul, (gestão de 2009 – 2012), formado em Lic. Plena em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.

12. LORENZONI, Carmem (Irmã Carminha), graduada em Teologia pela PUC/RS e pós graduada em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, de origem camponesa e trabalhou como agricultora com a sua família até os 21 anos. Religiosa, teóloga, feminista e militante social. Pertence a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Militante nos movimentos sociais do campo desde os anos

de 1980, e hoje mais especificamente no Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul.

13. MAFRA, Ludgero. Animador vocacional e padre da Paróquia São José, a qual se localiza no município de Carazinho e atende mais os municípios de Coqueiros do Sul e Almirante Tamandaré. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes, realizada no dia 18 nov. 2009.

14. NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do - Artigo: O Absurdo e a Graça: o que é a teologia da libertação – <http://oabsurdoeagraça.blogspot.com/2009/058/o-qye-e-teologia-da-libertacao.htm.l>

15. ROSSETO, Maicon Rodrigo. Padre da Congregação Missionária da Sagrada Família, atuou nos anos 2007 e 2008 no acampamento da BR 386 em Sarandi.

16. SELMA HARTZ, 51 anos, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni – Sarandi – RS, entrevista realizada por Pasquetti, em 12 jul 2004.

17. SOUZA, Acácio Scheidt de. ex-prefeito pelo (PDT), ex-prefeito de Coqueiros do Sul, atuou como prefeito do município por duas gestões, a 1ª de 1997 – 2000 e a 2ª de 2005 – 2008. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.

18. ZAMBIAZI. Secretário da Educação no período de 2005 – 2008 e atual vereador do município de Coqueiros do Sul. Entrevista realizada por Valdemar da Silva Goes em 18 de nov. 2009.

JORNAIS

1. BELLES, L. Acampados foram surpreendidos. *Zero Hora*. Porto Alegre, 18 de jun. 2008, p. 5.
2. BORTONCELLO, C. *Zero Hora*. Porto Alegre, 17 set. 2007, p. 28.
3. “Chuva e frio não impedem passeata dos Sem Terra”. *O Nacional*. Passo Fundo, 31 maio. 1986, 1ª p.
4. “Dom Urbano: ‘A política não é uma coisa suja’”. *O Nacional*. Passo Fundo, 27 jun. 1986, s/p.
5. “Frei Beto Prevê explosão social”. *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 13 out. 1986, p. 3.
6. “Igreja não recuou”. *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 13 out. 1986, p. 7.
7. Nedel, José. “A Terra e a Cerca”. *O Nacional*, Passo Fundo, 22 out. 1986, p. 3.
8. “Previsão é de que 50 mil colonos entrem em P. Alegre”. *O Nacional*. Passo Fundo, 12 jun. 1986, p. 3.
9. “Nossa vida está precária”. *O Nacional*. Passo Fundo, 25 jul. 1986.
10. RUBIN, P. MST pretende levar crianças até Coqueiros do Sul. *Zero Hora*. Porto Alegre, 18 out., 2007, p. 48.
11. Santarém, Argeu. “Começou a ocupação da Fazenda”. *O Nacional*, Passo Fundo, 28 nov. 1986, p. 3.
12. “Sem Terra reúnem multidões”. *O Nacional*. Passo Fundo, 20 out. 1986, p. 11.
13. “Sem terra param para avaliação no meio do caminho”. *O Nacional*. Passo Fundo, 06 jun. 1986, 1ª p.
14. “Vários feridos no choque entre BM e colonos da Annoni”. *O Nacional*. Passo Fundo, 30 set. 1986, 1ª p.
15. S/título, *O Nacional*. Passo Fundo, set. 1978.
16. S/título, *O Nacional*, Passo Fundo, 12 fev. 1986, p. 4.
17. S/título, *O Nacional*. Passo Fundo, 6 maio, 1986, p.5.
18. S/título, *Jornal Brasil de Fato*, 12 fev. 2007.
19. S/título, *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 17 abril, 2007.
20. S/título, *Zero Hora*, 31 out. 1985.

21. S/título, *Zero Hora*, Porto Alegre, out. 2007.

REVISTAS

1. Revista Rainha, out. 1981.
2. Família Cristã: Ano 48, nº 54. Fev. 1982.

OUTROS DOCUMENTOS

1. 1ª Carta dos colonos acampados em Ronda Alta, 15 de maio de 1981.
2. 2ª Carta dos colonos acampados em Ronda Alta, jun. 1981.
3. Bíblia Sagrada, Edição Pastoral; Edições Paulinas, São Paulo, 1990. *Evangelho de Lucas*.
4. Boletim do sem terra: foi uma publicação iniciada como “Boletim Informativo da Campanha de solidariedade aos Agricultores Sem-Terra, sob a responsabilidade da Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Pastoral Universitária”. Posteriormente, em julho de 1982, tornou-se veículo de divulgação do emergente Movimento dos Sem-Terra dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Finalmente, transformou-se no jornal dos Sem Terra, sob a responsabilidade do MST em nível nacional.
5. *Caderno de Estudo* nº 1, MST, 1987.
6. Cf. o *ABC do Sindicalismo Rural*. FAG, p. 62.
7. Cf. Estudos da CNBB, Pastoral da Terra. São Paulo, Paulinas, 1976.
8. Cf. Doc. 40, Igreja: Comunhão e Missão, nº 189, 1988.
9. Declaração dos Arcebispos e Bispos Presentes à Reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo, 5 de dezembro de 1960, In: *Estudos da CNBB*, ob. cit., p. 109.
10. Encerramento do II Simpósio Nacional de Educação Popular, organizado pelo 7º Núcleo do CPRGS, Associação dos Professores da UPF e Centro Municipal de Educação, realizado nos dias 8 a 11 de outubro de 1986.
11. Livro de Canto Aleluia da diocese de Passo Fundo.
12. Livreto preparatório, elaborado pela CPT/RS, em 1981. “Nasce a esperança dos pobres: Encontros de preparação do Natal”.
13. Relato pessoal da visita de João Pedro Stédile a D. Pedro Casaldáliga. São Paulo, 30 dez de 2005.
14. Sindicato Rural de Carazinho. Ver: WWW.sindicatoururalczo.org.br
15. Voz da Terra: nº 9, abril, 1982. Foi uma publicação trimestral da Comissão Pastoral da Terra / Rs, que tinha uma circulação restrita aos agentes de Pastoral e lideranças do “campo dos conflitos agrários”. Sua periodicidade vai de 1979 à 1986, editando-se 28 números.
16. Dicionário de ciências sociais. 2ª Ed. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
17. Comissão nacional de formação da CPT: *Saberes e olhares: a formação e educação popular na comissão pastoral da terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

18. MST. *O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil* – Documentos Básicos.